

RELATÓRIO E CONTAS 2016



CANTANHEDE
MUNICÍPIO

Índice

[1] O ANO 2016	3	[6] A NOSSA EMPRESA	41
1. Indicadores	4	1. Recursos Humanos	42
2. Mensagem do Conselho de Administração	4	2. Balanced Scorecard	43
[2] INOVA-EM-SA	9	3. Qualidade, Ambiente e Segurança	44
1. Missão	10	4. iPerdas	44
2. Visão	10	[7] A SITUAÇÃO ECONÓMICO- FINANCEIRA	45
3. Accionista	10	1. Investimento e Participação Comunitária	46
4. Orgãos Sociais	10	2. Posição Económica	48
5. Estrutura Orgânica	11	3. Resultados	50
[3] SERVIÇO REGULADOS	12	4. Posição Financeira	51
1. Introdução	13	5. Relatório sobre a execução do Plano Plurianual de Investimentos	54
2. Gestão do Sistema de Abastecimento de Água	15	[8] PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	55
3. Gestão do Sistema de Saneamento de Águas Residuais	20	[9] PERSPECTIVAS	57
4. Gestão do Sistema de Resíduos Urbanos	24	[10] DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 2016	59
5. Regulação Económica dos Serviços de Águas e Resíduos	28	1. Balanço	60
[4] OUTRAS ATIVIDADES	29	2. Demonstração de resultados por naturezas	61
[5] CLIENTES	31	3. Demonstração das alterações no capital próprio	62
1. Contratos e Faturação	32	4. Demonstração de fluxos de caixa – método direto	63
2. Acessibilidade Económica	35	5. Mapa de execução anual do plano plurianual de investimentos	64
3. Cobranças e Suspensões	36	6. Anexo às demonstrações financeiras	67
4. Serviço ao Cliente	37	[11] RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO	91
5. Satisfação do Cliente	39	[12] CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS	92

[I] O ANO DE 2016

I. Indicadores

Actividade	2015	2016
Nº Clientes de Água	20.197	20.266
Nº Clientes de Saneamento	18.843	18.906
Nº Clientes de Resíduos Urbanos	20.068	19.868
Água Total Facturada (m ³)	3.137.679	2.987.816
Água Residual Facturada (m ³)	2.314.572	2.316.550
Total Resíduos Urbanos Recolhidos (ton.)	13.833	14.606
Total Resíduos Urbanos Retomados para Reciclagem (ton.)	2.804	3.374
Áreas Verdes mantidas (hectares)	26	27
Conta de Exploração - €uros		
Rendimentos Operacionais*	9.180.940	9.038.417
EBITDA**	2.121.796	1.572.730
Resultado Líquido	591.234	167.497
Demonstração da Posição Financeira - €uros		
Capital Social	11.647.332	11.647.332
Capital Próprio	23.735.798	24.323.693
Passivo	9.753.619	9.254.243
Activo Líquido Total	33.489.417	33.577.936
Investimentos	2.062.093	2.391.215

* Sem desvio Tarifário

** Corrigido da imputação de subsídios para investimento e do desvio tarifário

2. Mensagem do Conselho de Administração

O quadro comunitário 2014-2020, designado por “Portugal 2020” apenas contemplou em 2016 um aviso de candidatura na parte do ciclo urbano da água.

De acordo com a comunicação que fizemos aquando da apresentação dos Instrumentos de Gestão Previsional 2017, continua a estar em vigor a Portaria nº 57-B/2015, que regulamenta este quadro comunitário e que prevê no artigo 94º e seguintes, dois itens que vêm condicionar a concessão dos financiamentos por nós esperados, concretamente:

- Não são elegíveis as intervenções de modernização ou reconversão em infraestruturas intervencionadas anteriormente, com apoio de fundos comunitários;

No âmbito do regulamento, os apoios a conceder revestem a natureza de subvenções reembolsáveis através de instrumentos financeiros, no caso de investimentos promovidos por entidades gestoras dos serviços de águas, no Continente, destinados a proporcionar a otimização e gestão eficiente dos recursos com vista, designadamente, à redução de perdas, valorização de lamas, reabilitação e renovação de ativos que integram os sistemas de abastecimento e de saneamento de águas residuais com vista à obtenção de ganhos e eficiência, onde se incluem:

- Investimentos nos sistemas em baixa, tendo em vista o controlo e a redução de perdas nos sistemas de distribuição e adução de água, designadamente em equipamentos para campanhas de deteção de fugas, substituição de condutas com perdas elevadas, aquisição e instalação de equipamentos de controlo e medição;
- Renovação de redes de abastecimento de água em baixa, em que se registe um mau funcionamento hidráulico ou inadequado dos materiais sob o ponto de vista estrutural ou ainda em que seja necessário aumentar a sua capacidade;

- Investimentos em reabilitação dos sistemas de drenagem de águas residuais urbanas com especial enfoque na redução e controlo de infiltrações e afluência de águas pluviais aos sistemas públicos unitários de drenagem de águas residuais com vista à redução da ocorrência de colapsos e de inundações;

Tendo em consideração estes constrangimentos, os investimentos que inicialmente tínhamos previsto no setor de abastecimento de água e no setor de saneamento de águas residuais domésticas, a realizar entre 2015 e 2018, tiveram que ser reequacionados, tendo em consideração que os investimentos a realizar terão, à partida, como fontes de financiamento apenas capitais próprios e financiamento bancário.

Assim, em 2016 conseguimos a aprovação ao programa POSEUR de candidaturas que contemplam o fecho do ciclo do saneamento de águas residuais do concelho de Cantanhede, concretamente:

- Prevê-se a execução das redes de saneamento, nos lugares de Coutada, Corgo Encheiro, Recachos, Porto Sobreiro e Azenha e também pequenas ampliações a executar em locais em que a revisão recentemente feita ao Plano Diretor Municipal passou a considerar como zonas urbanas. O investimento elegível desta candidatura é de 998.624 € e a comparticipação atingi 85% daquele valor.

Também ao programa POSEUR vimos aprovadas duas candidaturas ao nível dos resíduos sólidos urbanos, assim designadas: “Cantanhede Recicla – Ações Imateriais”, com um investimento elegível de 194.383 € e “Cantanhede Recicla – Ações Materiais”, com um investimento elegível de 331.509 €, ambas com comparticipação de 85%.

Vamos, de seguida, de uma forma objetiva e parcelarmente tecer algumas considerações sobre os diferentes setores que constituem o objeto social da INOVA.

A – SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS DOMÉSTICAS

No decorrer de 2016, e no sector de saneamento, foi dado seguimento às seguintes obras:

- “Remodelação da rede de saneamento de Febres” – está presentemente executada em cerca de 60%;
- “Remodelação da rede de saneamento de Vilamar e Corticeiro de Cima” – em fase de conclusão, faltando apenas a verificação de alguns pormenores construtivos e entrega das telas finais.

Foi iniciado o processo de concurso para:

- “Remodelação da rede de saneamento de Cantanhede e Pocariza”, obra já adjudicada pelo valor de 744.400 €, prevendo-se que se inicie no 1º trimestre de 2017.

Foi também iniciado o processo de concurso para adjudicação da empreitada:

- “Saneamento de águas residuais domésticas de pequenos aglomerados e pequenas ampliações da rede de drenagem de águas residuais domésticas”, prevendo-se que a adjudicação ocorra no 1º trimestre de 2017 e a obra seja iniciada no 2º trimestre. Com a conclusão desta obra, o concelho de Cantanhede ficará com uma cobertura, em termos de saneamento de águas residuais domésticas, de 99%.

B - ÁGUA

Ao nível de abastecimento de água estão em execução as seguintes obras:

- “Remodelação da central da Fervença, reforço da capacidade de armazenamento e do sistema eletromecânico” - está presentemente com um nível de execução de 50%;
- “Remodelação da rede de abastecimento de água a Ançã” – com um nível de execução de 65%, prevendo-se que fique concluída no 1º semestre de 2018;
- “Reabilitação de condutas de distribuição e de ramais domiciliários na ZMC de Portunhos, Pena, Lemedede, Cadima e Sanguinheira”, com um nível de execução de 37%;
- “Remodelação/Reabilitação de reservatórios – 1ª fase” que contempla os reservatórios da Central de Cantanhede, Fornos, Lemedede, Póvoa da Lomba, S. Gião, Cordinhã, Portunhos e Cantanhede, com um nível de execução de 45%;
- Está em fase de estudo a remodelação das ZMC de Cordinhã, Bolho, Fornos, Enxofães, Pocariça, Praia da Tocha (parte norte) e S. Caetano. Pretende-se, depois do estudo elaborado, remodelar as redes de distribuição das zonas mais vulneráveis a fim de reduzir o volume de perdas reais;
- Dentro da remodelação das redes de distribuição está também em fase de estudo a avaliação das áreas de abastecimento de água à cidade de Cantanhede, em pior estado, a fim de se iniciar em 2017 a elaboração dos projetos e possivelmente o início de algumas obras de remodelação das zonas mais prioritárias.

Em resumo, e para o setor do abastecimento de água, o objetivo é dentro dos condicionalismos financeiros existentes, manter e melhorar a qualidade do serviço/ produto (quantidade e qualidade água fornecida) e reforçar a qualidade ambiental (perdas e eficiência energética).

C - RESÍDUOS

Também neste setor o nosso principal objetivo é reduzir custos com a recolha e deposição de resíduos indiferenciados e aumentar a percentagem de recicláveis, em que, parte dessa percentagem, provem de material recolhido no nosso ecocentro e que ainda conseguimos rentabilizar em termos de proveitos.

Quanto aos resíduos enviados para tratamento, corresponderam a 76,9% dos resíduos recolhidos, tendo a percentagem de recicláveis aumentado para 23,1% (uma variação superior a 14% face a 2015).

Deu-se início à concretização das duas candidaturas aprovadas pelo POSEUR:

- “Cantanhede Recicla – Ações Materiais” e “Cantanhede Recicla – Ações Imateriais”, tendo como objetivo principal otimizar a recolha de resíduos urbanos, reduzindo a quantidade de resíduos indiferenciados e aumentar a percentagem de recicláveis. Prevê-se também nestas candidaturas, proceder a campanhas de sensibilização ambiental e a aquisição de um sistema de informação, que auxilie no aumento da eficiência da recolha e que permita a introdução de sistemas pay-as-you-trow (PAYT).

D - LIMPEZA URBANA

Também a limpeza urbana continua a ser uma preocupação, procurando-se que, ao nível de todo o concelho e em particular na área urbana de Cantanhede e área urbana da Praia da Tocha, se atinjam níveis de qualidade aceitáveis.

E - ZONAS VERDES

No âmbito das zonas verdes e tendo em consideração os trabalhos executados, em regime de administração direta e através de serviços contratados verifica-se que o Concelho de Cantanhede é, a nível nacional, uma referência.

De uma forma geral, as zonas verdes evidenciam um tratamento e manutenção de boa qualidade, reconhecida não só pelos residentes, como também pelas pessoas que diariamente nos visitam.

F - CENTRO EXPERIMENTAL DE AGRICULTURA BIOLÓGICA

Deu-se continuidade a este Centro Experimental mantendo a cultura das plantações correntes verificando-se que a componente pedagógica sofreu uma ligeira redução da importância, dado que as visitas de escolas àquelas instalações têm vindo a reduzir, sem que se encontre uma explicação para o efeito.

G – EVENTOS CULTURAIS E COMERCIAIS

A realização da XXVI Edição da Expofacil, com a duração de 11 dias primou por uma gestão rigorosa e empenhada e o evento alcançou um grande nível, não só em termos de afluência de público como também em termos de divulgação e projeção da imagem do Município de Cantanhede, a nível nacional e internacional, assim como a transmissão em direto do Jornal das 13h e das 20h, por parte da TVI, com estúdio montado na Praça Marquês de Marialva em Cantanhede, o que representou um acontecimento de grande importância para a divulgação do Concelho, devido aos diversos apontamentos transmitidos não só da Expofacil como do próprio Concelho.

Pudemos contar em 2016 com a transmissão em direto do programa “Somos Portugal”, transmitido pela TVI durante 8 horas, entre as 14h e as 20h, com cobertura a nível nacional, que se seguiu à transmissão, também em direto, da Eucaristia Dominical, do Parque Urbano de São Mateus “Missa Campal”.

Também a Rádio Comercial se associou ao evento e fez a sua divulgação a nível nacional.

H- QUALIDADE

A INOVA encontra-se presentemente certificada nas seguintes normas:

Certificação da Qualidade, segundo a Norma EN ISO 9001:2008;

Certificação Ambiental, segundo a Norma EN ISO 14001:2004;

Certificação em Higiene e Segurança e Saúde no Trabalho, segundo o referencial OSHAS 18001: 2007/NP EN 4397:2008.

Pretende-se, para além da obtenção destas certificações, a sua manutenção, cumprindo sempre os requisitos legais e de qualidade exigíveis.

I - TRANSPORTES

Deu-se continuidade aos transportes urbanos de Cantanhede com ligeiros ajustamentos ao circuito urbano de Cantanhede, tendo-se mantido um nível de atendimento semelhante ao do ano anterior.

A reformulação do circuito urbano de Cantanhede passou por tornar a zona central de Cantanhede com tempos de percurso mais curtos em relação às zonas circundantes da cidade, o que vigorou a partir de janeiro de 2016.

Para o efeito, em lugar de um único circuito, como anteriormente acontecia, foram criados três circuitos com tempos de percurso mais curtos, tendo a afluência de passageiros sido semelhante à dos anos anteriores.

Por outro lado, estendeu-se este serviço também às freguesias do concelho em que, de uma forma geral, todas as freguesias do concelho, uma vez por semana, têm possibilidade de acesso à Sede do Concelho, através deste serviço de transportes, agora designado por URB IN, tendo-se verificado uma reduzida afluência por parte dos habitantes locais, com particular realce para a União de Freguesias de Covões e Camarneira e freguesia da Tocha.

Foi elaborado um inquérito, no final de 2016, por uma empresa especializada, tendo-se verificado que 85% das pessoas inquiridas (676), se desloca em veículo próprio, 63% conhece o URBIN e faz uma avaliação positiva deste serviço.

Em relação aos horários de ida e regresso a Cantanhede e à pergunta "se ambos os circuitos devem decorrer só na parte da manhã (ida e regresso) ou se a ida deve ser da parte da manhã e o regresso acontecer da parte da tarde; a resposta foi: 73% - indiferente; 12% só da parte da manhã e 15,5%, com regresso da parte da tarde.

Nestas percentagens teve-se apenas em consideração 277 dos inquiridos que responderam que conhecem/utilizam o URBIN.

Para não prejudicar os horários dos transportes escolares já implementados e consignados pelos utentes, iremos estudar a hipóteses de, a partir de julho de 2017, a ida às freguesias ser da parte da manhã e o regresso ser da parte da tarde.

Por fim, deixamos expresso o nosso agradecimento a todos os colaboradores da INOVA que, de uma forma empenhada, partilham com a Administração o ensejo do cumprimento dos objetivos definidos, bem como ao Executivo Camarário, que connosco tem mantido uma estreita colaboração e grande corresponsabilidade no cumprimento de todos os objetivos.

Cantanhede, 1 de março de 2017

O Presidente do Conselho de Administração



António Patrocínio Alves

[2]
INOVA-EM-SA

1. Missão

Garantir a um custo socialmente aceitável a qualidade dos serviços públicos municipais de abastecimento de água, águas residuais e resíduos urbanos, bem como garantir que todas as restantes atribuições delegadas pelo Município de Cantanhede são desenvolvidas com critérios de eficácia e eficiência, promovendo-se a qualidade de vida das populações e obedecendo-se a critérios de sustentabilidade económico-financeira e ambiental.

2. Visão

Procurar ser uma entidade gestora de referência a nível nacional, relativamente aos serviços públicos de abastecimento de água, águas residuais e resíduos urbanos e contribuir para que Cantanhede seja um dos Concelhos com melhor qualidade de vida do país.

3. Acionista

Município de Cantanhede

Acionista único

Capital Social – 11.647.332 €uros

4. Órgãos Sociais

Mesa da Assembleia Geral

Presidente: Dr. Pedro António Vaz Cardoso

1º Secretário: Eng.º António Adelino Coelho de Abreu

2º Secretário: Dr. José Alberto Arêde Negrão

Conselho de Administração

Presidente: Eng.º António Patrocínio Alves

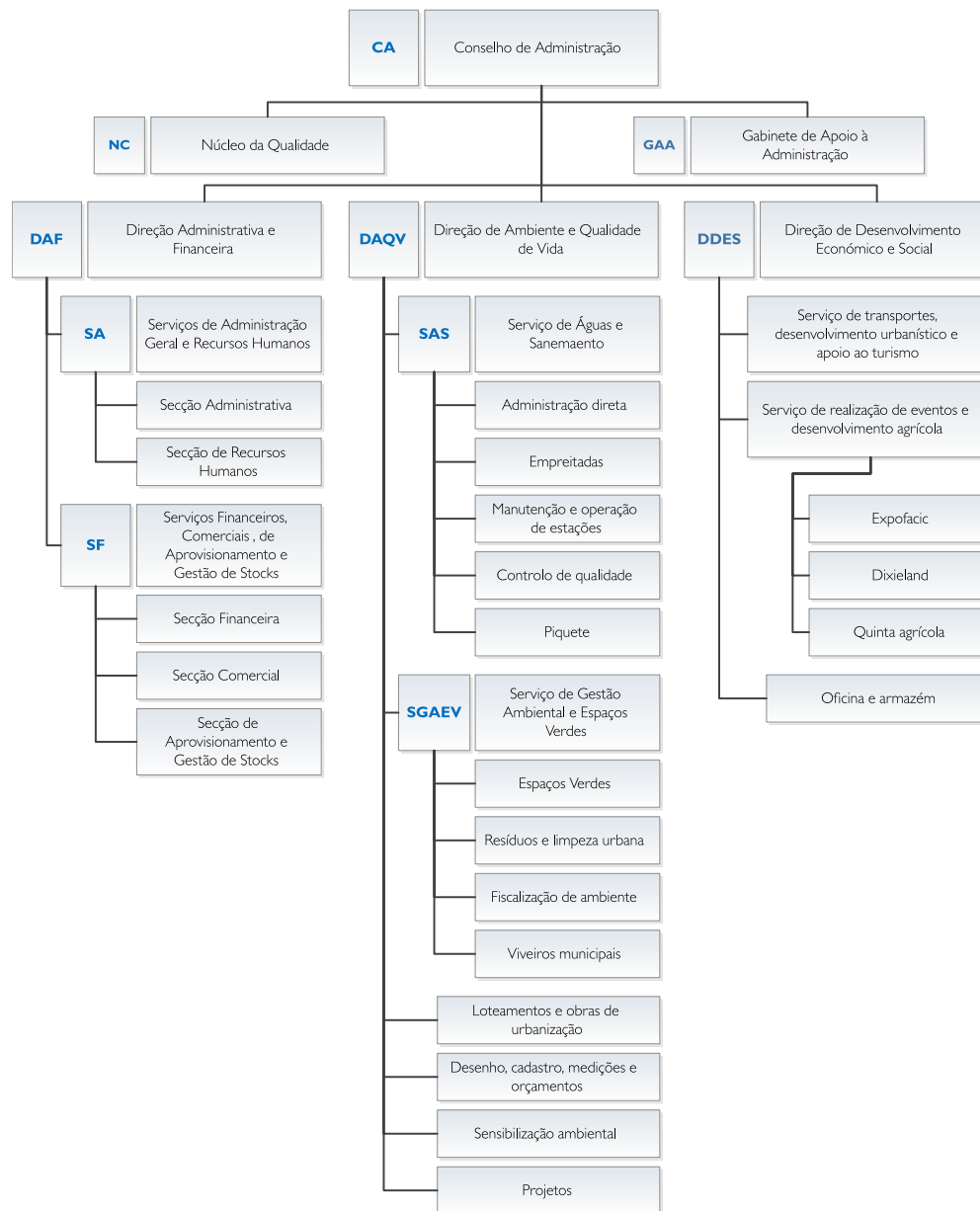
Administrador: Dr. Serafim Castro Pires

Administrador: Dra. Maria Helena Rosa de Teodósio e Cruz Gomes de Oliveira

Fiscal Único

Pinto Castanheira & Miguel Castanheira, SROC, Lda.

5. Estrutura Orgânica



[3] SERVIÇOS REGULADOS

I. Introdução

As atividades desenvolvidas pela Empresa ao nível do abastecimento de água, saneamento de águas residuais e gestão de resíduos urbanos são reguladas pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR), de acordo com a Lei n.º 10/2014, de 6 de março, que aprovou os seus estatutos e desenrolam-se num contexto definido pelo Decreto-Lei n.º 306/2007 de 27 de agosto, Decreto-Lei n.º 194/2009 de 20 de agosto, Lei n.º 12/2014 de 6 de março, Decreto-Lei n.º 114/2014 de 21 de julho e disposições, recomendações e regulamentos tarifários emitidos pela entidade reguladora.

Neste momento, encontra-se em consulta pública promovida pela ERSAR (consulta pública n.º 3/2016), o projeto de regulamento de procedimentos regulatórios.

Também estão sujeitas ao acompanhamento da Agência Portuguesa do Ambiente (APA), enquanto regulador ambiental.

Regulação da Qualidade da Água para Consumo Humano

O Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de agosto, é o diploma legal que, a partir de 2008, regulamenta a qualidade da água para consumo humano, definindo a frequência de amostragem e de análise a cumprir nos pontos de entrega, estabelecendo ainda as normas da qualidade para cada parâmetro cujo controlo é obrigatório.

A ERSAR é a autoridade competente para a qualidade da água para consumo humano, cabendo-lhe aprovar e monitorizar os respetivos planos.

Os resultados obtidos no âmbito do controlo legal são avaliados anualmente pela ERSAR e publicados no “Relatório Anual do Setor de Águas e Resíduos em Portugal, Volume 2”.

Regulação da Qualidade de Serviço

A regulação da qualidade de serviço é assegurada pela ERSAR, de acordo com o disposto no artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 194/2009 de 20 de agosto. Esta atuação abrange a monitorização e a avaliação da qualidade de serviço, através de um conjunto de indicadores, efetuando um exercício de benchmarking entre as várias entidades gestoras dos setores das águas e resíduos, publicando anualmente os resultados no “Relatório Anual do Setor de Águas e Resíduos em Portugal, Volume 1”.

Regulação Económica

A regulação económica é assegurada pela ERSAR, com o intuito de promover a regulação de preços para garantir tarifas eficientes e socialmente aceitáveis e que garantam a sustentabilidade económica e financeira das entidades gestoras. É feita através de regulamentos tarifários e no caso dos serviços delegados, através de emissão de parecer sobre o contrato de gestão e regulação da tarifa aí prevista.

Regulação das Relações Comerciais

Nos termos dos seus estatutos, compete também à ERSAR, a definição de regras de relacionamento entre as entidades gestoras em alta e em baixa e entre estas últimas e os respetivos utilizadores, nomeadamente no que respeita às condições de acesso e contratação de serviço, medição, faturação, pagamento e cobrança e prestação de informação e resolução de litígios, regulamentando os respetivos regimes jurídicos e a proteção dos utilizadores de serviços públicos essenciais.

Nesse âmbito, destacar a emissão de parecer sobre os regulamentos de serviços, a Recomendação nº 1/2010, relativa aos conteúdos que devem constar nas faturas, a Lei n.º 12/2014, de 6 de março, que procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 194/2009 de 20 de agosto e o Decreto-Lei nº 114/2014, de 21 de julho, relativa a fatura detalhada.

Neste momento encontra-se em consulta pública promovida pela ERSAR (consulta pública nº 4/2016), o projeto de regulamento de relações comerciais dos serviços de águas e resíduos.

Regulação Ambiental

A APA, enquanto Autoridade Nacional da Água, cabe-lhe, nesse âmbito, e entre outras, emitir títulos de utilização dos recursos hídricos, fiscalizando o seu cumprimento e aplicar o respetivo regime económico e financeiro. Enquanto Autoridade Nacional de Resíduos, cabe-lhe, nesse âmbito, e entre outras, o controlo operacional da informação das operações de gestão de resíduos, a coordenação e harmonização dos critérios a adotar para o licenciamento pelas Autoridades Regionais de Resíduos e a emissão de pareceres, relativos aos planos de ação do PERSU 2020 e de candidaturas a fundos comunitários no âmbito de operações de gestão de resíduos urbanos.

2. Gestão do Sistema de Abastecimento de Água

Quadro – O Sistema de Abastecimento de Água em Números (2016)

Dados Gerais Sector Abastecimento de Água	
Acessibilidade física do serviço - %	100,0%
Adesão ao serviço - %	98,1%
Zonas de medição e controlo - Unidades	30
Captações de água subterrânea- Unidades	3
Reservatórios - Unidades	21
Estações Elevatórias - Unidades	10
Comprimento Total de Conduitas - Km	679,1
Ramais - Unidades	23 017
Capacidade de reserva (dias)	1
Índice de conhecimento infraestrutural e de gestão patrimonial - %	100%

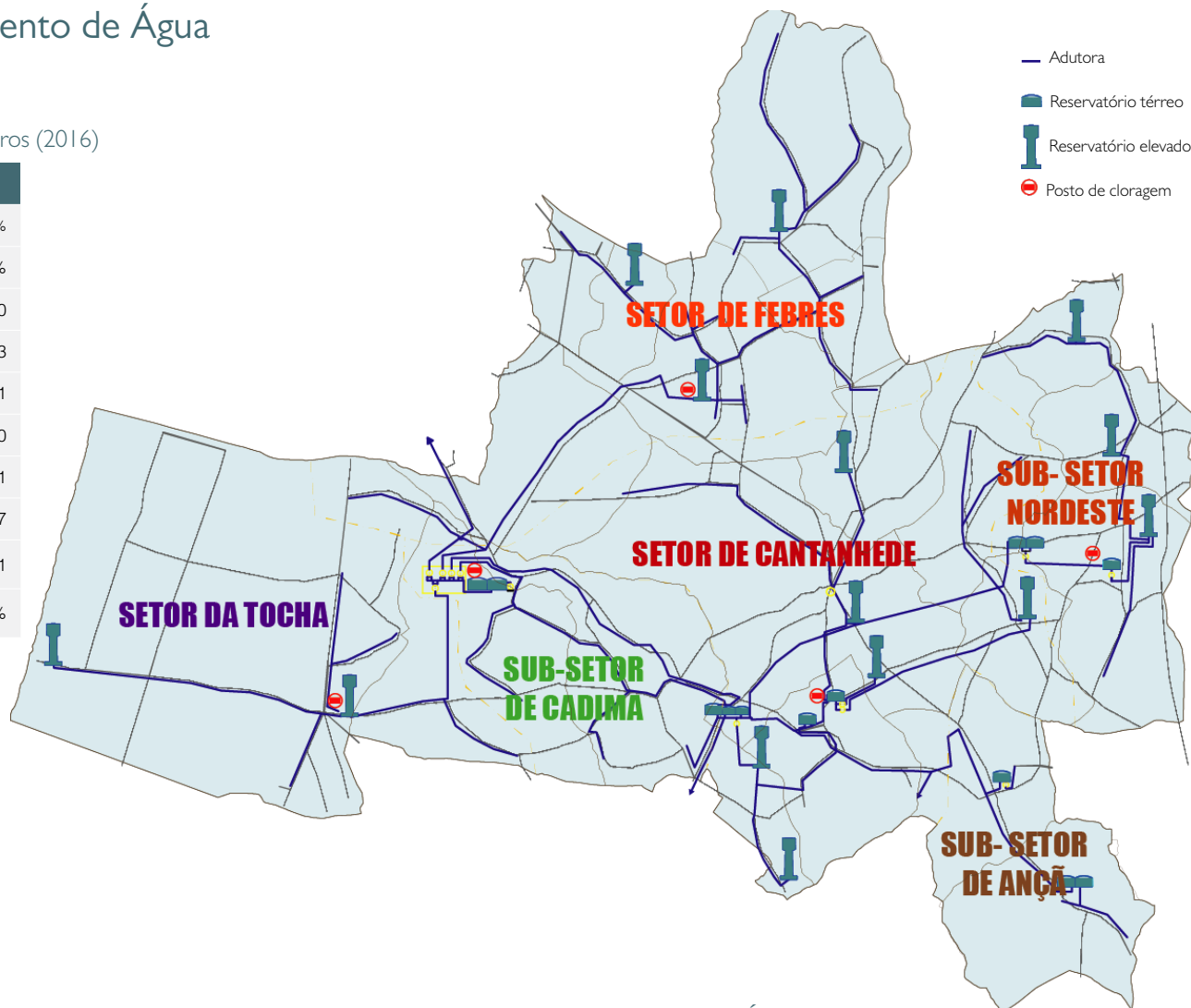


Figura – O Sistema de Abastecimento de Água (2016)

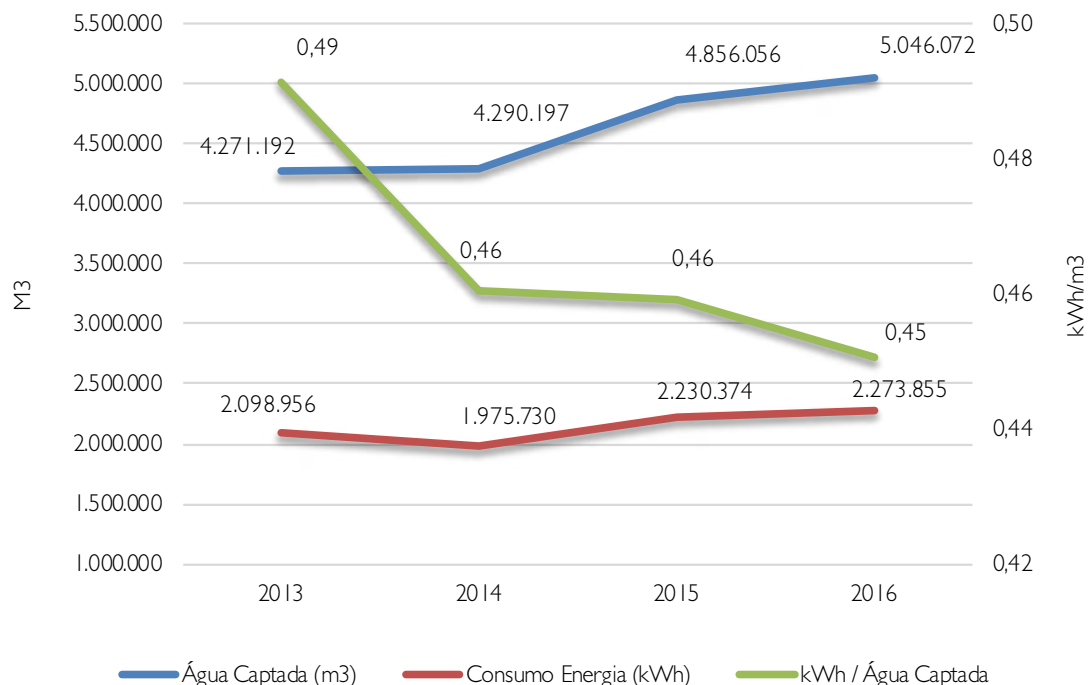
O volume de água entrada no sistema com origem nas captações dos Olhos da Fervença foi de 5.046.072 m³, o que representa um acréscimo de 190.016 m³ relativamente ao ano anterior. Esse aumento, explica-se em grande parte, com as obras em curso de reabilitação, nas redes de distribuição e reservatórios, onde se verificaram grandes consumos no enchimento, desinfeção, limpeza. No âmbito dessas intervenções, instalaram-se também, bypass nos reservatórios, que provocaram um aumento da pressão nas redes de distribuição, dando origem a um acréscimo das perdas reais.

Derivado desse facto, também os consumos de energia das estações elevatórias das captações, registaram um aumento (2.273.855 kWh em comparação com os 2.230.374 kWh registados em 2015) e no que toca a eficiência, medida através do indicador, energia consumida por m³ de água captada, o valor de 0,45 kWh/m³, foi inferior ao verificado em 2015.

Neste momento, decorrem as obras de remodelação da central de captação, que contemplam na componente de construção civil, uma nova estação elevatória junto à existente, que será também reabilitada e beneficiada, a construção de um reservatório adicional que aumentará significativamente o volume de armazenagem, a reformulação da captação 4 e a remodelação do edifício de exploração existente. Ao nível dos equipamentos, irá verificar-se, a substituição do equipamento eletromecânico e de instrumentação, a instalação de grupos de eletrobombas submersíveis na captação 3, um sistema de apoio à elevação na captação 4 e a instalação de uma software SCADA e respetivo sistema de automação, que comandará de uma forma automática os arranques e paragens dos grupos eletrobomba e equipamentos complementares (atuadores de válvulas e injeção de cloro), o que se traduzirá num aumento na eficiência da exploração desta infraestrutura.

De forma a manter a acessibilidade física ao serviço num valor a rondar os 100%, foi necessário ampliar a rede em 1.508 metros, executar 111 novos ramais domiciliários e proceder a 171 alterações.

Gráfico – Evolução de Água Captada e Energia Consumida Olhos da Fervença (2013-2016)



Quadro – Balanço Hídrico (2013-2016)

Variáveis ERSAR	Descrição	2013	2014	2015	Var.15/14		2016	Var.16/15	
					Valor	%		Valor	%
-	1.Água Distribuída	3 981 652	3 990 345	4 521 644	531 299	13,3%	4 665 282	143 638	3,2%
-	2.Consumo Município de Mira *	289 540	299 852	334 412	34 560	11,5%	380 790	46 378	13,9%
dAA14b	3.Água Entrada no Sistema (1+2)	4 271 192	4 290 197	4 856 056	565 859	13,2%	5 046 072	190 016	3,9%
	4.Consumos Concelho de Cantanhede	2 151 982	2 161 324	2 163 825	2 501	0,1%	2 142 860	-20 965	-1,0%
dAA16b	5.Consumo Município de Mira	289 540	299 852	334 412	34 560	11,5%	380 790	46 378	13,9%
	6.Consumos Concelhos Limitrofes **	171 118	163 669	509 674	346 005	211,4%	322 301	-187 373	-36,8%
	7.Consumos Jardins e Instalações Deportivas***	162 182	125 071	129 724	4 653	3,7%	141 813	12 089	9,3%
Consumo não faturado medido	8.Consumo Próprio	9 830	4 209	9 053	4 844	115,1%	6 564	-2 489	-27,5%
Consumo faturado não medido	9. Outros Consumos Facturados Medidos****	0	467	44	-423	-90,6%	52	8	18,2%
Consumo não faturado não medido	10. Outros Consumos Não Facturados Não Medidos*****	37 443	55 140	84 097	28 957	52,5%	130 349	46 252	55,0%
dAA15b	11.Consumo Autorizado (4+5+6+7+8+9+10)	2 822 095	2 809 732	3 230 829	421 097	15,0%	3 124 729	-106 100	-3,3%
dAA16b	12. Água Faturada (11-8-10)	2 774 822	2 750 383	3 137 679	387 296	14,1%	2 987 816	-149 863	-4,8%
-	13. Água Faturada Clientes (12-7-9)	2 612 640	2 624 845	3 007 911	383 066	14,6%	2 845 951	-161 960	-5,4%
dAA17b	14. Água Não Faturada (3-12)	1 496 370	1 539 814	1 718 377	178 563	11,6%	2 058 256	339 879	19,8%

* Água abastecida directamente ao Município de Mira, que não passa pela rede de distribuição;

** Municípios de Montemor-o-Velho, Coimbra e Mealhada

*** Infraestruturas sob a responsabilidade da INOVA, cujos gastos respeitantes aos consumos de água são contabilizados nos contratos-programa com o Município de Cantanhede

**** Volumes faturados por imputação a terceiros (reparações de avarias ou ligações directas)

***** Lavagens via pública, limpeza coletores, incêndios

Quadro – 2ª Geração de indicadores de qualidade de serviço em A.A: INOVA 2016-2014 e Média Nacional 2015

Adequação da interface com o utilizador										
Código ERSAR	Indicador	Descrição	Referência	INOVA 2016	INOVA 2015	INOVA 2014	RASARP 2016 - Média Nacional 2015			
AA01	Acessibilidade física do serviço (%)	Avalia a possibilidade de ligação do utilizador do serviço à infraestrutura física da entidade gestora	[80;100]	100% ●	100% ●	99% ●	96% ●			
AA02	Acessibilidade económica do serviço (%)	Avalia a capacidade económica das famílias suportarem o serviço prestado	[0;0.5]	0,23% ●	0,22% ●	0,23% ●	0,40% ●			
AA03	Ocorrência de Falhas no Abastecimento (n.º)	Avalia a frequência de interrupções que se verificam no serviço prestado pela entidade gestora	[0;1]	0,1 ●	0,0 ●	0,2 ●	0,9 ●			
AA04	Qualidade da água (%)	Avalia a qualidade de água fornecida pela entidade gestora	[98,5;100]	99,9% ●	99,86% ●	99,86% ●	98,78% ●			
AA05	Resposta a reclamações e sugestões (%)	Avalia a resposta da entidade gestora a reclamações e sugestões escritas dos utilizadores	100	100% ●	99% ●	99% ●	84% ●			
Sustentabilidade da gestão do serviço										
Código ERSAR	Indicador	Descrição	Referência	INOVA 2016	INOVA 2015	INOVA 2014	RASARP 2015 - Média Nacional 2015			
AA06	Cobertura dos Gastos Totais	Avalia a capacidade da entidade gestora de gerar meios próprios de cobertura dos encargos que decorrem do desenvolvimento da sua atividade	[100;110]	104,84% ●	110,0% ●	1,1 ●	107,0% ●			
AA07	Adesão ao serviço (%)	Avalia a ligação dos utilizadores à infraestrutura física da entidade gestora	[95;100]	98,2% ●	98,1% ●	97,8% ●	86,0% ●			
AA08	Água não faturada (%)	Avalia as perdas económicas correspondentes à água que não chega a ser faturada aos utilizadores	[0;20]	40,8% ●	35,4% ●	35,9% ●	29,8% ●			
AA10	Reabilitação de condutas (%/ano)	Avalia a prática continuada de reabilitação das condutas por forma a assegurar a sua renovação e uma idade média aceitável	[1;4]	1,40% ●	0,9% ●	0,5% ●	0,8% ●			
AA11	Ocorrência de avarias em condutas [n.º/(100 km-ano)]	Avalia a existência de uma frequência reduzida de avarias em condutas	[0;30]	11 ●	10 ●	17 ●	41 ●			
AA12	Adequação dos Recursos Humanos (n.º/1000 ramais)	Avalia a produtividade física dos recursos humanos no que respeita à existência de um número adequado na organização	[2;4]	1,5 ●	1,6 ●	1,6 ●	2,3 ●			
Sustentabilidade ambiental										
Código ERSAR	Indicador	Descrição	Referência	INOVA 2016	INOVA 2015	INOVA 2014	RASARP 2016 - Média Nacional 2015			
AA13	Perdas reais de água [l/(ramal.dia)]	Avalia a utilização de recursos ambientais no que respeita às perdas reais de água, enquanto bem escasso que exige uma gestão cuidada	[0;100]	173 ●	136 ●	142 ●	126 ●			
AA14	Cumprimento do licenciamento das captações (%)	Avalia se as captações estão licenciadas ou se cumprem os requisitos dos títulos de utilização de captação	100	99% ●	100% ●	100% ●	35% ●			
AA15	Eficiência energética de instalações elevatórias [kWh/(m3.100 m)]	Avalia a adequada utilização dos recursos energéticos, enquanto bem escasso que exige uma gestão cuidada	[0.27;0.40]	0,34 ●	0,39 ●	0,40 ●	0,5 ●			

- Qualidade de serviço boa
- Qualidade de serviço mediana
- Qualidade de serviço insatisfatória

Efetuada uma abordagem geral ao desempenho do sistema de abastecimento de água no ano de 2016 e de acordo com os indicadores de qualidade de serviço de 2ª geração da entidade reguladora (nesta data, ainda não tinham sido disponibilizados os indicadores de 3ª geração, que serão a base para a avaliação da qualidade de serviço de 2016), podemos afirmar que dos 14 indicadores previstos, 12 denotam uma qualidade de serviço boa/mediana (em 2015 tinham sido 13).

Existem, no entanto, aspetos que devemos melhorar, realçando-se as questões relativas às perdas de água e correspondentes valores não faturados. Essa mesma observação poderá ser realizada, através do exercício de comparação com a média ponderada dos indicadores para o ano de 2015, referentes ao universo de entidades gestoras de abastecimento de água em baixa, de Portugal Continental (Fonte: RASARP 2016, Volume I - Caracterização do setor de águas e resíduos), onde verificamos, que são precisamente esses indicadores, que tem um desempenho menos positivo face à média nacional, a par do indicador de recurso humanos.

Tendo este cenário em consideração, continuámos a desenvolver em 2016 e em consonância com o plano tático de gestão patrimonial de infraestruturas de abastecimento de água, um conjunto de iniciativas tendentes a corrigir esses indicadores menos favoráveis, das quais destacamos:

- Programa de renovação anual de condutas e ramais domiciliários, tendo-se continuado as obras de reabilitação da ZMC de Ançã, com a substituição de 20 km de condutas, incluindo a remodelação da adução de água ao reservatório existente, que será também alvo de beneficiação, a construção de 1.081 ramais domiciliários e o reposicionamento dos contadores no exterior das habitações. Ainda no âmbito deste programa, iniciou-se a reabilitação das condutas de distribuição de parte das ZMC de Portunhos, Pena, Lemedo, Cadima, Póvoa da Lomba e Sanguinheira, com a substituição de mais de 18 km de condutas e a construção de 830 ramais domiciliários;

- Monitorização através de logger's, dos caudais das zonas de medição e controlo (ZMC), das pressões nos sistemas elevatórios e dos níveis dos reservatórios, permitindo com base nessas informações, a deteção de forma mais precoce, de anomalias, que depois são corrigidas pelas equipas operacionais. Durante o ano de 2016, fez-se 611 intervenções, repartindo-se em 531 reparações em ramais domiciliários, 75 em condutas de distribuição e 5 em válvulas;
- Realização de ações de inspeção, com frequência semanal, para aferir da existência de eventuais fugas em condutas adutoras, de extravasamentos em reservatórios, do estado funcional de contadores de maior calibre e acessórios de rede, como sejam as bocas-de-incêndio, ventosas e válvulas redutoras de pressão;
- Início da reabilitação de 8 reservatórios, tendo como objetivo a manutenção destes ativos em bom estado de conservação, salvaguardando a garantia da qualidade da água e a minimização dos extravasamentos;
- Elaboração e implementação, por administração direta, do projeto de reabilitação das condutas de distribuição e ramais domiciliários da ZMC de Vila de Alva;
- Aquisição de nova aplicação informática relacionada com o cadastro das infraestruturas, de forma a implementar o conceito WebGIS na organização, procurando também, que essa possa ser visualizada e editada em dispositivos móveis (smartphone e tablet) e integrada com a aplicação de relacionamento com os clientes e com a de gestão operacional.

3. Gestão do Sistema de Saneamento de Águas Residuais

Quadro – O Sistema de Saneamento de Águas Residuais em Números (2016)

Dados Gerais Sector Saneamento de Águas Residuais	
Sistema em alta utilizado	Aguas do Centro Litoral, S.A.
Dados Gerais Sector Saneamento de Águas Residuais	97,0%
Adesão ao serviço - %	98,1%
Subsistemas Municipais - Unidades	9
ETAR's - Unidades	9
Estações Elevatórias - Unidades	67
Comprimento Total de Coletores - Km(s)	553,2
Ramais - Unidades	18 226
Índice de conhecimento infraestrutural e de gestão patrimonial - %	71%

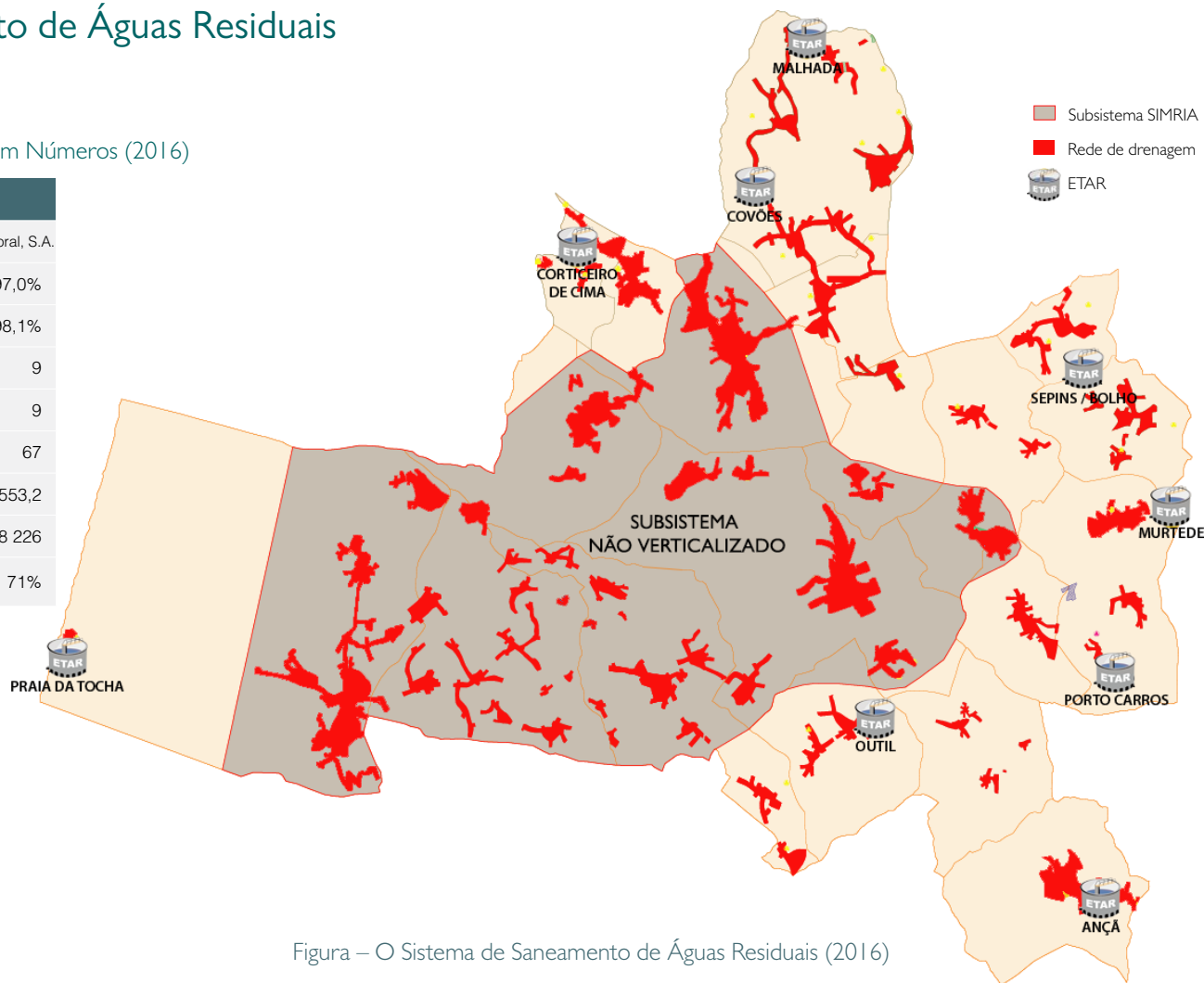


Figura – O Sistema de Saneamento de Águas Residuais (2016)

Quadro – Indicadores das Instalações de Tratamento de Águas Residuais (2016-2015)

Designação da ETAR	Nível de Tratamento	% de Cumprimento de Parâmetros de Descarga		Volume de Água Residual Tratada (m ³ /ano)	
		2016	2015	2016	2015
Ançã	Terciário	100%	75%	411 009	214 933
Murte de *	Terciário	98%	-	50 016	56 597
Praia da Tocha	Secundário	100%	100%	43 267	33 288
Corticeiro de Cima	Secundário	100%	100%	166 852	112 597
Outil	Terciário	100%	100%	154 626	72 586
Bolho / Sepins	Terciário	100%	100%	138 945	87 304
Covões	Secundário	100%	75%	119 287	101 007
Malhada	Secundário com desinfecção	100%	75%	70 395	49 981
Porto Carros / Emxofães	Secundário	100%	100%	8 426	5 437
Total				1 162 823	733 730

*ETAR foi remodelada e ampliada. Em 2015 ainda não tinha um ano completo de exploração.

Presentemente, o Concelho de Cantanhede possui em funcionamento, nove sistemas autónomos de drenagem e tratamento de águas residuais (Ançã, Murte de, Praia da Tocha, Corticeiro de Cima, Outil, Sepins, Covões Sul, Covões Norte e Porto Carros) e uma parte do território abrangido pelo sistema em alta, das Águas do Centro Litoral.

As ETAR's exploradas pela INOVA foram responsáveis, em 2016, pelo tratamento de cerca de 44% do efluente recolhido pelas redes de drenagem de águas residuais, verificando-se que todas, com exceção da ETAR de Murte de, apresentaram uma percentagem de cumprimento dos parâmetros de descarga de 100%. O volume tratado foi superior em 429.093 m³ relativamente ao verificado em 2015 (+58,5%), que se explica fundamentalmente, pelo facto de no ano de 2016, ter ocorrido uma maior precipitação.

Relativamente aos efluentes entregues no sistema em alta, que totalizaram em 2016, 1.429.839 m³, verificou-se uma redução face a 2015, de 262.353 m³ (-15,41%), relacionada

com a dificuldade desse sistema, em acomodar os caudais, originado a ocorrência de inundações. Para que esses problemas fiquem resolvidos, irá arrancar em 2017, uma empreitada da responsabilidade das Águas do Centro Litoral, relacionada com o aumento da capacidade das suas estações elevatórias, estando prevista numa 2ª fase, a construção de uma nova ETAR, a localizar a norte da Tocha. Importa ainda destacar a este propósito, o conjunto de obras de reabilitação da rede coletora, que a INOVA tem promovido nos últimos tempos e que constituem medidas mitigadoras da afluência de caudais indevidos ao sistema em alta.

De forma a manter a acessibilidade física ao serviço num valor já muito próximo dos 100%, foi necessário responder aos 81 novos pedidos de construção de ramais domiciliários e de ampliar a rede em 550 metros. Por solicitação dos utilizadores, foram ainda alterados 15 ramais domiciliários, na sua grande maioria, para aumentar a profundidade e facilitar as ligações prediais.

Quadro – 2ª Geração de indicadores de qualidade de serviço em A.R: INOVA 2016-2014 e Média Nacional 2015

Adequação da interface com o utilizador											
Código ERSAR	Indicador	Descrição	Referência	INOVA 2016		INOVA 2015		INOVA 2014		RASARP 2016 - Média Nacional 2015	
AR01	Acessibilidade física do serviço (%)	Avalia a possibilidade de ligação do utilizador do serviço à infraestrutura física da entidade gestora	[70;100]	97%	●	97%	●	95%	●	83%	●
AR02	Acessibilidade económica do serviço (%)	Avalia a capacidade económica das famílias suportarem o serviço prestado	[0;0,5]	0,39%	●	0,39%	●	0,38%	●	0,30%	●
AR03	Ocorrência de inundações (n.º/ 1000 ramais.ano)	Avalia a protecção de pessoas e bens relativamente à ocorrência de inundações na via pública e em propriedades	[0;0,25]	1,43	●	1,60	●	5,71	●	4,57	●
AR04	Resposta a reclamações e sugestões (%)	Avalia a resposta da entidade gestora a reclamações e sugestões escritas dos utilizadores	[100]	100%	●	97%	●	100%	●	85%	●
Sustentabilidade da gestão do serviço											
Código ERSAR	Indicador	Descrição	Referência	INOVA 2016		INOVA 2015		INOVA 2014		RASARP 2016 - Média Nacional 2015	
AR05	Cobertura dos Gastos Totais	Avalia a capacidade da entidade gestora de gerar meios próprios de cobertura dos encargos que decorrem do desenvolvimento da sua atividade	[100;110]	101	●	100	●	1,00	●	90%	●
AR06	Adesão ao serviço (%)	Avalia a ligação dos utilizadores à infraestrutura física da entidade gestora	[95;100]	98,1%	●	98,1%	●	97,7%	●	87,2%	●
AR08	Reabilitação de coletores (%/ano)	Avalia a prática continuada de reabilitação das coletores por forma a assegurar a sua renovação e uma idade média aceitável	[1;4,0]	1,9%	●	1,9%	●	2,1%	●	0,4%	●
AR09	Ocorrência de colapsos estruturais em colectores [n.º/(100 km-ano)]	Avalia a existência de uma frequência reduzida de colapsos em coletores	[0]	0,18	●	0,0	●	0,6	●	1,3	●
AR10	Adequação dos Recursos Humanos [n.º/(100 km-ano)]	Avalia a produtividade física dos recursos humanos no que respeita à existência de um número adequado na organização	[5;12]	4,1	●	4,3	●	4,2	●	8,7	●
Sustentabilidade ambiental											
Código ERSAR	Indicador	Descrição	Referência	INOVA 2016		INOVA 2015		INOVA 2014		RASARP 2016 - Média Nacional 2015	
AR11	Eficiência energética de instalações elevatórias [kWh/(m3.100 m)]	Avalia a adequada utilização dos recursos energéticos, enquanto bem escasso que exige uma gestão cuidada	[0,27;0,45]	1,23	●	1,03	●	1,00	●	0,66	●
AR12	Destino adequado de águas residuais recolhidas (%)	Avalia a prevenção da poluição, no que respeita à descarga de efluentes recolhidos e não tratados para o meio receptor	[100]	100%	●	100%	●	100%	●	99%	●
AR13	Controlo de Descargas de emergência (%)	Avalia a prevenção da poluição, no que respeita ao controlo de descargas de águas residuais não tratadas para o meio receptor	[90;100]	100%	●	100%	●	0%	●	23%	●
AR14	Análise de águas residuais realizadas (%)	Avalia a prevenção da poluição, no que respeita ao cumprimento das exigências legais de monitorização das descargas de águas residuais	[100]	100%	●	100%	●	100%	●	94%	●
AR15	Cumprimento dos parâmetros de descarga (%)	Avalia a prevenção da poluição, no que respeita ao cumprimento dos parâmetros legais de descarga de águas residuais	[100]	99,9%	●	98%	●	99%	●	77%	●
AR16	Destino de lamas de tratamento (%)	Avalia a prevenção da poluição, no que respeita ao destino final dados às lamas resultantes do tratamento das águas residuais	[100]	100%	●	100%	●	100%	●	99%	●

● Qualidade de serviço boa
● Qualidade de serviço mediana
● Qualidade de serviço insatisfatória

Efetuada uma abordagem geral ao desempenho do sistema de saneamento de águas residuais no ano de 2016 e de acordo com os indicadores de qualidade de serviço de 2ª geração da entidade reguladora (nesta data, ainda não tinham sido disponibilizados os indicadores de 3ª geração, que serão a base para a avaliação da qualidade de serviço de 2016), podemos afirmar que dos 15 indicadores previstos, 13 denotam uma qualidade de serviço boa/mediana, tendo-se mantido face ao ano transado, o mesmo nível de desempenho.

Se compararmos estes dados, com a média ponderada dos indicadores para o ano de 2015, referentes ao universo de entidades gestoras de saneamento de águas residuais em baixa, de Portugal Continental (Fonte: RASARP 2016, Volume 1- Caracterização do setor de águas e resíduos), podemos verificar que são 2 em 15, os indicadores com pior desempenho face à média nacional, sendo aqueles que mais nos continuam a preocupar, os relacionados com as afluências de caudais indevidos e com a eficiência energética das instalações elevatórias.

Tendo este cenário em consideração, continuámos a desenvolver em 2016 e em consonância com o plano tático de gestão patrimonial de infraestruturas de saneamento de águas residuais, um conjunto de iniciativas tendentes a corrigir esses indicadores menos favoráveis, das quais destacamos:

- Renovação e reabilitação dos coletores existentes, tendo-se concluído, a “remodelação da rede de saneamento de Corticeiro de Cima e Vilamar” e estando em curso, a “remodelação da rede de saneamento de Febres”. Estas 2 empreitadas, correspondem genericamente, à substituição de 1,8 km de coletores, reabilitação pontual de defeitos, em 258 pontos da rede, reabilitação de 115 caixas de visita e 350 ramais domiciliários, construção de 4,3 km de emissários e desativação de 4 estações elevatórias;

- Ações de inspeção relativas a ligações clandestinas de águas pluviais e de furos e poços;
- Cerca de 139 ações de inspeção e sensibilização relativas as novas ligações ao sistema, onde os utilizadores são alertados para a forma correta de o fazerem;
- Intervenção em caixas de visita ou ramais domiciliários, para resolver um conjunto de avarias desde pequenas infiltrações a tampas partidas ou causar ruído pela passagem de viaturas e reparação de avaria em conduta de compressão de uma estação elevatória;
- Manutenção da rede coletora com a desobstrução e/ou limpeza de 16,2 km de coletores;
- Inspeção vídeo de 18,5 km de coletores integrados em redes ainda sob a garantia dos empreiteiros, com vista à deteção de eventuais defeitos e posterior correção;
- Inspeção vídeo da bacia de drenagem da estação elevatória da Boavista, em Sepins, numa extensão de 7,8 km, que incluiu a reparação simultânea dos defeitos encontrados;
- Instalação de logger's em todas as estações elevatórias, para envio de dados e alarmes sobre o seu funcionamento.

4. Gestão do Sistema de Resíduos Urbanos

Quadro – O Sistema de Resíduos Urbanos em Números (2016)

Dados Gerais Sector Resíduos Urbanos	
Sistema em alta utilizado	ERSUC, S.A.
Acessibilidade física do serviço - %	81,6%
Acessibilidade física do serviço de recolha seletiva- %	54,1%
Ecocentro - Unidades	1
Ecopontos - Unidades	295
Viaturas afetas à recolha indiferenciada - Unidades	4
Capacidade instalada de contentores - m3	1 133

O Município de Cantanhede está inserido no Sistema Multimunicipal de Valorização e Tratamento de Resíduos Urbanos do Litoral Centro (ERSUC) sendo a INOVA, a entidade gestora encarregue da recolha indiferenciada e transporte dos resíduos urbanos e a ERSUC, responsável pela recolha seletiva, triagem, valorização e tratamento.

Sem embargo das competências quanto à recolha seletiva pertencerem à ERSUC, a INOVA em articulação com essa entidade, têm vindo nos últimos anos, a promover diversas ações nesse âmbito, tendentes a torná-la mais eficaz na área concelhia e consequentemente, aumentar a capitação da recolha seletiva e preparação para a reutilização e reciclagem.

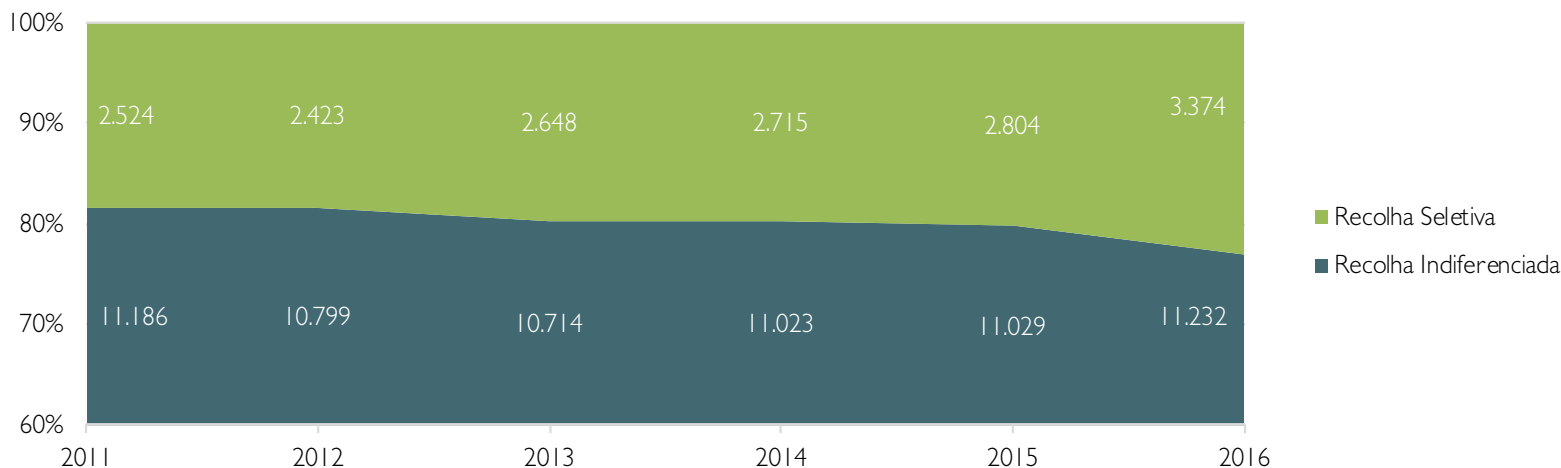
Em 2016 foram recolhidos indiferenciadamente mais 203 toneladas de resíduos do que em 2015, o que corresponde uma variação de 1,8%, o que confirma a tendência de acréscimo de produção que se verifica desde 2014, muito provavelmente relacionada com uma melhoria da situação económica do país.

Quadro – Evolução da Produção de Resíduos Urbanos no Concelho de Cantanhede (2011-2016) – Valores em Toneladas

Anos	Recolha Indiferenciada		Recolha Seletiva							Total	Capitação RU (Kg.hab.ano)*	Capitação Recolha Seletiva (Kg.hab.ano)*
	Indiferenciados	%	Embalagens	Papel e Cartão	Vidro	Verdes	Outros Materiais	Total Reciclagem	%			
2011	11 186	81,6%	380	631	982	367	166	2 524	18,4%	13 710	365	59
2012	10 799	81,7%	339	538	896	471	180	2 423	18,3%	13 223	348	53
2013	10 714	80,2%	296	430	848	946	128	2 648	19,8%	13 362	339	47
2014	11 023	80,2%	372	408	774	987	174	2 715	19,8%	13 737	348	47
2015	11 029	79,7%	426	460	832	908	178	2 804	20,3%	13 833	353	52
2016	11 232	76,9%	450	452	824	1 440	207	3 374	23,1%	14 606	360	53
Variação 2016-2015	203	-	24	-8	-8	532	29	570	-	773	7	1
Variação 2016-2015 (%)	1,8%	-3,6%	5,7%	-1,7%	-0,9%	58,6%	16,5%	20,3%	14,0%	5,6%	1,9%	2,0%

* Não inclui verdes

Gráfico – Evolução da Produção de Resíduos Urbanos no Concelho de Cantanhede (2011-2016) – Valores em Toneladas



Relativamente à separação de resíduos e segundo dados da ERSUC de 2016, o Município de Cantanhede apresentava entre os 36 municípios que integram o sistema multimunicipal, os melhores resultados na fileira do vidro e dos plásticos e metais, com uma captação de 22,01 Kg/hab.ano e 10,85 Kg/hab.ano respetivamente, enquanto a média do sistema é de 14,8 Kg/hab.ano e 7,28 Kg/hab.ano. Relativamente às embalagens de papel/cartão, o Município de Cantanhede, com 9,6l Kg/hab.ano, apenas é superado por Coimbra e S. João da Madeira, sendo a média do sistema de 7,84 Kg/hab.ano.

No Concelho de Cantanhede, 23,1% dos resíduos recolhidos tem como destino a valorização por reciclagem ou compostagem, tendo-se registado um acréscimo face ao ano transato, de 570 toneladas (+20,3%), que se explica fundamentalmente pelo aumento dos verdes rececionados no ecocentro e dos materiais relativos à fileira dos plásticos e metais (+5,7%).

Referir ainda a este propósito, que em 2015, Portugal Continental teve uma captação média de resíduos urbanos de 458 kg/hab.ano e no total de resíduos urbanos recolhidos, 84,7% foram provenientes de recolha indiferenciada, 13,4% de recolha seletiva e 1,9% de grandes produtores/particulares (Fonte: Relatório do Estado do Ambiente Portugal 2016, Agência Portuguesa do Ambiente). Relativamente ao sistema multimunicipal que integramos, estava previsto como meta em 2016, para a retoma de recolha seletiva 3l (pressupondo uma percentagem de retomas de 93%), uma captação média anual de 3l kg/hab.ano e que evoluiu até 46 kg/hab.ano no ano de 2020 (Fonte: Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos 2020 - Setembro de 2014). Em 2016, no Concelho de Cantanhede, esse indicador foi de 44 kg/hab.ano.

Quadro – 2ª Geração de indicadores de qualidade de serviço em R.U: INOVA 2016-2014 e Média Nacional 2015

Adequação da interface com o utilizador											
Código ERSAR	Indicador	Descrição	Referência	INOVA 2016	INOVA 2015	INOVA 2014	RASARP 2016 - Média Nacional 2015				
RU01	Acessibilidade física do serviço (%)	Avalia a proximidade física dos utilizadores com os equipamentos de recolha indiferenciada	[80;100]	82% ●	84% ●	92% ●	86% ●				
RU02	Acessibilidade física do serviço de recolha seletiva (%)	Avalia a proximidade física dos utilizadores com os equipamentos de recolha seletiva	[70;100]	54% ●	62% ●	67% ●	71% ●				
RU03	Acessibilidade económica do serviço (%)	Avalia a capacidade económica das famílias suportarem o serviço prestado	[0;0.5]	0,17% ●	0,17% ●	0,10% ●	0,18% ●				
RU04	Lavagem de Contentores	Avalia a limpeza dos contentores, de modo a permitir o seu manuseamento em condições de salubridade e segurança	[12;24]	7,0 ●	6,9 ●	6,3 ●	4,9 ●				
RU05	Resposta a reclamações e sugestões (%)	Avalia a resposta da entidade gestora a reclamações e sugestões escritas dos utilizadores	[100]	100,00% ●	100% ●	94% ●	85% ●				
Sustentabilidade da gestão do serviço											
Código ERSAR	Indicador	Descrição	Referência	INOVA 2016	INOVA 2015	INOVA 2014	RASARP 2016 - Média Nacional 2015				
RU06	Cobertura dos Gastos Totais	Avalia a capacidade da entidade gestora de gerar meios próprios de cobertura dos encargos que decorrem do desenvolvimento da sua atividade	[100;110]	104% ●	106% ●	0,9 ●	82% ●				
RU07	Reciclagem de resíduos de embalagem (%)	Avalia a % de resíduos de embalagem recolhidos na área de intervenção da entidade gestora	[95;+∞]	168% ●	157% ●	126% ●	113% ●				
RU11	Renovação do parque de viaturas (km/viatura)	Avalia o grau de utilização do parque de viaturas por forma a assegurar a sua renovação e um estado de conservação aceitável	[0;250.000]	492 707 ●	459 636 ●	393 394 ●	299 671 ●				
RU12	Rentabilização do parque de viaturas (kg/m3.ano)	Avalia o grau de rentabilização do parque de viaturas por forma a otimizar a sua capacidade	[400;500(530 ●	532 ●	531 ●	414 ●				
RU13	Adequação dos Recursos Humanos (n.º/1000 t)	Avalia a produtividade física dos recursos humanos no que respeita à existência de um número adequado na organização	[1.5;3.5]	2,4 ●	2,5 ●	2,5 ●	2,1 ●				
Sustentabilidade ambiental											
Código ERSAR	Indicador	Descrição	Referência	INOVA 2016	INOVA 2015	INOVA 2014	RASARP 2016 - Média Nacional 2015				
RU13	Utilização de recursos energéticos (tep/t)	Avalia a adequada utilização dos recursos energéticos, enquanto bem escasso que exige uma gestão cuidada	[0;6,5]	6 ●	5,9 ●	6 ●	6 ●				
RU16	Emissão de gases com efeito de estufa (kg CO2/t)	Avalia a prevenção da emissão de gases com efeito de estufa com origem nos veículos de recolha de resíduos	[0;15]	17 ●	18 ●	18 ●	19 ●				

- Qualidade de serviço boa
- Qualidade de serviço mediana
- Qualidade de serviço insatisfatória

Efetuada uma abordagem geral ao desempenho do sistema de resíduos urbanos no ano de 2016 e de acordo com os indicadores de qualidade de serviço de 2ª geração da entidade reguladora (nesta data, ainda não tinham sido disponibilizados os indicadores de 3ª geração, que serão a base para a avaliação da qualidade de serviço de 2016), podemos afirmar que dos 12 indicadores previstos, 11 denotam uma qualidade de serviço boa/mediana.

Olhando, para a média ponderada dos indicadores para o ano de 2015, referentes ao universo de entidades gestoras de resíduos em baixa, de Portugal Continental (Fonte: RASARP 2016, Volume 1- Caracterização do setor de águas e resíduos), verifica-se que são 9 em 12, que denotam uma qualidade de serviço boa/mediana. Comparando o resultado de cada um dos indicadores, verificamos que existem 3, com desempenho menos positivo face à média, nacional (acessibilidade física ao serviço de recolha seletiva, renovação e rentabilização do parque de viaturas).

Por último, gostaríamos de destacar, a aprovação de duas candidaturas ao POSEUR, designadas de “Cantanhede Recicla – Ações Materiais” e “Cantanhede Recicla – Ações Imateriais”, tendo-se lançado durante o ano, os vários procedimentos de contratação pública inerentes às ações a concretizar, que irão passar por 4 eixos: sensibilização ambiental relativa às temáticas da prevenção e da separação dos resíduos, aumento da acessibilidade física ao serviço de recolha seletiva, introdução de sistemas pay-as-you-throw e aumento da eficiência das tarefas associadas à recolha.

5. Regulação Económica dos Serviços de Águas e Resíduos

No âmbito do contrato de gestão delegada para o período quinquenal 2014-2018, vigora um modelo tarifário do tipo custo do serviço, em que as tarifas a praticar correspondem a tarifas necessárias, ou seja, a tarifas que permitem a recuperação anual de todos os gastos devidos em cenário de eficiência para suportar cada uma das atividades, em condições de assegurar a qualidade dos serviços, o respetivo equilíbrio económico-financeiro, a gestão eficiente dos sistemas e a acessibilidade aos serviços por parte dos utilizadores.

Nesse sentido e uma vez que podem existir desvios tarifários, isto é, diferenças entre o previsto no contrato de gestão delegada e os resultados efetivamente alcançados, torna-se relevante evidenciar esses factos, uma vez que serão integralmente refletidos no próximo período tarifário (entre 2019-2023).

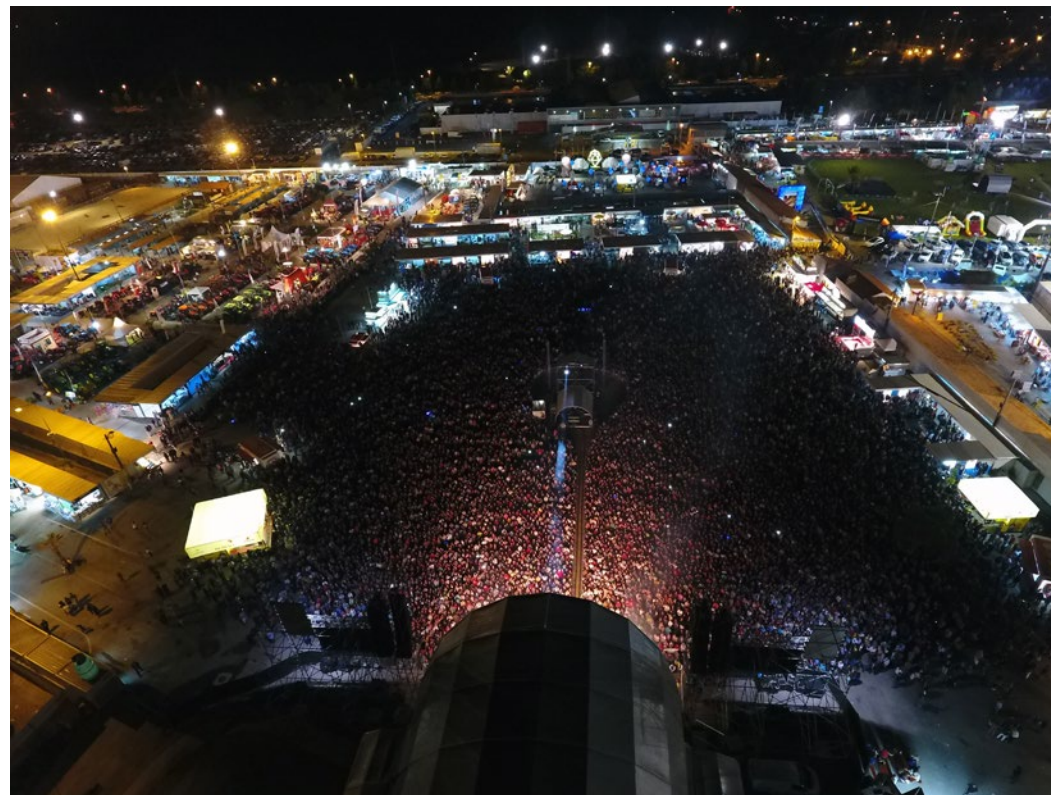
À data de 31/12/2016 a INOVA apresenta um superavit em todas as suas atividades reguladas face ao previsto no contrato de gestão delegada, totalizando 893.807 Euros. É o que se apresenta no quadro seguinte:

Quadro – Desvios tarifários (2016) - Euros

	2016	Contrato de Gestão Delegada - 2016	Desvio	Desvio Acumulado 2014-2016
Abastecimento de Água:				
Total de Rendimentos	1 870 263	1 687 022	183 241	392 681
Total de Gastos	1 544 804	1 609 119	-64 315	9 706
Superavit / Défice	325 459	77 903	247 556	382 975
Saneamento de Águas Residuais:				
Total de Rendimentos	3 180 021	3 110 816	69 206	85 852
Total de Gastos	2 934 254	3 080 899	-146 644	-250 994
Superavit / Défice	245 767	29 917	215 850	336 846
Resíduos Urbanos:				
Total de Rendimentos	1 232 368	1 213 708	18 660	51 581
Total de Gastos	1 129 612	1 162 303	-32 690	-122 405
Superavit / Défice	102 755	51 405	51 350	173 986
Totais:				
Total de Rendimentos	6 282 652	6 011 545	271 107	530 114
Total de Gastos	5 608 671	5 852 321	-243 650	-363 693
Superavit / Défice	673 981	159 225	514 757	893 807

[4] OUTRAS ATIVIDADES

- Atividades ao nível ambiental relacionadas com a Bandeira Azul na Praia da Tocha, Galardão ECOXXI e Programa Eco Escolas;
- Manutenção de 27 hectares de espaços verdes, um crescimento de 9.498 m² face ao ano anterior, decorrente da integração de novas áreas (Complexo Escolar, Parque Urbano e envolvente à subestação da EDP junto do cemitério, todos na cidade de Cantanhede);
- Produção de plantas para consumo interno e para a satisfação dos pedidos das Freguesias, Escolas e Associações;
- Realização de 18 sessões de sensibilização seguidas de uma visita guiada à quinta piloto de agricultura biológica, onde participaram 446 estudantes;
- Exploração agrícola na Quinta Piloto, curso ministrado de iniciação à agricultura biológica e apoio técnico no projeto das Hortas Comunitárias do Município de Cantanhede;
- Serviço de limpeza urbana prestada às 14 freguesias do Concelho;
- Execução dos trabalhos de limpeza e front office das Piscinas Municipais;
- Conclusão dos trabalhos da empreitada do Complexo Desportivo de Ançã;
- 14.467 Passageiros nos Transportes Urbanos de Cantanhede, distribuídos por 13.266 no circuito cidade (taxa de ocupação de 25%), 1.046 no circuito freguesias (taxa de ocupação de 9%) e 155 no circuito praias (taxa de ocupação de 7%);
- Responsabilidade pela gestão da XXVI Edição da Expofacil;



Expofacil 2016

[5]
CLIENTES

I. Contratos e Faturação

Quadro – Evolução do N° Clientes de Abastecimento de Água (2013-2016)

Tipo de Utilizadores	2013	%	2014	%	2015	%	2016	%
Doméstico	18 323	91,3%	18 110	89,9%	18 119	89,7%	18 121	89,4%
Doméstico - Tarifário Famílias Numerosas	27	0,1%	42	0,2%	47	0,2%	50	0,2%
Doméstico - Tarifário Social	-	-	10	-	24	0,1%	35	0,2%
Não Doméstico	1 724	8,6%	1 972	9,8%	1 983	9,8%	2 033	10,0%
Não Doméstico - Tarifário Social	-	-	-	-	19	0,1%	22	0,1%
Outros Municípios	5	0,0%	5	0,0%	5	0,0%	5	0,0%
Total	20 079	100%	20 139	100%	20 197	100%	20 266	100%
Novos Clientes (Variação)			60		58		69	
Novos Clientes (Variação %)				0,3%		0,3%		0,3%

* No ano de 2013 os consumidores agrícolas estavam classificados como utilizadores domésticos. Em 2016 representam 233 utilizadores.

A INOVA registou durante o ano de 2016 um acréscimo de **69** novos clientes, servindo no final do ano, **20.266** clientes de água.

Em 2016, o volume total de água faturada foi de 2.987.816 m³, o que corresponde a um decréscimo de 4,8% face a 2015, isto é, menos 149.863 m³. Os consumos faturados aos clientes diretos (utilizadores finais) sofreram ligeiras alterações (-20.965 m³), tendo-se registado um decréscimo acentuado nos clientes municipais (-140.995 m³). Essa variação resultou fundamentalmente da diminuição de consumo do Município de Montemor-o-Velho (-189.442 m³), que resolveu os problemas tidos no ano de 2015 com as suas captações.

Quadro – Evolução da Água Faturada em m³ (2013-2016)

Tipologia de Clientes	2013		2014		2015		2016	
	M ³	%	M ³	%	M ³	%	M ³	%
Consumo Clientes Diretos								
Doméstico (Inclui Tarifário Social e Famílias Numerosas)	1 461 611	52,7%	1 499 100	54,5%	1 461 699	46,6%	1 455 351	48,7%
Não Doméstico	690 371	24,9%	662 224	24,1%	627 713	20,0%	612 662	20,5%
Não Doméstico - Tarifário Social	-	-	-	-	74 413	2,4%	74 847	2,5%
Total	2 151 982	77,6%	2 161 324	78,6%	2 163 825	69,0%	2 142 860	71,7%
Variação %				0,4%		0,1%		-1,0%
Consumos Clientes Municipais (1)	460 658	16,6%	463 521	16,9%	844 086	26,9%	703 091	23,5%
Variação %				0,6%		82,1%		-16,7%
Total de Água Faturada Clientes	2 612 640	94,2%	2 624 845	95,4%	3 007 911	95,9%	2 845 951	95,3%
Variação %				0,5%		14,6%		-5,4%
Outros Consumos								
Jardins e Instalações Deportivas	162 182	5,8%	125 071	4,5%	129 724	4,1%	141 813	4,7%
Outros	0	0,0%	467	0,0%	44	0,0%	52	0,0%
Total	162 182	5,8%	125 538	4,6%	129 768	4,1%	141 865	4,7%
Variação %				-22,6%		3,4%		9,3%
Total de Água Faturada	2 774 822	100,0%	2 750 383	100,0%	3 137 679	100,0%	2 987 816	100,0%
Variação %				-0,9%		14,1%		-4,8%

(1) Venda de Água ao Município de Mira, Montemor, Coimbra e Mealhada

Gráfico – Evolução da Água Faturada a Clientes em m³ (2008-2016)

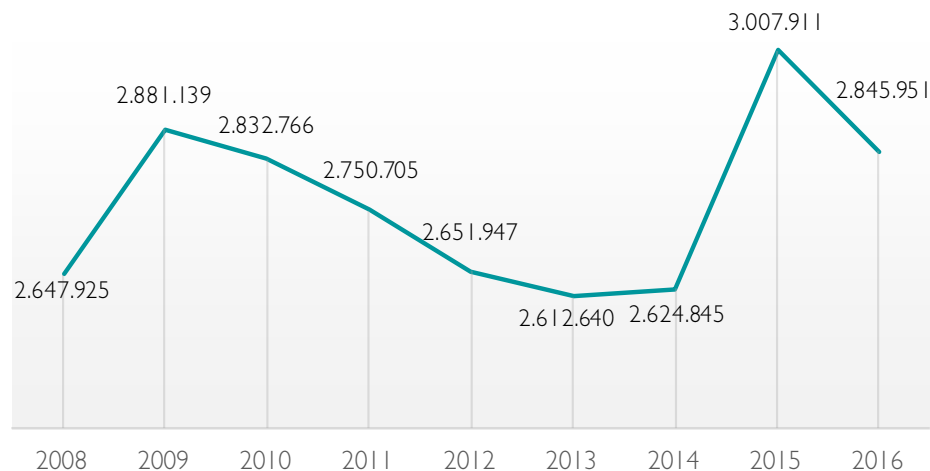
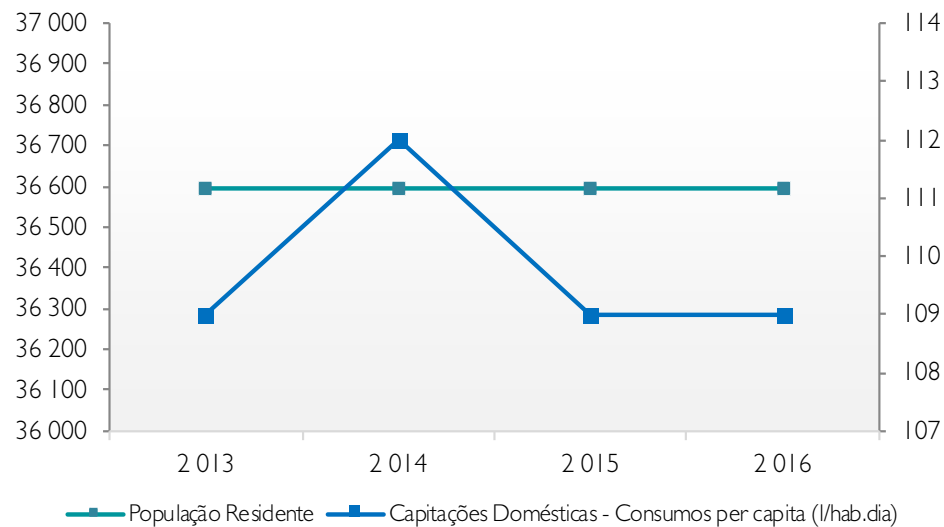


Gráfico - Evolução das Captações Domésticas (2013-2016)



Considerando a população residente de 36.595 habitantes (Censos 2011) e o volume de água faturado por consumo doméstico, pode estimar-se um valor para a captação de 39,78 m³ / hab.ano, correspondente a 109 l/hab.dia.

Quadro – Evolução do nº Clientes de Saneamento (2013-2016)

Tipo de Utilizadores / Clientes	2013	%	2014	%	2015	%	2016	%
Doméstico	17 250	92,0%	17 181	91,6%	17 243	91,5%	17 276	91,4%
Doméstico - Tarifário Familias Numerosas	-	-	39	-	45	0,2%	48	0,3%
Doméstico - Tarifário Social	-	-	10	-	24	0,1%	35	0,2%
Não Doméstico	1 492	8,0%	1 523	8,1%	1 484	7,9%	1 497	7,9%
Não Doméstico - Tarifário Social	-	-	-	-	33	-	35	0,2%
Utilizadores com Elevados Caudais de Descarga	9	0,0%	12	0,1%	14	0,1%	15	0,1%
Total	18 751	100%	18 765	100%	18 843	100%	18 906	100%
Novos Clientes (Variação)			14		78		63	
Novos Clientes (Variação %)				0,1%		0,4%		0,3%

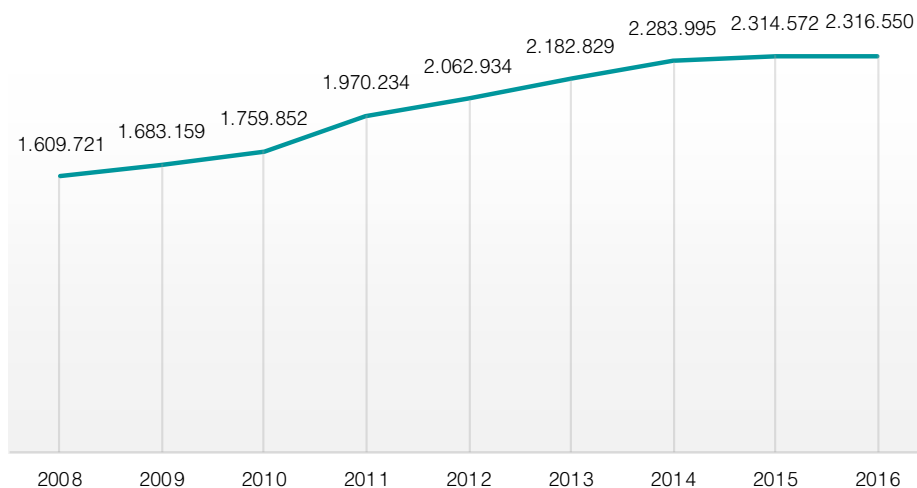
A INOVA registou durante o ano de 2016 um acréscimo de 63 novos clientes, servindo no final do ano, 18.906 clientes de saneamento.

Quadro – Evolução da Água Residual Faturada em M³ (2013-2016)

M³ Facturados por Tipo de Utilizador	2013		2014		2015		2016	
	M³	%	M³	%	M³	%	M³	%
Domésticos (Inclui Tarifário Social e Famílias Numerosas)	1 357 878	62,2%	1 428 207	62,5%	1 431 679	61,9%	1 424 836	61,5%
Não Doméstico	380 479	17,4%	380 088	16,6%	290 645	12,6%	302 142	13,0%
Não Doméstico - Tarifário Social	-	-	-	-	74 413	3,2%	74 636	3,2%
Utilizadores com Elevados Caudais de Descarga*	444 472	20,4%	475 700	20,8%	517 835	22,4%	514 936	22,2%
Total Geral	2 182 829	100,0%	2 283 995	100,0%	2 314 572	100,0%	2 316 550	100,0%
Varição			101 166	4,6%	30 577	1,3%	1 978	0,1%

* Com base no caudal de descarga, em m³

Gráfico – Evolução da Água Residual Faturada em m³ (2008-2016)



Em 2016, o volume total de água residual faturada (com base no consumo de água e caudal de descarga) foi de 2.316.550 m³, praticamente idêntico ao verificado em 2015 (+1.978 m³).

Quadro – Evolução do Nº de Clientes RU (2013-2016)

Tipo de Utilizadores / Clientes	2013	%	2014	%	2015	%	2016	%
Doméstico	17 972	89,3%	17 886	88,9%	17 917	89,3%	17 926	90,2%
Doméstico - Tarifário Social	-	-	10	-	24	0,1%	35	0,2%
Doméstico - Sem Adesão ao Serviço de Abastecimento de Água	497	2,5%	448	2,2%	381	1,9%	371	1,9%
Não Doméstico	1 426	7,1%	1 524	7,6%	1 476	7,4%	1 268	6,4%
Não Doméstico - Tarifário Social	-	-	-	-	29	0,1%	31	0,2%
Não Doméstico - Grandes Produtores de Resíduos	232	1,2%	244	1,2%	241	1,2%	237	1,2%
Total	20 127	100%	20 112	100%	20 068	100%	19 868	100%
Novos Clientes (Varição)			-15		-44		-200	
Novos Clientes (Varição %)			-0,1%		-0,2%		-1,0%	

No final de 2016, a INOVA detinha 19.868 clientes a quem é cobrado a tarifa de resíduos urbanos, dos quais 237 são grandes produtores (com contratos de recolha especial), registando um decréscimo de 1,0% face ao mesmo período de 2016.

Em 2016, o volume total de água, que serviu de indexante para a faturação da componente variável de resíduos urbanos, foi de 1.795.075 m³, o que corresponde a mais 5,7% face a 2015, isto é, mais 96.333 m³. Quanto à produção de resíduos urbanos medidos e faturados, fixou-se em 18.717 m³ (- 498 m³ do que em 2015).

Quadro – Evolução das Quantidades para Efeitos de Aplicação da Componente Variável de RU em M³ (2013-2016)

Em Função do Consumo Faturado (em m ³) de Água	2013 m ³	2014 m ³	2015 m ³	2016 m ³
Doméstico (Inclui Tarifário Social)	1 408 562	1 503 363	1 538 760	1 553 272
Não Doméstico	146 963	149 368	135 623	169 909
Não Doméstico - Tarifário Social	-	-	24 360	69 878
Total	1 555 525	1 652 731	1 698 742	1 795 075
Variação		97 206	46 011	96 333
Variação %		6,2%	2,8%	5,7%

Em Função da Produção de Resíduos Urbanos Medidos	2013 m ³	2014 m ³	2015 m ³	2016 m ³
Não Doméstico - Grandes Produtores de Resíduos	18 886	19 048	19 215	18 717
Variação		162	167	-498
Variação %		0,9%	0,9%	-2,6%

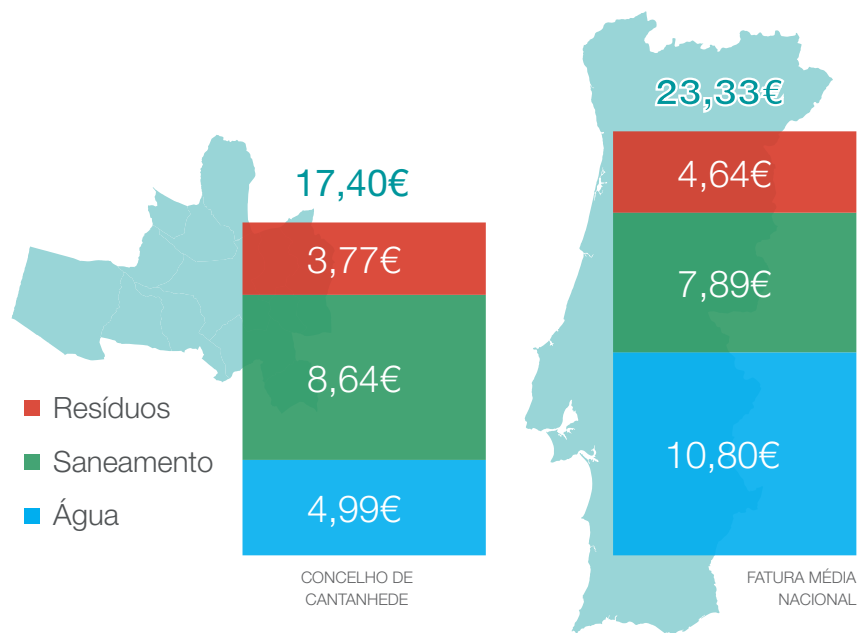
2. Acessibilidade Económica

Quadro – Evolução do Valor da Fatura Mensal Cliente Doméstico (2014-2016)

Cliente Doméstico: Consumo Mensal 10 m ³	2012	2013	2014
Águas Abastecimento			
Tarifa Fixa - €uros	1,60	1,57	1,59
Tarifa Variável - €uros	3,28	3,22	3,40
Sub-Total	4,88	4,79	4,99
Indicador de Acessibilidade Económica (%)	0,23%	0,22%	0,23%
Águas Residuais			
Tarifa Fixa - €uros	3,75	4,34	4,56
Tarifa Variável - €uros	4,43	4,35	4,08
Sub-Total	8,18	8,69	8,64
Indicador de Acessibilidade Económica (%)	0,38%	0,39%	0,39%
Resíduos Urbanos			
Tarifa Fixa - €uros	2,00	2,04	2,08
Tarifa Variável - €uros	1,70	1,80	1,69
Sub-Total	3,70	3,84	3,77
Indicador de Acessibilidade Económica (%)	0,17%	0,17%	0,17%
Total Serviços de Águas e Resíduos - €uros	16,76	17,32	17,40
Indicador de Acessibilidade Económica A.A, A.R e R.U (%)	0,78%	0,79%	0,79%

Em 2016, os encargos tarifários com os serviços de águas e resíduos, para um cliente doméstico, com um perfil de consumo mensal de 10 m³, foi de 17,40 Euros, um ligeiro aumento face a 2015 (+0,08 Euros). Comparando com a média nacional de 23,33 Euros (dados de 2015), o valor pago foi inferior em 5,93 Euros (-25,4%), o que corresponde a uma poupança anual de 71,15 Euros.

Gráfico – Comparação com a Média Nacional



Enquadrando os preços praticados pela Empresa, com o rendimento médio familiar disponível no Concelho de Cantanhede, nos termos do indicador definido pela entidade reguladora, podemos verificar que a acessibilidade económica aos serviços é muito boa, uma vez que os três encargos somados ficam a pouco mais de metade, da soma do limite de 0,5% estabelecido para cada um dos serviços isoladamente.

3. Cobranças e Suspensões

No que se refere às cobranças, continua-se a registar um aumento do número de avisos de interrupção enviados, mas cuja taxa de emissão de ordens de serviço para a respetiva suspensão, é claramente reduzida (15%). De salientar, que os 54% das interrupções efetivadas, em que não existe restabelecimento do serviço, se referem a locais que passaram a estar desocupados ou então, quando os inquilinos abandonam os alojamentos.

Quadro – Evolução das Suspensões (2014-2016)

Tipo de Utilizadores / Clientes	2014	2015	2016	Var. 16/15	
				Valor	%
Avisos de Interrupção do Fornecimento (Unidades)	1 678	1 757	1 973	216	12%
Suspensões Efetivadas (Unidades)	233	242	302	60	25%
Taxa de Suspensões Efetivadas (%)	14%	14%	15%	2%	11%
Restabelecimento após Suspensão do Fornecimento (Unidades)	109	109	138	29	27%
Taxa de Restabelecimento após Suspensão do Fornecimento (%)	47%	45%	46%	1%	1%

4. Serviço ao Cliente

Quadros - Atendimento, Prazos de Execução, Reclamações / Sugestões e Serviços Específicos (2014-2016)

Serviço ao Cliente	2014	2015	2016
Atendimento Presencial:	15 774	16 739	15 365
Tempo de Resposta (%) :			
Colocação de Contador <= 2 Dias Úteis	95%	98%	97%
Construção Ramais <= 15 Dias Úteis	91%	97%	99%
Limpeza de Fossas <= 8 Dias Úteis	100%	99%	100%
Recolha de Verdes <= 8 Dias Úteis	99%	99%	98%
Recolha de Monstros <= 8 Dias Úteis	98%	99%	97%
Parecer Processos de Obras <= 10 Dias Úteis	100%	100%	100%
Parecer Processos de Loteamentos <= 15 Dias Úteis	100%	100%	100%
Reclamações Serviço de Abastecimento de Água <= 22 Dias Úteis	100%	98%	100%
Reclamações Serviço de Águas Residuais <= 22 Dias Úteis	100%	97%	100%
Reclamações Serviço de Gestao de Residuos Urbanos <= 22 Dias Úteis	100%	100%	100%
Nº Reclamações/ Sugestões:			
Serviço de Abastecimento de Água:			
Contratação	6	2	6
Faturação e Leitura	46	35	38
Ligação e Disponibilidade	0	2	2
Qualidade do Serviço	27	52	37
Qualidade da Água	4	0	6
Tarifário	11	7	8
Total	94	98	97
Serviço de Águas Residuais:			
Contratação	1	0	0
Faturação e Leitura	7	2	2
Ligação e Disponibilidade	13	9	4
Qualidade do Serviço	42	9	11
Tarifário	22	9	11
Total	85	29	28

Serviço ao Cliente	2014	2015	2016
Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos:			
Contratação	18	5	1
Faturação e Leitura	7	3	1
Equipamento	12	1	5
Qualidade do Serviço	3	2	1
Recolhas	1	2	0
Tarifário	10	9	4
Total	51	22	12
Serviços Específicos:			
Clientes com Fatura Electrónica	1 804	2 088	2 254
Clientes com Débito Direto	13 905	13 903	13 934
Clientes com Adesão ao Balcão Digital		191	490

Em 2016 atendemos presencialmente 15.365 clientes na nossa loja, tivemos um tempo de resposta a um conjunto de serviços prestados pela empresa, a rondar os 100%, relativamente ao prazo definido internamente ou pela entidade reguladora, recebemos 137 reclamações / sugestões relativas aos serviços de águas e resíduos (uma redução face às 149 registadas em 2015), aumentámos em 166, o número de novas adesões à fatura eletrónica, o que corresponde a que 11% do total de clientes, optem por receber a fatura de forma desmaterializada, 64% das faturas emitidas são pagas por débito direto e atualmente estão registados 490 utilizadores no balcão digital.

Importa ainda referir, o lançamento da aplicação INOVA.MAISPROXIMA no final do ano de 2016, ferramenta que está disponível via web e da qual resultará uma aplicação móvel, “app”, que permite de uma forma direta e simplificada, reportar as diferentes ocorrências da responsabilidade da INOVA, como por exemplo, roturas na via pública, resíduos junto aos contentores ou deficiência nos sistemas de rega dos jardins municipais.

inova
 MUNICÍPIO DE CANTANHEDE - SERVIÇOS DE GESTÃO AMBIENTAL E URBANA DE CANTANHEDE

Adira ao balcão digital, fatura eletrónica e débito direto
 Aproveite a oferta que temos para si!

Com a adesão ganhe entradas para a Expofacil 2016
 * Até 22 de julho oferta de 1 livre-trânsito

Consulte a informação detalhada destes serviços, a forma de adesão e as vantagens em www.inova-em.pt

- ✓ Mais cómodo
- ✓ Melhor para o ambiente
- ✓ Sem custos adicionais



Para mais informações contacte os nossos serviços comerciais ou visite o nosso site em www.inova-em.pt

Esta nova solução tecnológica, por estar integrada com outros módulos de gestão da INOVA, irá garantir uma melhor eficácia operacional, contribuindo desta forma, para a melhoria dos serviços prestados à população.

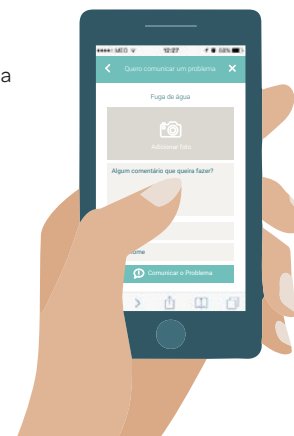
Trata-se de mais um serviço, a par do Balcão Digital, implementado no ano anterior, que visa reforçar a ligação digital aos clientes e à população, permitindo-lhes interagir com a INOVA de forma simples, rápida e cómoda.

INOVA MAIS PRÓXIMA

Integrar os cidadãos na gestão ambiental do Município de Cantanhede. Uma aplicação web para a cidadania participativa.



Como devo fazer para reportar uma ocorrência?



- 1 Acesso via web através do endereço: nova.maisproxima.pt;
- 2 Ao entrar no endereço web, a aplicação indica automaticamente a localização (posição geográfica) do cidadão (dado pelo *smartphone* ou *tablet*);
- 3 O cidadão seleciona a ocorrência que deseja reportar (previamente parametrizada com um grafismo apropriado);
- 4 Fotografa e descreve a ocorrência que deseja reportar;
- 5 Coloca o seu nome e email e envia a informação;
- 6 É notificado o cidadão referindo que a INOVA-EM já tem conhecimento do que foi reportado;
- 7 As equipas operacionais da INOVA-EM são notificadas da ocorrência (localização, do que se trata e respetiva fotografia), a fim de a resolver e é-lhe atribuída uma referência;
- 8 Quando a ocorrência estiver tratada, o cidadão é notificado da sua resolução.

5. Satisfação do Cliente

Índice de Satisfação dos Clientes



A INOVA participou pela primeira vez no ano de 2016, no Índice Nacional de Satisfação de Cliente – ECSI Portugal, uma parceria entre o Instituto Português da Qualidade, Associação Portuguesa para a Qualidade e a NOVA Information Management School, que visa apresentar um conjunto de resultados da satisfação dos clientes para vários setores de atividade, nos quais se inclui o setor das águas (participação de 14 entidades gestoras, sendo a esmagadora maioria, responsável pelos serviços dos concelhos mais populosos do país).

Neste estudo, foram entrevistados 248 clientes da INOVA, entre os meses de julho a novembro de 2016, através de um questionário com cerca de 60 questões, onde foram analisadas 8 variáveis relativas ao serviço de abastecimento de água, apresentadas numa escala de 1 a 10.

Para a INOVA, o índice com maior valor médio é o da imagem (8,04 pontos), logo seguida pelo índice de confiança (8,03 pontos), apresentando em todas as variáveis analisadas, valores médios superiores aos da média do setor das águas. Na satisfação do cliente, detém a 7ª posição do ranking, de entre as 14 entidades estudadas e nos restantes índices, os resultados encontram-se entre a 4ª posição, no índice de imagem, e a 8ª posição do ranking, no índice de lealdade do cliente.

Quadro – Resultados ECSI 2016 (INOVA vs Setor Águas)

Variáveis	INOVA	Setor das Águas	Posição
Imagem	8,04	7,74	4
Expectativas	7,67	7,55	7
Qualidade	7,96	7,83	6
Valor	6,84	6,62	5
Satisfação	7,68	7,53	7
Reclamações	7,24	6,99	5
Confiança	8,03	7,84	6
Lealdade	7,38	7,26	8

A INOVA apresenta ainda cerca de 42% de clientes que podem ser considerados muito satisfeitos (índices superiores a 8), proporção superior à registada pelo setor das águas (37,1%).

No âmbito deste estudo, foi ainda avaliada a atividade de recolha e tratamento de águas residuais e de recolha de lixo, tendo-se obtido uma avaliação média de 7,55 pontos e 7,95 pontos respetivamente (a média das empresas no setor das águas foi de 6,98 pontos e 7,4 pontos, respetivamente).

Inquérito de Satisfação aos Clientes

No final do ano, voltamos a desenvolver um estudo de satisfação do cliente, através de uma empresa da especialidade e acreditada para o efeito, que abarcou todas as atividades desenvolvidas pela empresa. Foram entrevistados telefonicamente 676 indivíduos residentes no Concelho de Cantanhede.

Face a estes resultados, pode-se concluir que, de uma forma geral, a satisfação com o serviço prestado pela INOVA é bastante elevado (4,06 numa escala de 1 a 5), tendo subido face ao ano anterior. Os atributos mais valorizados dentro dos serviços prestados, são os que dizem respeito à recolha de monstros e verdes, o trabalho relacionado com a Expofacil e a manutenção e tratamento de espaços verdes e jardins.

Quadro – Indicadores de Satisfação do Cliente

Satisfação do Cliente	2016		2015	
Serviços Prestados	% de respostas positivas (3, 4 e 5)*	Média quantitativa	% de respostas positivas (3, 4 e 5)*	Média qualitativa
Satisfação face ao serviço de abastecimento de água	97	4,23	97	4,14
Satisfação face ao serviço de saneamento de águas residuais	96	4,2	97	4,1
Satisfação face ao serviço de gestão de resíduos urbanos	97	4,32	98	4,22
Satisfação face aos espaços verdes	96	4,25	97	4,23
Satisfação face à limpeza urbana	83	3,78	86	3,75
Satisfação face à Expofacil	97	4,37	97	4,3
Prestação de serviços no geral	96	4,06	97	4,05
Outras Questões Colocadas	% de respostas positivas (3, 4 e 5)*	Média quantitativa	% de respostas positivas (3, 4 e 5)*	Média qualitativa
Rapidez de atendimento	95	4,19	97	4,19
Simpatia / cortesia no atendimento	96	4,23	97	4,24
Rapidez na resolução de problemas	93	4,04	95	4,04
Qualidade na resolução de problemas	93	4,05	94	4,03
Qualidade do serviço prestado considerando o preço pago	80	3,54	83	3,51
Outras Questões Colocadas	Muitas Vezes, Sempre	Nunca, Raramente, Às Vezes,	Muitas Vezes, Sempre	Nunca, Raramente, Às Vezes,
Bebe água da torneira	33,2%	66,8%	33,3%	66,7%
Separação / Selecção de resíduos	79,0%	21,0%	84,3%	15,7%

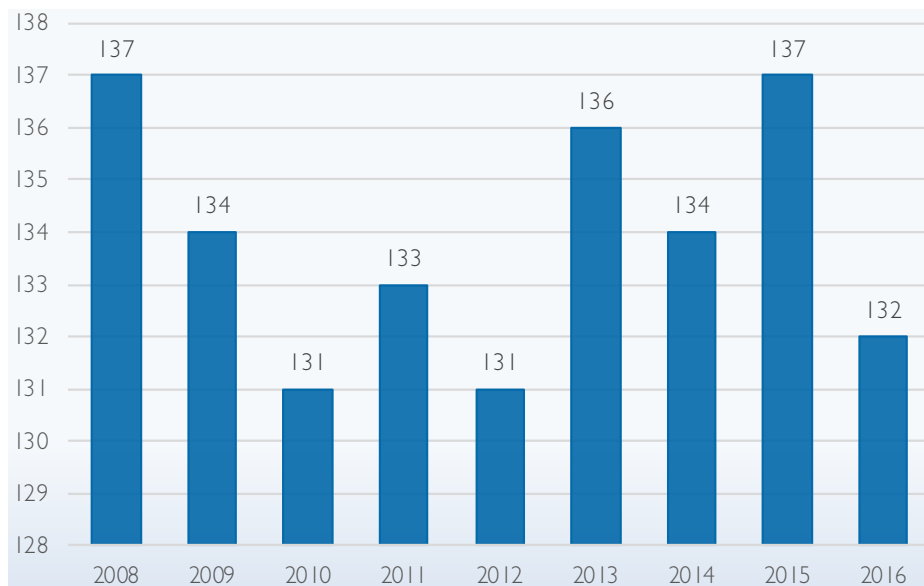
* Numa escala de 1 a 5, em que o 1 significa que está muito insatisfeito e o 5 que está muito satisfeito

[6] A NOSSA EMPRESA

I. Recursos Humanos

No final de 2015 a INOVA tinha 137 colaboradores, diminuído esse número para 132 em 2016. Destes, 30 pertencem aos quadros do município, 94 aos quadros da empresa e 8 estão contratados a termo certo.

Gráfico – Evolução do N° Colaboradores (2008-2016)



Quanto à distribuição dos colaboradores da empresa por sexo e grupos etários, verificamos que existem 39 do sexo feminino e 93 do masculino, 19 tem menos de 35 anos, sendo a média de idades de 46 anos. A antiguidade média é de 13 anos, considerando para os colaboradores pertencentes aos quadros do município, o tempo já aí em funções.

Quadro – Indicadores de Recursos Humanos (2013-2016)

Indicadores Recursos Humanos	2013	2014	2015	2016
Nº de Colaboradores	136	134	137	132
Sexo Masculino	96	97	99	93
Sexo Feminino	40	37	38	39
Nº Colaboradores < 35 Anos	18	18	19	19
Taxa de Absentismo	5,57%	6,49%	4,39%	4,19%
Nº Acidentes de Trabalho	24	14	10	17
Nº de Dias Úteis perdidos por Acidentes de Trabalho	355	331	158	270
Indice de Frequência	87	50	33	60
Indice de Gravidade	1 292	1 172	524	952

A taxa de absentismo voltou a reduzir-se, tal como já se tinha verificado em 2015, devido à diminuição das baixas por doença, no entanto, assistimos novamente, a um retrocesso dos índices de frequência e gravidade, provocado pelo aumento do número de acidentes de trabalho e consequentes dias úteis de trabalho perdidos.

No tocante à qualificação dos colaboradores, foram ministradas 896 horas de formação, com destaque para as áreas de certificação de aptidão de motoristas (CAM), controlo de perdas e uso racional de energia, tecnologias e sistemas de informação, gestão sustentável do ciclo urbano da água (mestrado) e direito da água (pós-graduação).

2. Balanced Scorecard

Foi realizada a avaliação do modelo referente aos dados de 2016, através de reuniões periódicas, cálculo mensal ou semestral dos 110 indicadores de desempenho que monitorizam o cumprimento dos 21 objetivos estratégicos definidos, análise dos desvios em função das metas estabelecidas e tomada de iniciativas para a sua correção. Importa referir, que este sistema de gestão estratégica e de medição do desempenho organizacional incorpora os indicadores para regulação e constitui o instrumento para monitorização do cumprimento do contrato de gestão delegada.

A classificação global e do contrato de gestão delegada, obtida a partir das ponderações dos indicadores nos objetivos, dos objetivos nas perspetivas e das perspetivas na organização, foi de 96,45% e 103,15%, respetivamente, o que demonstra o cumprimento da estratégia delineada.

Quadro – Balanced Scorecard 2016 (Objetivos Estratégicos)

Perspetiva	Objetivo Estratégico	Classificação
Classificação Global		96,45%
Classificação Contrato de Gestão Delegada		103,15%
Financieira	F.1 Praticar tarifa socialmente aceitável que garanta a sustentabilidade dos sistemas (A.A, A.R e R.U)	111,39% ●
	F.2 Criar Valor / Redução do défice dos restantes serviços prestados (Expofacil, Espaços Verdes, Quinta Agrícola, Limpeza e Transportes Urbanos)	76,94% ◆
	F.3 Maximizar a utilização das infraestruturas existentes e otimizar a sua gestão	106,41% ●
	F.4 Reduzir os gastos operacionais (m ³ A.A / m ³ A.R / ton. / m ² / n ^o bilhetes)	99,42% ▲
	F.5 Aumentar os recebimentos dos clientes	89,65% ◆
Clientes	C.1 Aumentar o grau de cobertura dos sistemas de A.A, A.R e R.U	98,80% ▲
	C.2 Melhorar a perceção do serviço	107,21% ●
	C.3 Resposta a reclamações e sugestões	100,00% ●
Processos Internos	P.1 Reduzir o consumo de bens e serviços externos	96,77% ▲
	P.2 Aumentar a produtividade física dos recursos humanos	67,16% ◆
	P.3 Melhorar a qualidade do serviço / produto	91,19% ▲
	P.4 Aumentar o volume de serviços prestados	87,81% ◆
	P.5 Promover a sustentabilidade ambiental	86,32% ▲
	P.6 Executar os novos investimentos nos prazos e orçamentos previstos	114,64% ●
	P.7 Celeridade na resposta a solicitações de clientes	106,29% ●
	P.8 Melhorar a comunicação com os clientes	117,26% ●
	P.9 Manter os sistemas em bom estado de conservação e aumentar o grau de operacionalidade dos equipamentos	78,48% ▲
Aprendizagem e Crescimento	A.1 Disponibilizar uma plataforma tecnológica fiável, eficaz e adequada a dimensão da empresa	76,11% ◆
	A.2 Desenvolver as competências e as performances individuais	119,47% ●
	A.3 Consolidar o sistema de gestão integrado (Qualidade, Ambiente e Segurança)	118,75% ●
	A.4 Implementar o sistema de gestão patrimonial e o plano de segurança de água para consumo humano	61,11% ◆

3. Qualidade, Ambiente e Segurança

No ano de 2016 realizou-se uma auditoria interna a todos os processos integrantes do SGQAS (Sistema de Gestão da Qualidade Ambiente e Segurança) e uma auditoria externa por empresa acreditada pelo Instituto Português de Acreditação, de 2º acompanhamento do Sistema de Gestão da Qualidade segundo a norma NP ISO 9001 e a auditoria de 1.º acompanhamento do Sistema de Gestão de Ambiente e de Segurança, segundo as normas NP EN ISO 14001 e OHSAS 18001/NP 4397. Tendo-se verificado resultados positivos, a empresa viu renovados os certificados do seu SGQAS.



4. iPerdas

Participação durante o ano de 2016, na 2ª edição, da Iniciativa Nacional para a Gestão Eficiente de Perdas, promovida pelo LNEC, no perfil de aperfeiçoamento, de acordo com as seguintes motivações:

- Aumento da capacitação para questões relacionadas com a macromedição (ZMC e grandes consumidores), erros de medição do parque de contadores e análise de consumos noturnos;
- Aperfeiçoamento da construção de balanços hídricos e energéticos;
- Revisão dos planos de gestão de perdas de água e de energia;

- Necessidade de aprofundar e melhorar o trabalho resultante da participação em anteriores projetos colaborativos promovidos pelo LNEC (anteriores edições de iGPI e iPerdas);
- Partilha de experiências com outras Entidades Gestoras;



Apresentação iPerdas

O produto resultante desta participação, para o sistema de abastecimento de água, consistiu na revisão do plano tático e na elaboração dos documentos de análise das ZMC de Cantanhede e Cordinhã. Ainda de destacar deste projeto colaborativo, as cerca de 230 horas de formação, a assistência a 33 webinars sobre diferentes temáticas relacionadas com os sistemas urbanos de água e energia e a apresentação de um deles, sobre as melhorias no cálculo do balanço hídrico e energético decorrentes dos projetos iPerdas.

[7]

SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA

I. Investimento e Participação Comunitária

Em 2016, foram aprovados os relatórios finais e recebidos os montantes em falta, de todos os projetos financiados no âmbito do QREN, nos domínios do ciclo urbano da água, resíduos urbanos e infraestruturas para a prática desportiva, pelo que importa realizar um balanço final, que a seguir se demonstra:

Quadro – Investimento e Participação Comunitária – QREN

Domínio	Programa	Operações	Data Aprovação	1.Investimento Elegível Aprovado - €uros	2.Participação Aprovada - €uros	3.Despesa Realizada Elegível (€uros)	4.%Execução= (3/1)	Transferências Recebidas (€uros)	Data de Conclusão
Águas Residuais	POVT	POVT-12-0146-FCOES-000043: Subistema de A.R de Outil	22-05-2009	999 206,29	849 325,35	900 711,76	90,1%	764 703,65	31-05-2011
Águas Residuais	POVT	POVT-12-0146-FCOES-000033: Subistema de A.R de Sepins	05-06-2009	1 599 640,47	1 198 173,77	1 538 104,96	96,2%	1 152 082,02	30-09-2012
Águas Residuais	POVT	POVT-12-0146-FCOES-000034: Subistema de A.R de Covões	05-06-2009	2 912 576,81	2 178 612,02	2 687 452,99	92,3%	2 010 219,05	28-02-2012
Águas Residuais	POVT	POVT-12-0146-FCOES-000201: Subsistemas de A.R de Ançã e Covões Norte	30-07-2010	4 331 045,75	3 144 573,28	4 173 588,15	96,4%	3 030 250,55	31-07-2013
Águas Residuais	MaisCentro - POVT *	POVT-12-0154-FCOES-000082: S.A.R.D Freguesia da Sanguinheira	30-07-2010	1 330 282,19	1 053 153,41	1 314 458,79	98,8%	1 040 626,39	28-02-2011
Águas Residuais	MaisCentro - POVT *	POVT-12-0154-FCOES-000083: S.A.R.D de Pedras Ásperas, Lombo Folar, Póvoa e Laje	30-07-2010	348 650,28	296 352,74	348 650,28	100,0%	296 352,74	30-09-2012
Águas Residuais	MaisCentro - POVT *	POVT-12-0154-FCOES-000084: S.A.R.D Freguesia de Cadima	30-07-2010	906 020,41	676 755,32	894 842,00	98,8%	668 405,56	30-06-2011
Águas Residuais	MaisCentro - POVT *	POVT-12-0154-FCOES-000085: E.E.A.R e Redes Colectoras Subistema SIMRIA	30-07-2010	316 422,59	268 959,20	316 422,59	100,0%	268 959,20	30-06-2011
Águas Residuais	POVT	POVT-12-0146-FCOES-000259: Subsistemas de A.R de Murte e Enxofões e Porto Carros	31-05-2013	770 227,75	654 693,59	696 138,82	90,4%	588 436,73	31-12-2014
Águas Residuais	POVT	POVT-12-0154-FCOES-000066: Remodelação da Rede de Saneamento da Tocha	07-08-2013	560 001,85	476 001,57	558 756,84	99,8%	474 666,12	31-12-2014
Abastecimento de Água	POVT	POVT-12-0146-FCOES-000305: Remodelação da rede de distribuição de água na ZMC de Outil, Póvoa da Lomba, Lameda, Tocha e Praia da Tocha	19-06-2015	776 451,05	659 983,39	753 124,38	97,0%	640 155,73	30-06-2015
Sub-total				14 850 525,43	11 456 583,63	14 182 251,56	95,5%	10 934 857,74	
Resíduos	MaisCentro - POVT *	POVT-12-0660-FCOES-000015: Boas Práticas Ambientais na Gestão de Resíduos	23-11-2009	159 818,12	135 845,40	158 575,26	99,2%	128 051,65	31-07-2011
Resíduos	MaisCentro - POVT *	POVT-12-0660-FCOES-000019: Sistema de Recolha Selectiva	28-05-2010	266 023,50	226 119,98	264 559,15	99,4%	222 256,26	31-07-2011
Sub-total				425 841,62	361 965,38	423 134,41	99,4%	350 307,91	
Infraestruturas Desportivas	MaisCentro	CENTRO-09-CO56-FEDER-020001: Complexo Desportivo de Ançã	11-03-2013	1 686 387,52	1 433 429,39	1 669 564,38	99,0%	1 419 129,72	30-09-2015
Sub-total				1 686 387,52	1 433 429,39	1 669 564,38	99,0%	1 419 129,72	
TOTAL				16 962 754,57	13 251 978,40	16 274 950,35	95,9%	12 704 295,37	

* Projetos transitados do MaisCentro para o POVT em 2013

Quadro – Investimento e Participação Comunitária – Portugal 2020

Domínio	Programa	Operações	Data Aprovação	1.Investimento Elegível Aprobado - €uros	2.Participação Aprobada - €uros	3.Despesa Realizada Elegível (€uros)	4.%Execução=(3/1)	Transferências Recebidas (€uros)	Data de Conclusão
Resíduos	POSEUR	POSEUR-03-1911-FC-000026: Cantanhede Recicla - Ações Materiais	01-07-2016	331 509,28	281 782,89	8 059,28	2,4%	0,00	28-02-2018
Resíduos	POSEUR	POSEUR-03-1911-FC-000026: Cantanhede Recicla - Ações Imateriais	01-07-2016	194 383,33	165 225,83	0,00	0,0%	0,00	30-06-2018
Sub-total				525 892,61	447 008,72	8 059,28	1,5%	0,00	
Águas Residuais	POSEUR	POSEUR-03-2012-FC-000205: Ampliação da Rede de Saneamento de Águas Residuais - Subsistema não Verticalizado	08-11-2016	720 642,49	612 546,12	4 328,68	0,6%	0,00	30-06-2018
Águas Residuais	POSEUR	POSEUR-03-2012-FC-000211: Ampliação da Rede de Saneamento de Águas Residuais - Subsistema Ança	05-01-2017	81 039,01	68 883,16	1 242,89	1,5%	0,00	01-06-2018
Águas Residuais	POSEUR	POSEUR-03-2012-FC-000214: Ampliação da Rede de Saneamento de Águas Residuais - Subsistema Outil	02-11-2016	11 252,51	9 564,63	174,73	1,6%	0,00	30-06-2018
Águas Residuais	POSEUR	POSEUR-03-2012-FC-000223: Ampliação da Rede de Saneamento de Águas Residuais - Subsistema Covões	19-12-2016	185 690,01	157 836,51	2 852,43	1,5%	0,00	30-06-2018
Sub-total				998 624,02	848 830,42	8 598,73	0,9%	0,00	
TOTAL				1 524 516,63	1 295 839,14	16 658,01	1,1%	0,00	

Durante o período de vigência deste instrumento de apoio comunitário (2007-2015), foram executados 16,27 Milhões de €uros de despesa elegível, tendo sido recebidos 12,7 Milhões de €uros, o que correspondeu a uma participação comunitária de 78%.

No que diz respeito ao quadro comunitário atualmente em vigor, o Portugal 2020, importa destacar a aprovação de 5 candidaturas durante o ano de 2016 e outra, já no início do ano de 2017, no âmbito dos resíduos urbanos e do saneamento de águas residuais, que representam um investimento elegível de 1,52 Milhões de €uros com uma participação a fundo perdido de 1,29 Milhões de €uros.

2. Posição Económica

A INOVA conclui o exercício de 2016 com um valor total de rendimentos de 9,05 Milhões de Euros (não descontado o superavit tarifário), o que corresponde a um decréscimo de 151 Mil Euros relativamente ao ano anterior; isto é, menos 1,6%.

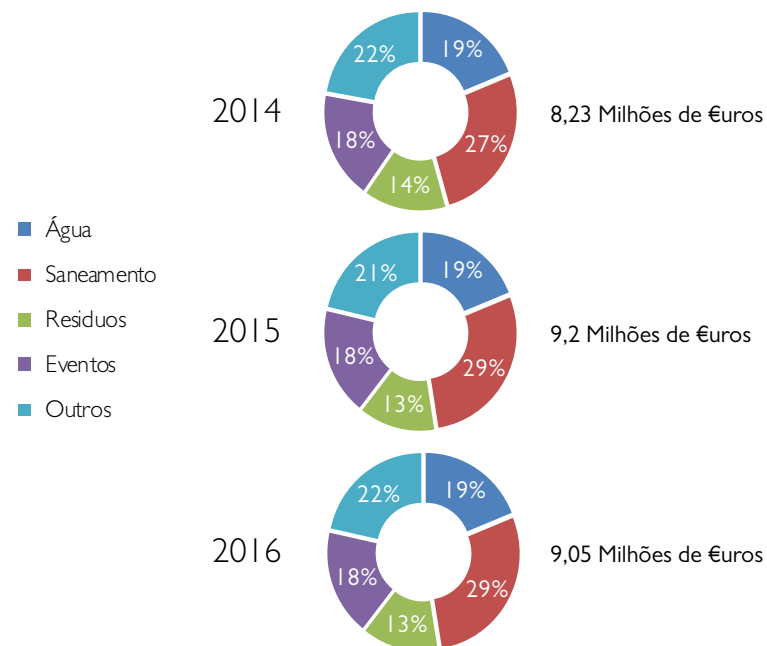
Quadro – Estrutura e Comparação de Rendimentos (2014-2016) – Euros

Estrutura de Rendimentos (2010-2012)	2014	%	2015	%	2016	%	Var.16/15	
							Valor	%
Vendas e Prestações de Serviços								
Abastecimento de Água	1 550 317	18,8%	1 739 573	18,9%	1 709 407	18,9%	-30 166	-1,7%
Saneamento de Águas Residuais	2 199 740	26,7%	2 628 907	28,6%	2 580 072	28,5%	-48 835	-1,9%
Resíduos Urbanos	1 168 894	14,2%	1 211 808	13,2%	1 196 241	13,2%	-15 568	-1,3%
Eventos	1 480 198	18,0%	1 654 134	18,0%	1 611 720	17,8%	-42 414	-2,6%
Outras	86 174	1,0%	78 195	0,8%	71 952	0,8%	-6 243	-8,0%
Subsídios à Exploração	935 162	11,4%	929 138	10,1%	936 563	10,3%	7 426	0,8%
Trabalhos Própria Entidade	132 692	1,6%	248 839	2,7%	102 468	1,1%	-146 371	-58,8%
Aumentos de Justo valor / Reversões de Imparidades	1 653	0,0%	2 549	0,0%	393	0,0%	-2 156	-84,6%
Outros rendimentos								
Imputação de Subsídios para Investimento	604 018	7,3%	635 948	6,9%	802 180	8,9%	166 232	26,1%
Outros	32 360	0,4%	51 850	0,6%	27 422	0,3%	-24 428	-47,1%
Juros e rendimentos similares	35 236	0,4%	20 566	0,2%	11 478	0,1%	-9 088	-44,2%
TOTAL	8 226 444	100,0%	9 201 506	100,0%	9 049 895	100,0%	-151 611	-1,6%

Realça-se a diminuição da faturação nos serviços regulados, no valor de 94 Mil Euros (-1,69%), decorrente fundamentalmente, do menor volume de água para abastecimento faturada (-5,4%) e da diminuição das tarifas praticas no saneamento e nos resíduos urbanos. O evento Expofac e os trabalhos para a própria entidade (de forma negativa) e a imputação de subsídios para investimento (de forma positiva), contribuíram com o restante.

Importa referir, que o montante total das relações económico-financeiras entre a INOVA e o seu acionista, contabilizados nas rúbricas de vendas, prestações de serviços e subsídios à exploração, é de 1,11 Milhões de Euros, o que representa 13,7% do total dessas rúbricas.

Gráfico – Evolução dos Rendimentos (2014 – 2016) - Euros



Quadro – Estrutura e Comparação de Gastos (2014-2016) - €uros

Estrutura de Custos (2010-2012)	2014		2015		2016		Var.16/15	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
CMVMC	157 987	2,0%	160 082	2,0%	127 124	1,5%	-32 957	-20,6%
Fornecimento e Serviços Externos	3 895 534	50,0%	4 079 118	50,6%	4 359 092	52,4%	279 974	6,9%
Gastos com Pessoal	2 109 636	27,1%	2 143 514	26,6%	2 127 440	25,6%	-16 074	-0,7%
Imparidade de Inventários	4 528	0,1%	-	-	3 502	0,0%	3 502	-
Imparidade de Dívidas a Receber	1 551	0,0%	12 064	0,1%	25 359	0,3%	13 295	110,2%
Reduções de Justo valor	-	-	2 995	0,0%	-	-	-2 995	-
Outros Gastos	49 523	0,6%	25 424	0,3%	20 991	0,3%	-4 434	-17,4%
Gastos de Depreciação e de Amortização	1 415 318	18,2%	1 512 523	18,8%	1 571 649	18,9%	59 125	3,9%
Juros e Gastos similares	159 332	2,0%	123 842	1,5%	78 094	0,9%	-45 748	-36,9%
TOTAL	7 793 408	100,0%	8 059 561	100,0%	8 313 250	100,0%	253 689	3,1%

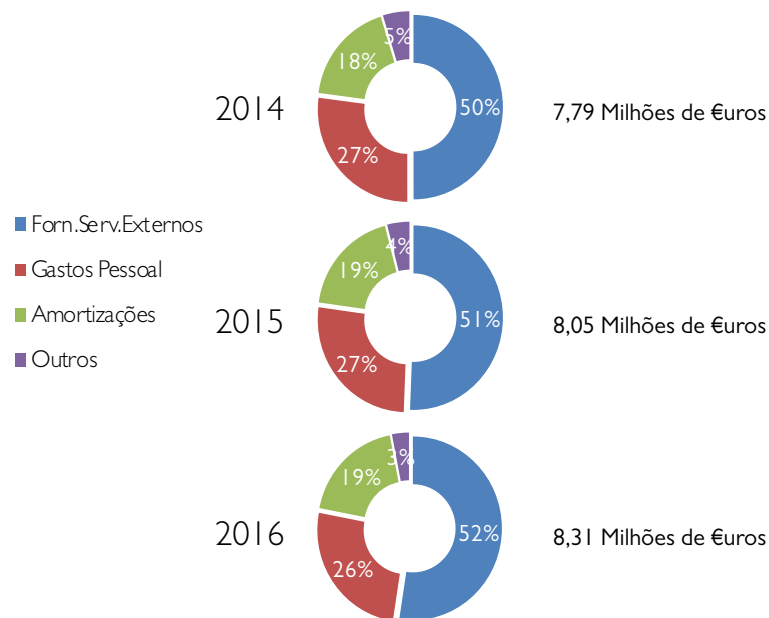
Os gastos totais atingiram, em 2016, o valor de 8,31 Milhões de €uros, mais 253 Mil €uros que o montante do ano anterior, o que representa um acréscimo de 3,1%.

Uma análise pormenorizada em relação às diferentes rubricas de gastos com maior materialidade e que contribuíram para esse comportamento permite-nos, referir o seguinte:

- Os fornecimentos e serviços externos, rubrica com maior peso na estrutura de gastos (52,4%), atingiram os 4,35 Milhões de €uros, apresentando um acréscimo de 6,9% face ao ano anterior (+279 Mil €uros). Esse comportamento pode ser explicado fundamentalmente, pelo aumento dos gastos com a rubrica subcontratos (tratamento de efluentes e manutenção de espaços verdes), trabalhos especializados (concertos e animação na Expofacil) e encargos com eletricidade;

- Os gastos com pessoal representaram 26% dos Gastos Totais, constituindo a seguir aos Fornecimentos e Serviços Externos, aqueles que maior expressão tem na estrutura de gastos, atingindo o montante de 2,12 Milhões de €uros. Registraram um comportamento muito semelhante face ao ano anterior (-16 Mil €uros), apesar da reversão das reduções remuneratórias ocorrida ao longo do ano de 2016;
- O aumento das depreciações em 59 Mil €uros, resultado do investimento que vem sendo realizado, atingindo em 2016, o montante de 1,57 Milhões de €uros;
- Uma diminuição dos encargos financeiros, resultado da descida da taxa média anual de financiamento (conseguiu-se renegociar o spread de uma operação de financiamento) e da evolução do passivo remunerado (-45 Mil €uros);

Gráfico – Evolução dos Gastos (2014 – 2016) - €uros



3. Resultados

Quadro – Resultados e Indicadores (2014-2016) - €uros

Resultados e Indicadores (2011-2013)	2014	2015	2016	Var.16/15
				Valor
Desvio Tarifário - Superavit	-	-379 050	-514 757	-135.707
Operacionais	557 132	866 171	288 505	-577 666
Financeiros	-124 097	-103 276	-66 616	36 660
Antes de Impostos	433 036	762 895	221 889	-541 006
Impostos s/ Rendimentos	-86 945	-171 660	-54 392	117 269
Líquidos do Exercício	346 090	591 234	167 497	-423 737
Líquidos do Exercício sem desvio tarifário*	346 090	884 998	566 433	-318 565
E.B.I.T.D.A**	1 368 432	2 121 796	1 572 730	-549 067
Margem E.B.I.T.D.A (E.B.I.T.D.A** / Volume de Negócios+Sub.Exploração) - %	18,4%	25,7%	19,4%	-6,3%
Dívida Líquida Remunerada / E.B.I.T.D.A** - N.º Anos	2,61	1,30	1,43	0,14

* Corrigido do efeitos nos impostos diferidos

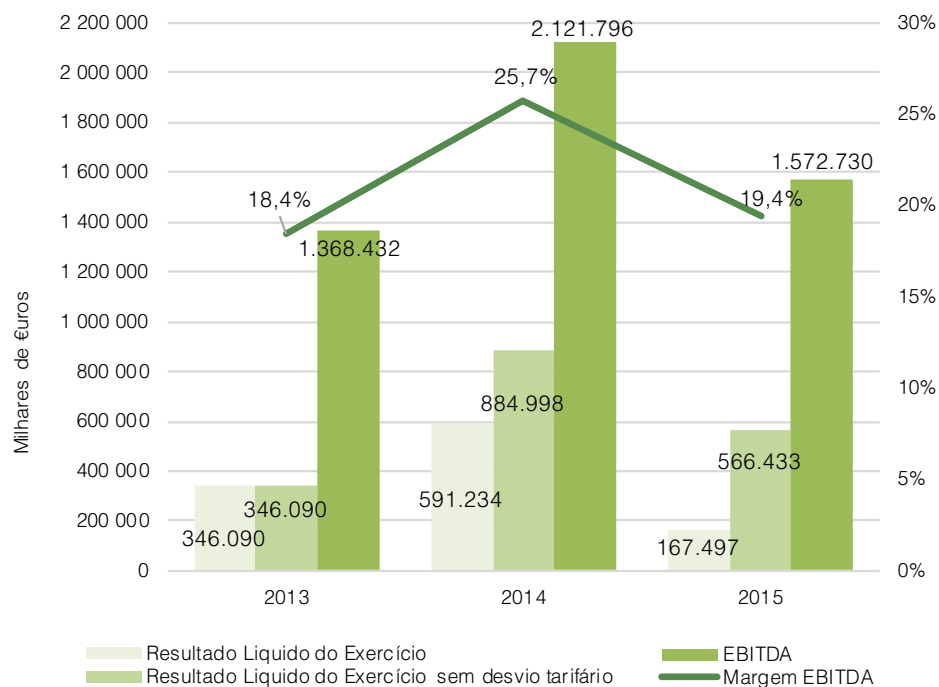
** Corrigido da imputação de subsídios para investimento e do desvio tarifário

O Resultado Líquido do exercício ascendeu a 167 Mil €uros, registando uma diminuição de 423 Mil €uros face ao verificado em 2015. Caso não tivesse sido contabilizado um desvio tarifário (superavit) e o respetivo efeito nos impostos diferidos, o mesmo atingiria, o montante de 566 Mil €uros.

Em 2016, o EBITDA (resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos) depois de corrigido da imputação de subsídios para investimento e do desvio tarifário, atingiu o montante de 1,57 Milhões de €uros, uma diminuição de 25,9% face ao ano anterior. Em comparação com os valores orçamentados, o desvio foi positivo em 25 Mil €uros (+1,6%).

Esta evolução face ao ano anterior, foi acompanhada de um decréscimo da margem EBITDA, tendo esta atingindo os 19,4%.

Gráfico – EBITDA e Margem EBITDA (2014-2016)

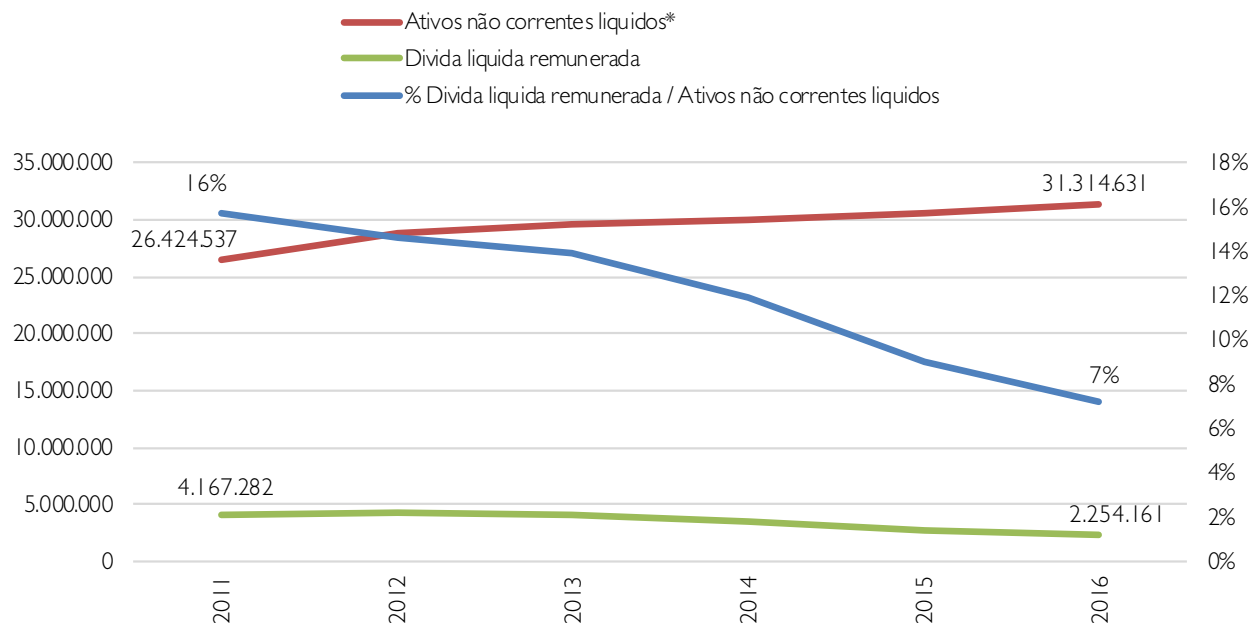


4. Posição Financeira

Em 2016 a INOVA investiu um total de 2,39 Milhões de Euros, tendo o ativo não corrente líquido descontado dos ativos por impostos diferidos atingiu o montante de 31,31 Milhões de Euros, um acréscimo de 820 Mil Euros face a 2015.

A dívida líquida remunerada atinge o montante de 2,25 Milhões de Euros no exercício de 2016, cerca de 7% dos ativos não correntes líquidos (excluindo impostos diferidos). Face ao exercício de 2015, verificou-se um decréscimo de 498 Mil Euros (-18,1%).

Gráfico – Ativos não Corrente Líquidos vs Dívida Líquida Remunerada (2011-2016) – Euros



Quadro – Ativos não Corrente Líquidos vs Dívida Líquida Remunerada (2011-2016) – Euros

	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Ativos não correntes líquidos *	26 424 537	28 834 546	29 557 927	30 017 743	30 494 463	31 314 631
Dívida líquida remunerada	4 167 282	4 207 134	4 127 669	3 571 709	2 752 387	2 254 161
% Dívida líquida remunerada / Ativos não correntes líquidos	16%	15%	14%	12%	9%	7%

* excluindo impostos diferidos

Quadro – Balanço (2014-2016) - €uros

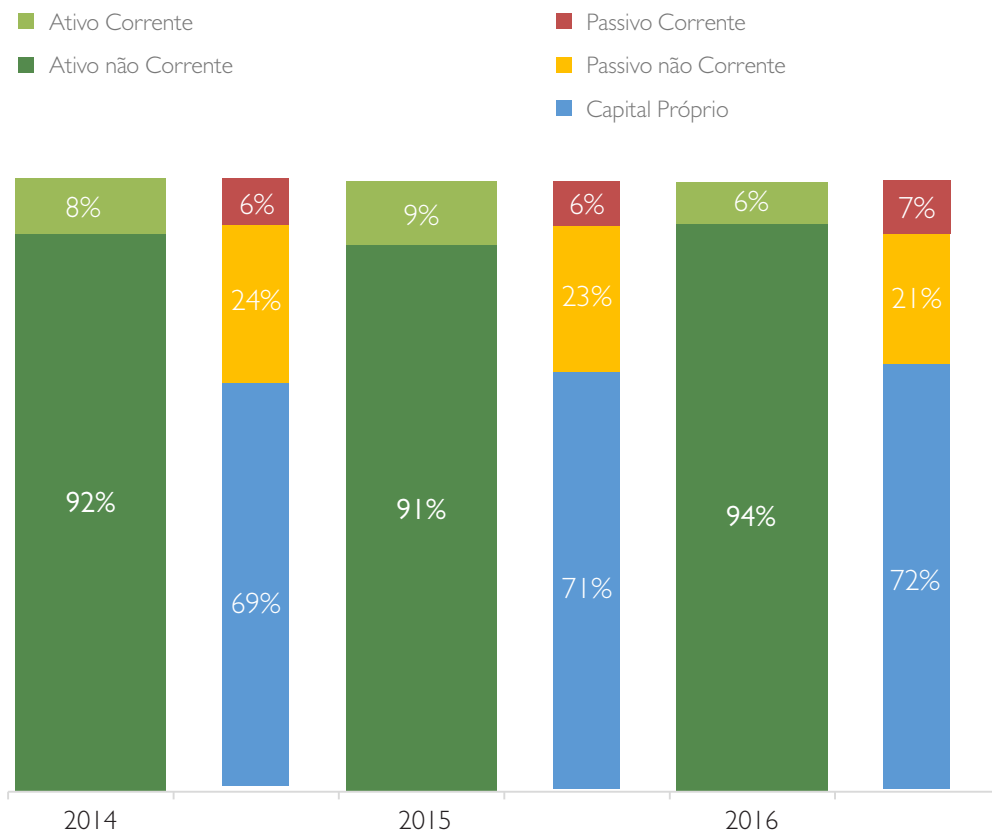
Rubricas do Balanço	2014	%	2015	%	2016	%	Var.16/15	
							Valor	%
Activo								
Activo não Corrente	30 159 502	91,9%	30 587 545	91,3%	31 519 925	93,9%	932 380	3,0%
Activo Corrente	2 668 247	8,1%	2 901 872	8,7%	2 058 011	6,1%	-843 861	-29,1%
Total do Activo	32 827 749	100%	33 489 417	100%	33 577 936	100%	88 519	0,3%
Capital Próprio e Passivo								
Capital Próprio	22 797 597	69,4%	23 735 798	70,9%	24 323 693	72,4%	587 895	2,5%
Passivo não Corrente	7 942 830	24,2%	7 680 703	22,9%	6 923 767	20,6%	-756 936	-9,9%
Passivo Corrente	2 087 323	6,4%	2 072 916	6,2%	2 330 476	6,9%	257 561	12,4%
Total do Capital Próprio e Passivo	32 827 749	100%	33 489 417	100%	33 577 936	100%	88 519	0,3%

No final de 2016, o ativo da INOVA ascendia a 33,57 Milhões de €uros e o capital próprio e o passivo eram de 24,32 e 9,25 Milhões de €uros, respetivamente. A liquidez geral (ativo corrente/passivo corrente) é de 0,8, a autonomia financeira é de 72,4% e o valor da dívida líquida remunerada / EBITDA (corrigido da imputação de subsídios para investimento e do desvio tarifário) é de 1,43.

O endividamento de médio e longo prazo sofreu uma redução face ao ano transato de 1,39 Milhões de €uros, atingindo no final do exercício, o montante de 2,65 Milhões de €uros (24% têm vencimento a mais de cinco anos).

O passivo corrente regista um saldo de 2,33 Milhões de €uros, representando cerca de 6,9% do total do balanço, tendo o prazo médio de pagamentos sido de 35 dias.

Gráfico – Estrutura Capital (2014-2016) - €uros



Continua a existir uma relação bastante equilibrada, entre as aplicações de capitais efetuadas e as fontes desses mesmos capitais (em 2014 os capitais permanentes continuam a cobrir a totalidade do ativo não corrente), estando minimizado o risco financeiro no curto, médio e no longo prazo.

Quadro – Evolução dos Fluxos de Caixa (2014-2016) - €uros

Fluxos de Caixa	2014	2015	2016
1- Fluxos de Actividades Operacionais	1 330 457	1 990 902	1 266 799
2- Fluxos de Actividades Investimento			
Recebimentos em Actividades de Investimento	1 330 047	1 176 962	1 354 780
Pagamentos em Actividades de Investimento	-1 933 223	-2 222 982	-2 026 444
Desembolsos do Ano (Actividades de Investimento)	-603 176	-1 046 020	-671 664
3- Fluxos de Actividades Financiamento			
Recebimentos em Actividades de Financiamento	1 408 235	-	-
Pagamentos em Actividades de Financiamento	-2 186 169	-686 334	-1 586 521
Desembolsos do Ano (Actividades de Financiamento)	-777 934	-686 334	-1 586 521
Total - Variação de Disponibilidades	-50 654	258 548	-991 386

Decorrente da aprovação dos relatórios finais dos projetos financiados no âmbito do QREN, cujas despesas já se encontravam integralmente pagas desde o ano transato, foi possível realizar em 2016, um encaixe financeiro de 1,28 Milhões de €uros (inclui os fundos de uma operação aprovada em regime de overbooking), a quase totalidade dos fluxos de caixa decorrentes de recebimentos em atividades de investimento e consequentemente, pagar uma parte significativa do investimento realizado (cerca de 66,9% de 2,02 Milhões de €uros).

Importa ainda destacar, a amortização extraordinária de 7 empréstimos contraídos no âmbito do empréstimo-quadro do Banco Europeu de Investimento (6 de forma integral e outro parcialmente), no montante de 673 Mil Euros, alcançada pela via da redução das disponibilidades (as instituições bancárias aplicavam-lhes uma remuneração muito baixa, pelo que se decidiu amortizar os empréstimos com a taxa de juro mais elevado). Daí se explica, os fluxos das atividades de financiamento negativos em 1,58 Milhões de Euros, para o qual concorreram também, o serviço da dívida de outros empréstimos, de acordo com os planos de amortização previstos.

Os fluxos líquidos operacionais (autofinanciamento) foram de 1,26 Milhões de Euros.

Face ao exposto, podemos concluir que a INOVA apresenta um adequado nível de robustez económica- financeira, tendo gerado até ao final do ano, um superavit tarifário acumulado de 893 Mil Euros, o qual terá como consequência contratual a obrigação de descida dos preços a praticar pela prestação dos serviços regulados.

5. Relatório sobre a execução do Plano Plurianual de Investimentos

O plano de investimentos elaborado para o ano de 2016 previa um montante de 2,7 Milhões de Euros, tendo essa verba sido executada em 88,25%, o que representa um desvio de 318 Mil Euros.

Este desvio resulta principalmente das seguintes situações:

- Atraso no arranque/execução das empreitadas, “Remodelação das redes de saneamento de Cantanhede (cidade) e Pocariça” e “Saneamento de águas residuais domésticas de pequenos aglomerados e pequenas ampliações da rede de drenagem de águas residuais domésticas”;
- Atraso no início da execução dos investimentos associados às candidaturas aprovadas no POSEUR, no âmbito dos resíduos urbanos, que compreendem um conjunto de ações materiais, que têm como objetivo, o investimento em equipamentos com vista ao aumento da quantidade e qualidade da reciclagem multimaterial e ações imateriais, que visam a sensibilização e educação ambiental para a prevenção e redução da produção de resíduos e preparação para a reutilização e reciclagem.

[8]

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Proposta de Aplicação de Resultados

Nos termos do disposto no artigo 17.º dos Estatutos da Inova – Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede- Empresa Municipal, Sociedade Anónima, o Conselho de Administração propõe que o Resultado Líquido do Exercício de 2016 e os Resultados Transitados, no montante respetivamente, de 167.496,96 €uros e 6.596,36 €uros, sejam aplicados da seguinte forma:

Unidades: €uros	
	Montante
Reservas Legais (5%)	8.374,85
Reservas Livres	165.718,47

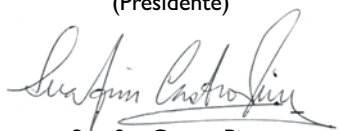
Cantanhede, 01 de março de 2017

O Conselho de Administração,



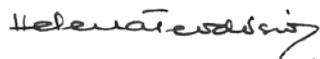
António Patrocínio Alves

(Presidente)



Serafim Castro Pires

(Administrador)



Maria Helena Rosa de Teodósio e Cruz Gomes de Oliveira

(Administrador)

[9] PERSPETIVAS

Perspetivas para o futuro

Perspetivamos para o exercício de 2017 e para as diferentes atividades que são geridas pela empresa, um conjunto de ações, em que iremos depositar mais energia:

- Redução das perdas de água, com mais renovação de rede, reabilitação de reservatórios, gestão adequada de pressões, campanhas de deteção de fugas e melhorias na setorização da rede;
- Lançamento de concurso público internacional para aquisição de sistema de teleleitura com refe fixa em cerca de metade do parque de contadores de água. Este projeto, que prevemos que seja implementado num espaço de três anos, após a adjudicação, irá reforçar o combate às perdas aparentes, permitir a elaborar de balanços hídricos diários e beneficiar a relação com o cliente (leituras diárias com frequência horária);
- Instalação de um sistema de telegestão na Central da Fervença;
- Aplicação de um conjunto de medidas mitigadoras da afluência de caudais indevidos às redes de saneamento de águas residuais (vistoria às redes prediais, inspeção vídeo de coletores e reabilitação);
- Otimização e a integração dos softwares existentes relacionados com os sistemas de informação geográfica, gestão operacional e relacionamento com o cliente;
- Implementação do sistema de informação para a gestão dos resíduos urbanos, cujo concurso público, se encontra atualmente em fase de qualificação dos concorrentes;
- Revisão do regulamento do serviço de gestão de resíduos urbanos e respetivo tarifário, no sentido de se introduzir um sistema de tarifação PAYT;
- Reforço do investimento na sensibilização do cidadão para a sua adesão, cada vez mais eficaz, à prevenção da produção de resíduos e à adequada deposição seletiva de resíduos;
- Incremento da mobilidade das equipas operacionais e de processos de trabalho colaborativos, estendendo a plataforma informática de gestão operacional já usada nos serviços de águas, aos espaços verdes e limpeza urbana;
- Revisão do contrato de gestão delegada para o próximo quinquénio (2019-2023), devendo o início dos trabalhos, centrar-se na reavaliação dos ativos afetos aos sistemas de abastecimento de águas e águas residuais;
- Introdução de mais aspetos inovadores na Expofacil e encetar esforços na internacionalização do evento, tendo como orientação principal, a divulgação do Município de Cantanhede e conseqüentemente, a dinamização da economia local;

[10] DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 2016

a) Balanço

em 31.12.2016 e 31.12.2015

CÓDIGO DE CONTAS	RUBRICAS	Notas	Datas	
			31.12.2016	31.12.2015
	ATIVO			
	Ativo não corrente			
43+453+455-459	Ativos fixos tangíveis	8 e 9	31 253 854,15	30 440 596,90
44(excepto 441)+454+455-459	Ativos intangíveis	7	53 217,93	46 908,41
372	Ativos biológicos	10	5 822,94	5 760,36
4113+4123+4133+4142+415-419+451+455-459	Outros activos financeiros	-	1 736,33	1 197,56
2741	Activos por impostos diferidos	16	205 293,95	93 081,78
			31 519 925,30	30 587 545,01
	Ativo corrente			
32+33+34+35+36+39	Inventários	11	152 094,96	116 663,09
371	Ativos biológicos	10	480,00	150,00
211+212-219	Clientes	18	681 491,75	244 287,20
24	Estado e outros entes públicos	20	32 888,49	24 807,60
232+238-239+2721+278-279	Outros créditos a receber	18	91 466,37	463 067,00
281	Diferimentos	21	66 582,53	28 504,69
11+12+13	Caixa e depósitos bancários	18	1 033 006,78	2 024 392,71
			2 058 010,88	2 901 872,29
	Total do Ativo		33 577 936,18	33 489 417,30
	CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
	CAPITAL PRÓPRIO			
51-261-262	Capital subscrito	-	11 647 332,00	11 647 332,00
55	Reservas	-	884 049,17	292 814,95
56	Resultados transitados	-	6 596,36	3 298,18
59	Outras variações no capital próprio	15 e 16	11 618 218,52	11 201 118,87
818	Resultado líquido do período	-	167 496,96	591 234,22
	Total do Capital Próprio		24 323 693,01	23 735 798,22
	PASSIVO			
	Passivo não corrente			
25	Financiamentos obtidos	9 e 18	2 656 928,83	4 049 715,42
2742	Passivos por impostos diferidos	16	3 373 031,26	3 251 937,81
2823	Desvio (superavit) tarifário passivo	17	893 806,88	379 050,16
			6 923 766,97	7 680 703,39
	Passivo corrente			
221+222+225	Fornecedores	18	414 858,32	384 519,38
24	Estado e outros entes públicos	20	193 797,21	208 148,03
25	Financiamentos obtidos	9 e 18	630 239,44	727 064,36
231+238+2711+2712+2722+278	Outras dívidas a pagar	18	976 584,21	619 636,60
282+283	Diferimentos	21	114 997,02	133 547,32
			2 330 476,20	2 072 915,69
	Total do Passivo		9 254 243,17	9 753 619,08
	Total do Capital Próprio e do Passivo		33 577 936,18	33 489 417,30

b) Demonstração dos resultados por naturezas

do período findo em 31.12.2016 e 31.12.2015

(€uros)

CÓDIGO DE CONTAS	RENDIMENTOS E GASTOS		NOTAS	Períodos	
				2016	2015
+71+72+729	Vendas e serviços prestados	+	12	7 169 390,87	7 312 616,79
--729	Superavit / Défice tarifário	-/+	13	(514 756,72)	(379 050,16)
+75	Subsídios à exploração	+	15	936 563,26	929 137,72
+74	Trabalhos para a própria entidade	+	3	102 467,71	248 838,83
-61	Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	-	11	(127 124,05)	(160 081,54)
-62	Fornecimentos e serviços externos	-	20	(4 359 091,89)	(4 079 117,75)
-63	Gastos com pessoal	-	19	(2 127 439,67)	(2 143 513,50)
-652+7622	Imparidades de inventários (perdas/reversões)	-/+	11	(3 501,90)	2 548,75
-651+7621	Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	-/+	18	(25 358,74)	(12 063,84)
+77-66	Aumentos/Reduções de justo valor	+/-	10	392,58	(2 995,00)
+78(excepto 785)+791(excepto 7915)+798	Outros rendimentos	+	23	829 602,74	687 798,35
-68(excepto 685)-6918-6928-6988	Outros gastos	-	23	(20 990,77)	(25 424,45)
	Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	=		1 860 153,42	2 378 694,20
-64+761	Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-/+	24	(1 571 648,52)	(1 512 523,39)
	Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	=		288 504,90	866 170,81
+7915	Juros e rendimentos similares obtidos	+	25	11 478,09	20 565,72
-6911-6921-6981	Juros e gastos similares suportados	-	25	(78 094,16)	(123 841,83)
811	Resultado antes de impostos	=		221 888,83	762 894,70
812	Imposto sobre rendimento do período	-/+	16	(54 391,87)	(171 660,48)
818	Resultado líquido do período	=		167 496,96	591 234,22

Cantanhede, 31 de Dezembro de 2016

O Técnico Oficial de Contas

Nuno Laranjo

c) Demonstração das alterações no capital próprio

no período findo em 31.12.2016 e 31.12.2015

(€uros)

DESCRIÇÃO		Capital social	Reservas	Resultados trans- itados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total do Capital Próprio
POSIÇÃO EM 01.01.2015	1	11 647 332,00	0,00	(53 275,44)	10 857 449,81	346 090,39	22 797 596,76
ALTERAÇÕES NO PERÍODO							
Aplicação do resultado líquido do exercício findo em 31/12/2014			292 814,96	53 275,44		(346 090,39)	0,01
Ajustamentos por impostos diferidos					(100 516,98)		(100 516,98)
Outras alterações reconhecidas no capital próprio				3 298,18	444 186,04		447 484,22
	2	0,00	292 814,96	56 573,62	343 669,06	(346 090,39)	346 967,25
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3					591 234,22	591 234,22
POSIÇÃO EM 31.12.2015	4=1+2+3	11 647 332,00	292 814,95	3 298,17	11 201 118,87	591 234,22	23 735 798,21
ALTERAÇÕES NO PERÍODO							
Aplicação do resultado líquido do exercício findo em 31/12/2015			591 234,22			(591 234,22)	0,00
Ajustamentos por impostos diferidos					(121 093,45)		(121 093,45)
Outras alterações reconhecidas no capital próprio				3 298,19	538 193,09		541 491,28
	5	0,00	591 234,22	3 298,19	417 099,64	(591 234,22)	420 397,83
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	6					167 496,96	167 496,96
POSIÇÃO EM 31.12.2016	7= 4+5+6	11 647 332,00	884 049,17	6 596,36	11 618 218,52	167 496,96	24 323 693,01

Cantanhede, 31 de Dezembro de 2016

O Técnico Oficial de Contas

Nuno Laranjo

d) Demonstração de fluxos de caixa

do período findo em 31.12.2016 e 31.12.2015

(Euros)

RUBRICAS	NOTAS	Períodos	
		31.12.2016	31.12.2015
Fluxos de caixa das actividades operacionais			
Recebimentos de clientes	+	7 091 946,12	7 281 643,18
Pagamentos a fornecedores	-	(4 520 399,24)	(4 272 716,05)
Pagamentos ao pessoal	-	(2 016 701,39)	(1 917 041,31)
Caixa gerada pelas operações	+/-	554 845,49	1 091 885,82
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	-/+	(221 730,53)	23 974,83
Outros recebimentos/pagamentos	+/-	933 684,26	875 041,35
Fluxos de caixa das actividades operacionais	(1) +/-	1 266 799,22	1 990 902,00
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis	-	(2 026 444,05)	(2 222 982,17)
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis		900,00	97 894,31
Subsídios ao investimento		1 331 475,14	1 059 949,56
Juros e rendimentos similares		22 404,48	19 118,48
Fluxos de caixa das actividades de investimento	(2) +/-	(671 664,43)	(1 046 019,82)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos	+		
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	-	(1 489 611,51)	(560 774,13)
Juros e gastos similares	-	(96 909,21)	(125 560,26)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento	(3)	(1 586 520,72)	(686 334,39)
Varição de caixa e seus equivalentes	(1)+(2)+(3)	(991 385,93)	258 547,79
Efeito das diferenças de câmbio	+/-		
Caixa e seus equivalentes no início do período	+/-	2 024 392,71	1 765 844,95
Caixa e seus equivalentes no fim do período	+/-	1 033 006,78	2 024 392,71

Cantanhede, 31 de Dezembro de 2016

O Técnico Oficial de Contas

Nuno Laranjo

e) Mapa de execução anual do plano plurianual de investimento

DESCRIÇÃO	IGP / Orçamento	2016	Desvios	Execução Financeira Anual
PLANO DE INVESTIMENTOS	2 709 672,40	2 391 215,29	318 457,11	88,25%
SECTOR : ÁGUAS	1 322 613,53	1 546 016,90	-223 403,37	116,89%
PROGRAMA / INVESTIMENTO : CAPTAÇÃO	519 841,82	596 407,59	-76 565,77	114,73%
REMODELAÇÃO DA CENTRAL DA FERVENÇA - REFORÇO DA CAPACIDADE DE ARMAZENAMENTO E DO SISTEMA ELETROMECÂNICO	519 841,82	596 407,59	-76 565,77	114,73%
PROGRAMA / INVESTIMENTO : ADUÇÃO E RESERVA	175 000,00	143 360,74	31 639,26	81,92%
REMODELAÇÃO/REABILITAÇÃO DE RESERVATÓRIOS	175 000,00	143 360,74	31 639,26	81,92%
PROGRAMA / INVESTIMENTO : DISTRIBUIÇÃO / SISTEMA EM BAIXA	561 196,71	772 528,69	-211 331,98	137,66%
REMODELAÇÃO DO ABASTECIMENTO DE ÁGUA AO SETOR DE ANÇA	354 800,00	555 358,57	-200 558,57	156,53%
REMODELAÇÃO DE CONDUTAS DE DISTRIBUIÇÃO E RAMAIS DOMICILIÁRIOS: ZMC PORTUNHOS, PENA, LEMEDE, CADIMA E SANGUINHEIRA	125 896,71	134 026,89	-8 130,18	106,46%
AMPLIAÇÃO/REMODELAÇÃO/SUBSTITUIÇÃO/REABILITAÇÃO DE CONDUTAS DE ADUÇÃO/DISTRIBUIÇÃO E RAMAIS DOMICILIÁRIOS	80 500,00	83 143,23	-2 643,23	103,28%
PROGRAMA / INVESTIMENTO : OUTROS EQUIPAMENTOS	66 575,00	33 719,88	32 855,12	50,65%
AQUISIÇÃO DE CONTADORES	39 075,00	4 990,10	34 084,90	12,77%
AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO PARA CAPTAÇÃO, RESERVATÓRIOS E ESTAÇÕES ELEVATÓRIAS	10 000,00	12 025,01	-2 025,01	120,25%
AQUISIÇÃO DE VIATURAS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS	17 500,00	16 704,77	795,23	95,46%
SECTOR : SANEAMENTO	755 913,36	630 792,19	125 121,17	83,45%
PROGRAMA / INVESTIMENTO : REDES DIVERSAS / VERTENTE EM BAIXA	703 413,36	605 331,32	98 082,04	86,06%
REMODELAÇÃO DAS REDES DE SANEAMENTO DE FEBRES	226 064,97	328 857,90	-102 792,93	145,47%
REMODELAÇÃO DAS REDES DE SANEAMENTO DE CORTICEIRO DE CIMA E VILAMAR	215 848,39	216 961,53	-1 113,14	100,52%
AMPLIAÇÃO DA REDE DE DRENAGEM / CONSTRUÇÃO E ALTERAÇÕES DE RAMAIS DOMICILIÁRIOS	56 000,00	50 715,25	5 284,75	90,56%

e) Mapa de execução anual do plano plurianual de investimento

DESCRIÇÃO	IGP / Orçamento	2016	Desvios	Execução Financeira Anual
REMODELAÇÃO DAS REDES DE SANEAMENTO DE CANTANHEDE (CIDADE) E POCARIÇA	102 000,00	246,64	101 753,36	0,24%
SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS DOMÉSTICAS DE PEQUENOS AGLOMERADOS DO CONCELHO DE CANTANHEDE	43 500,00	0,00	43 500,00	0,00%
PEQUENAS AMPLIAÇÕES DA REDE DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS DOMÉSTICAS DO CONCELHO DE CANTANHEDE	60 000,00	8 550,00	51 450,00	14,25%
PROGRAMA / INVESTIMENTO : OUTROS EQUIPAMENTOS	47 500,00	23 546,57	23 953,43	49,57%
AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO PARA ETAR'S, ESTAÇÕES ELEVATÓRIAS	30 000,00	560,00	29 440,00	1,87%
AQUISIÇÃO DE VIATURAS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS	17 500,00	22 986,57	-5 486,57	131,35%
PROGRAMA / INVESTIMENTO : AQUISIÇÃO DE TERRENOS	5 000,00	1 914,30	3 085,70	38,29%
AQUISIÇÃO DE TERRENOS (INFRA-ESTRUTURAS DE SANEAMENTO)	5 000,00	1 914,30	3 085,70	38,29%
SECTOR : RESÍDUOS SÓLIDOS E LIMPEZA URBANA	534 145,52	30 832,31	503 313,21	5,77%
PROGRAMA / INVESTIMENTO : DEPOSIÇÃO	161 016,00	5 847,07	155 168,93	3,63%
EQUIPAMENTOS DE DEPOSIÇÃO DE RESÍDUOS INDIFERENCIADOS E VALORIZÁVEIS	24 016,00	1 247,07	22 768,93	5,19%
AQUISIÇÃO DE VIATURAS / EQUIPAMENTOS	137 000,00	4 600,00	132 400,00	3,36%
PROGRAMA / INVESTIMENTO : RECICLAGEM	373 129,52	24 985,24	348 144,28	6,70%
EQUIPAMENTOS DE DEPOSIÇÃO DE RESÍDUOS RECICLÁVEIS	5 620,00	1 326,71	4 293,29	23,61%
AQUISIÇÃO DE VIATURAS / EQUIPAMENTOS	25 000,00	23 658,53	1 341,47	94,63%
PROJETO "CANTANHEDE RECICLA": ACÇÕES MATERIAIS	246 220,00	0,00	246 220,00	0,00%
PROJETO "CANTANHEDE RECICLA": ACÇÕES IMATERIAIS	96 289,52	0,00	96 289,52	0,00%
SECTOR : DESPORTO E TEMPOS LIVRES	0,00	37 024,43	-37 024,43	
PROGRAMA / INVESTIMENTO : CONSTRUÇÃO	0,00	37 024,43	-37 024,43	
CONSTRUÇÃO COMPLEXO DESPORTIVO DE ANÇÃ	0,00	37 024,43	-37 024,43	

e) Mapa de execução anual do plano plurianual de investimento

DESCRIÇÃO	IGP / Orçamento	2016	Desvios	Execução Financeira Anual
SECTOR : DIVERSOS	97 000,00	146 549,46	-49 549,46	151,08%
PROGRAMA / INVESTIMENTO : DIVERSOS	97 000,00	146 549,46	-49 549,46	151,08%
PROGRAMAS INFORMÁTICO (SOFTWARE)	10 000,00	29 849,70	-19 849,70	298,50%
EQUIPAMENTO INFORMÁTICO (HARDWARE)	10 000,00	26 529,25	-16 529,25	265,29%
EDIFÍCIO - SEDE / LOJA	30 000,00	50 431,00	-20 431,00	168,10%
VIATURAS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS	45 000,00	34 932,77	10 067,23	77,63%
MOBILIÁRIO	2 000,00	4 806,74	-2 806,74	240,34%

f) Anexo às Demonstrações Financeiras de 2016

(Montantes expressos em Euros)

I. Nota Introdutória

A INOVA – Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede-EM-SA (doravante designada por INOVA) com sede na Zona Industrial de Cantanhede, em Cantanhede, é uma Empresa Local sobre a forma jurídica de Sociedade Anónima Unipessoal, constituída em 16 de abril de 2002 de acordo com o estabelecido na Lei n.º 58/98 de 18 de agosto e que se rege atualmente pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, que aprova o novo regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais.

Constitui objeto social da Empresa a prossecução de atribuições no âmbito de serviços de interesse geral e no âmbito da promoção do desenvolvimento local, tendo-lhe sido endereçada a responsabilidade por parte do Município de Cantanhede, pela gestão no Concelho de Cantanhede, dos sistemas municipais, de abastecimento de água, saneamento de águas residuais, resíduos urbanos, limpeza urbana, espaços verdes e transportes urbanos, de eventos promovidos pelo Município, da promoção e desenvolvimento de agricultura biológica e de atividades na área dos tempos livres e desporto.

As atividades desenvolvidas pela Empresa ao nível do abastecimento de água, saneamento de águas residuais e gestão de resíduos urbanos são reguladas pelo Decreto-Lei n.º 194/2009 de 20 de Agosto, cujo conteúdo visa, assegurar uma correta proteção e informação do utilizador desses serviços, evitando possíveis abusos decorrentes dos direitos de exclusivo, por um lado, no que se refere à garantia e ao controlo da qualidade dos serviços públicos prestados e, por outro, no que respeita à supervisão e controlo dos preços praticados, que se revela essencial por se estar perante situações de monopólio. Para além desses objetivos, visa ainda acautelar a sustentabilidade económico-financeira, infraestrutural e operacional dos sistemas.

A sua “Empresa-mãe”, Município de Cantanhede, com sede na Praça Marquês de Marialva, em Cantanhede, é detentora da totalidade do capital social.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho e alterado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF) e normas interpretativas, consignadas respetivamente, nos Avisos n.º 8254/2015, 8256/2015 e 8258/2015, de 29 de julho de 2015.

3. Principais Políticas Contabilísticas

3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da empresa, mantidos de acordo com as Norma Contabilísticas e de Relato Financeiro em vigor à data da elaboração das demonstrações financeiras.

a) Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição ou produção,

conforme se trate de ativos adquiridos ou produzidos internamente, respetivamente, deduzidos das depreciações. Para os bens que foram transferidos da Câmara Municipal de Cantanhede para a INOVA em 2002, foi adotado o custo considerado.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em regime de duodécimos. As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Activo fixo tangível	Vida Útil Estimada
Terrenos	Vida útil indefinida
Edifícios e outras construções	4 - 20 Anos
Equipamento básico	3 - 50 Anos
Equipamento transporte	4 - 8 Anos
Equipamento administrativo	3 - 8 Anos
Outros activos fixos tangíveis	8 - 10 Anos

As vidas úteis e método de amortização dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas será reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis foram registadas como gastos do exercício em que ocorrem.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos que ainda não se encontram em condições necessárias ao seu funcionamento/utilização. Estes ativos fixos tangíveis passaram a ser depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão.

O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis e respetivo ganho ou perda, resultantes da venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas «Outros rendimentos» ou «Outros gastos».

b) Trabalhos para a própria empresa

Os trabalhos para a própria empresa correspondem aos gastos associados à execução de infraestruturas de água e saneamento por administração direta e fiscalização de empreitadas e incluem encargos com materiais, mão-de-obra direta e gastos gerais diretos, sendo mensurados ao custo de produção com base em informação interna preparada para o efeito, com recurso à contabilidade analítica.

c) Locações

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e recompensas associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados reconhecendo os ativos fixos tangíveis e as depreciações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações dos ativos fixos tangíveis são reconhecidos como gastos na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

d) Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

e) Imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis da Empresa com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade.

Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

f) Inventários

Os inventários são registados ao menor de entre o custo e o valor realizável líquido. O método de custeio adotado para a valorização das saídas de armazém é o custo médio.

g) Rédito

O rédito compreende o justo valor da venda de bens e serviços, líquidos de impostos, mais ou menos o desvio tarifário conforme definido na alínea o).

No que diz respeito às atividades desenvolvidas pela Empresa ao nível do abastecimento de água, saneamento de águas residuais e gestão de resíduos urbanos o rédito é composto por duas componentes, uma fixa e outra variável. O rédito regista-se pelo valor do produto entre a tarifa aprovada para cada escalão e/ou tipo de consumidor e os consumos medidos e/ou estimados nesse escalão e/ou tipo de consumidor (componente variável). A componente fixa corresponde à disponibilidade do serviço e está indexado ao tipo de consumidor e calibre de contador. O reconhecimento é efetuado em duodécimos.

O rédito de juros é reconhecido com base na taxa de juro efetiva e são registados no período a que respeitam, de acordo com o princípio da especialização do exercício (ou do acréscimo).

h) Passivos e Ativos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

i) Subsídios

Os subsídios recebidos apenas são reconhecidos quando exista uma certeza razoável de que a INOVA irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios para investimento (provenientes de fundos comunitários, do Município de Cantanhede e de participações efetuadas por clientes para financiamento de infraestruturas de água, saneamento e resíduos) associados à aquisição ou produção de ativos não correntes são reconhecidos inicialmente no capital próprio, deduzido do valor relativo ao reconhecimento do passivo por impostos diferidos (fiscal) que lhe está associado. Subsequentemente são imputados numa base sistemática como rendimentos do exercício durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam.

Os restantes subsídios são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem.

Existem ainda outros subsídios que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados que são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

j) Impostos sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio. Nestes casos os impostos diferidos são igualmente registados no capital próprio.

O imposto corrente a pagar é baseado no lucro tributável do exercício da empresa. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis noutros exercícios. O lucro tributável exclui ainda alguns gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação.

São geralmente reconhecidos passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis. São reconhecidos ativos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis, porém tal reconhecimento unicamente se verifica quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos.

Os ativos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que esteja formal ou substancialmente emitida na data de relato.

I) Ativos e passivos financeiros

Clientes

As dívidas de clientes estão mensuradas ao custo deduzido de eventuais perdas de imparidade.

São registados ajustamentos por imparidade quando existam indicadores objetivos de que a INOVA não irá receber os montantes que lhe são devidos. Na identificação de situações de imparidade são utilizados indicadores como: análise de incumprimento, incumprimento há mais de 6 meses, dificuldades financeiras do devedor, probabilidade de falência do devedor.

Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, ambos imediatamente realizáveis.

Fornecedores e outras dívidas a pagar

As contas de fornecedores e de outros terceiros encontram-se mensuradas pelo método do custo. As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo custo.

Periodizações

As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas «Outros créditos a receber e outras dívidas a pagar» e «Diferimentos».

m) Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, complementos de trabalho noturno, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de natal.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídios de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

n) Eventos subsequentes

Não existem eventos subsequentes materiais suscetíveis de divulgação.

o) Reconhecimento de ativos e passivos regulatórios

Nos termos do Contrato de Gestão Delegada entre a INOVA e o Município de Cantanhede, a proposta tarifária para os serviços de águas e resíduos é válida para um período quinquenal (2014-2018), sendo anualmente atualizada de acordo com as condições aí previstas.

De acordo com o modelo regulatório vigente, custo do serviço em cenário de eficiência produtiva, e nos termos do contrato celebrado, podem gerar-se diferenças entre o volume de rendimentos necessários à cobertura da totalidade dos encargos incorridos pela INOVA, incluindo os impostos sobre os resultados da Empresa e os resultados aí previstos, resultantes de fatores exógenos à entidade gestora, e o volume dos rendimentos efetivamente arrecadados em cada um dos exercícios económicos. Estas diferenças denominam-se de desvios tarifários.

Estes desvios podem assumir uma natureza deficitária, quando os rendimentos gerados são inferiores aos necessários, ou excedentária (superavit), quando os rendimentos gerados são superiores aos necessários, podendo ser passíveis de reconhecimento como ativos ou passivos regulatórios segundo o contrato celebrado.

Para a entidade reguladora, estes ativos (e/ou passivos) deverão ser reconhecidos em Balanço e em Demonstração de Resultados uma vez que a recuperação do gasto (e/ou reembolso do rendimento) é elegível para efeito da determinação da tarifa no período tarifário subsequente (2019-2023), tendo a INOVA iniciado a sua contabilização à face das demonstrações financeiras, no exercício económico de 2015.

Assim, quando existe um superavit tarifário (desvio tarifário negativo), este é deduzido aos rendimentos. Este registo dá lugar ainda ao reconhecimento de um ativo por impostos diferidos, relativos à correção do imposto associado ao débito dos rendimentos.

Quando se gera um défice tarifário (desvio tarifário positivo), este é acrescido aos rendimentos. Este registo dá lugar ainda ao reconhecimento de um passivo por impostos diferidos, relativos à correção do imposto associado ao crédito dos rendimentos.

3.2 Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associada a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

3.3 Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da INOVA.

4. Fluxos de Caixa

A caixa e seus equivalentes incluem numerário e depósitos bancários imediatamente mobilizáveis, e detalha-se como segue:

Descrição	31.12.2016	31.12.2015
Numerário	572,49	481,50
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	1 032 434,29	2 023 911,21
TOTAL	1 033 006,78	2 024 392,71

Na divulgação dos fluxos de caixa, foi utilizado o método direto, o qual nos dá informação acerca dos componentes principais de recebimentos e pagamentos brutos, obtidos pelos registos contabilísticos da INOVA.

5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, não ocorreram alterações de políticas contabilísticas ou estimativas relevantes, relativamente às utilizadas na preparação e apresentação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, nem foram reconhecidos erros materiais relativos a períodos anteriores.

6. Partes relacionadas

6.1 Relacionamentos e transações com a empresa-mãe

As demonstrações financeiras da INOVA são incluídas na consolidação de contas do Município de Cantanhede, contribuinte n.º 506087000, com sede na Praça Marquês de Marialva, Apartado 154, 3061-909 Cantanhede, pela qual é participada em 100,0%.

No decurso dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 31 de Dezembro de 2015 as transações efetuadas e os saldos com a empresa-mãe, são os seguintes:

Descrição	31.12.2016	31.12.2015
Vendas de Inventários	841,17	415,80
Outros Serviços Prestados	214 351,19	258 454,42
Subsídios Exploração: Contratos - Programa	898 000,00	889 999,90
Subsídios Investimento	(33 932,05)	(157 664,20)
Contas a pagar correntes	0,00	0,00
Contas a receber correntes	13 833,30	5 146,98

6.2 Remuneração dos membros dos órgãos sociais

As remunerações contabilizadas respeitantes ao Conselho de Administração, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, foram as seguintes:

Remuneração Conselho de Administração	31.12.2016	31.12.2015
Vencimentos	58 128,87	55 912,90
Subsídio de Férias e Natal	9 712,07	9 524,44
Despesas de Representação	12 503,40	12 011,52
Subsídio de Refeição	1 951,39	1 908,69
TOTAL	82 295,73	79 357,55

7. Activos Intangíveis

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

Activos intangíveis		Programas de computador	Activos intangíveis em curso	Totais
Em 01.01.2015	Quantias brutas escrituradas	148 876,48		148 876,48
	Amortizações e perdas por imparidade acumuladas	(99 944,14)		(99 944,14)
	Quantias líquidas escrituradas	48 932,34	0,00	48 932,34
Amortizações		(34 582,93)		(34 582,93)
Em 31.12.2015	Quantias brutas escrituradas	181 435,48		181 435,48
	Amortizações e perdas por imparidade acumuladas	(134 527,07)		(134 527,07)
	Quantias líquidas escrituradas	46 908,41	0,00	46 908,41
Adições		29 849,70		29 849,70
Transferências			0,00	0,00
Outras alterações				0,00
Amortizações		(23 540,18)		(23 540,18)
Em 31.12.2016	Quantias brutas escrituradas	182.065,02	29.220,16	211 285,18
	Amortizações e perdas por imparidade acumuladas	(158 067,25)	0,00	(158 067,25)
	Quantias líquidas escrituradas	53 217,93	0,00	53 217,93

8. Ativos Fixos Tangíveis

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos tangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

Activos fixos tangíveis		Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções		Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros activos fixos tangíveis	Activos fixos tangíveis em curso	Totais
			Terrenos	Edifícios						
Em 01.01.2015	Quantias brutas escrituradas	311 422,35		1 858 088,99	35 516 152,50	1 364 025,27	268 314,26	98 548,33	1 213 636,39	40 630 188,09
	Depreciações e perdas por imparidade acumuladas			(521 097,86)	(8 616 756,39)	(1 232 261,73)	(246 218,73)	(52 727,33)		(10 669 062,04)
	Quantias líquidas escrituradas	311 422,35	0,00	1 336 991,13	26 899 396,11	131 763,54	22 095,53	45 821,00	1 213 636,39	29 961 126,05
Adições		89 804,66		888,00	387 625,59	10 385,00	21 762,81	11 044,47	1 508 023,48	2 029 534,01
Transferências					1 133 726,61				(1 133 726,61)	(0,00)
Alienações, sinistros e abates		(45 057,71)		(49 585,38)		(6 006,34)				(100 649,43)
Outras alterações				22 520,39		6 006,34				28 526,73
Depreciações				(90 500,11)	(1 298 854,36)	(57 519,59)	(21 554,15)	(9 512,25)		(1 477 940,46)
Em 31.12.2015	Quantias brutas escrituradas	356 169,30		1 809 391,61	37 037 504,69	1 368 403,93	290 077,07	109 592,80	1 587 933,26	42 559 072,66
	Depreciações e perdas por imparidade acumuladas			(589 077,58)	(9 915 610,75)	(1 283 774,98)	(267 772,88)	(62 239,58)		(12 118 475,77)
	Quantias líquidas escrituradas	356 169,30	0,00	1 220 314,03	27 121 893,94	84 628,95	22 304,19	47 353,22	1 587 933,26	30 440 596,89
Adições		1 914,30		8 250,00	168 699,89	63 349,87	23 968,93	27 607,31	2 067 575,29	2 361 365,59
Transferências				1 315 622,31					(1 315 622,31)	0,00
Alienações, sinistros e abates						(10 677,93)				(10 677,93)
Outras alterações						10 677,93				10 677,93
Depreciações				(150 385,62)	(1 315 782,69)	(41 043,58)	(26 177,95)	(14 718,50)		(1 548 108,34)
Perdas por imparidade										0,00
Em 31.12.2016	Quantias brutas escrituradas	358 083,60	0,00	3 133 263,92	37 206 204,58	1 421 075,87	314 046,00	137 200,11	2 339 886,24	44 909 760,32
	Depreciações e perdas por imparidade acumuladas	0,00	0,00	(739 463,20)	(11 231 393,44)	(1 314 140,63)	(293 950,83)	(76 958,08)	0,00	(13 655 906,18)
	Quantias líquidas escrituradas	358 083,60	0,00	2 393 800,72	25 974 811,14	106 935,24	20 095,17	60 242,03	2 339 886,24	31 253 854,14

9. Locações

a) Quantia escriturada líquida à data do balanço para cada categoria de ativo

Activos não correntes - Activo Fixo Tangível	31.12.2016				31.12.2015
	Valor de Aquisição	Depreciações Acumuladas	Quantia Escriturada Líquida	Valor em Dívida	Quantia Escriturada Líquida
Terrenos e Recursos Naturais	16 798,11	0,00	16 798,11	2 307,33	16 798,11
Equipamento Básico	264 170,77	95 748,08	168 422,69	36 285,60	180 911,57
TOTAL	280 968,88	95 748,08	185 220,80	38 592,93	197 709,68

b) Total dos futuros pagamentos mínimos da locação à data do balanço, e o seu valor presente, para cada um dos seguintes períodos:

Períodos	2016		2015	
	Capital	Juros	Capital	Juros
Até 1 Ano	38 592,93	160,83	32 721,66	522,55
Entre 1 Ano e 5 Anos	0,00	0,00	38 463,66	222,69
A mais de 5 Anos	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	38 592,93	160,83	71 185,32	745,23

10. Agricultura

À data do balanço os ativos biológicos foram mensurados pelo seu justo valor menos os custos estimados nos pontos de venda.

ACTIVOS BIOLÓGICOS	Descrição dos grupos	Medidas ou estimativas não financeiras usadas na quantificação física dos grupos no fim do período	Métodos e pressupostos aplicados na determinação do justo valor de cada um dos grupos de activos biológicos	31-12-2016	31-12-2015
				Mensuração pelos justos valores menos os custos estimados no ponto de venda (€uros)	Mensuração pelos justos valores menos os custos estimados no ponto de venda (€uros)
Activos Biológicos de Produção	Animais	Contagem Física - Unidades	O preço de mercado de activos semelhantes	1 770,00	1 820,00
Activos Biológicos de Produção	Pomar	Contagem Física - Unidades	O preço de mercado de activos semelhantes	4 052,94	3 940,36
Activos Biológicos Consumíveis	Animais	Contagem Física - Unidades	O preço de mercado de activos semelhantes	480,00	150,00

11. Inventários

Em 31 de dezembro de 2016 e em 31 de dezembro de 2015, os inventários da empresa detalham-se conforme se segue:

Quantias escrituradas de inventários	31.12.2016			31.12.2015		
	Quantias brutas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantias (líquidas) escrituradas	Quantias brutas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantias (líquidas) escrituradas
Mercadorias	22 348,50		22 348,50	24 908,01		24 908,01
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	164 035,56	(34 289,10)	129 746,46	122 542,28	(30 787,20)	91 755,08
Totais	186 384,06	(34 289,10)	152 094,96	147 450,29	(30 787,20)	116 663,09

A evolução das perdas por imparidade acumuladas de inventários no período findo em 31 de dezembro de 2016 e em 31 de dezembro de 2015 é detalhada conforme se segue:

Ajustamentos de inventários	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo
Perdas por imparidade acumuladas em 01.01.2015	33 335,95
Reversões	(2 548,75)
Perdas por imparidade acumuladas em 31.12.2015	30 787,20
Reforços	3 501,90
Perdas por imparidade acumuladas em 31.12.2016	34 289,09

A quantia de inventários reconhecida como um gasto durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2016 e em 31 de Dezembro de 2015 detalha-se conforme se segue:

Quantias de inventários reconhecidas como gastos durante o período	31.12.2016			31.12.2015				
	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Totais	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Totais		
Inventários no começo do período	+	24 908,01	122 542,28	147 450,29	26 268,42	138 703,32	164 971,74	
Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	Compras	+	223 096,20	223 096,20		232 672,35	232 672,35	
	Compras	Devoluções de compras	-	(2 144,05)	(2 144,05)	(2 353,97)	(2 353,97)	
		Descontos e abatimentos em compras	-		0,00		0,00	
		Reclassificações	+/-	(54 894,33)	(54 894,33)	(87 758,29)	(87 758,29)	
		Reclassificações e regularizações	Outras perdas	-		0,00		0,00
			Outros ganhos	+		0,00		0,00
Inventários no fim do período	-	(22 348,50)	(164 035,56)	(186 384,06)	(24 908,01)	(122 542,28)	(147 450,29)	
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	=	2 559,51	124 564,54	127 124,05	1 360,41	158 721,13	160 081,54	

12. Vendas e Prestações de Serviços

As vendas e prestações de serviços dos exercícios de 2016 e 2015 dividem-se da seguinte forma:

Quantias dos réditos reconhecidas no período	31.12.2016			31.12.2015		
	Réditos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos réditos reconhecidos no período	Varição percentual face aos réditos reconhecidos no período anterior	Réditos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos réditos reconhecidos no período	Varição percentual face aos réditos reconhecidos no período anterior
Venda de bens						
Quinta Agrícola	5 397,98	0,08%	(23,44%)	7 050,50	0,10%	5,12%
Outros	3 199,39	0,04%	88,14%	1 700,51	0,02%	(19,80%)
Prestação de serviços						
Abastecimento de Água	1 709 406,72	23,84%	(1,73%)	1 739 572,83	23,79%	12,21%
Saneamento de Águas Residuais	2 580 071,82	35,99%	(1,86%)	2 628 906,61	35,95%	19,51%
Resíduos Urbanos	1 196 240,57	16,69%	(1,28%)	1 211 808,24	16,57%	3,67%
Eventos	1 611 720,06	22,48%	(2,56%)	1 654 134,18	22,62%	11,75%
Transportes Urbanos	6 917,05	0,10%	0,44%	6 886,51	0,09%	5,99%
Desporto e Tempos Livres	29 953,73	0,42%	(34,86%)	45 985,55	0,63%	(15,76%)
Outros	26 483,55	0,37%	59,81%	16 571,86	0,23%	1,90%
Totais	7 169 390,87	100,00%	(1,96%)	7 312 616,79	100,00%	12,76%

13. Desvio Tarifário

O valor do desvio tarifário corresponde à correção (a crédito ou a débito) a fazer ao redito das atividades reguladas, para que os rendimentos destas sejam os necessários ao cumprimento do disposto contratualmente, relativamente à recuperação integral dos gastos, incluindo impostos sobre o rendimento (IRC) e o resultado previsto. No ano de 2016, contabilizou-se um superavit tarifário, conforme se segue:

Desvios Tarifários	Atividades Reguladas			
	AA	AR	RU	Total
Superavit tarifário	(247 556,02)	(215 850,41)	(51 350,28)	(514 756,72)

14. Ativos e passivos contingentes

14.1 Ativos contingentes

Foi apresentada em 17 de junho de 2013, impugnação judicial relativa à decisão de recusa por parte da Administração Fiscal, na aceitação das correções ao Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) deduzido nos exercícios económicos de 2006 e 2007, o que implicaria um crédito a favor da INOVA (ativo), no valor de 125.386,04 €uros (59.847,86 €uros referente a 2006 e 72.538,18 €uros referente a 2007). A submissão das respetivas declarações de substituição donde resultaram as regularizações, surgiram na sequência de um procedimento de inspeção efetuado pela Direção Geral de Impostos no exercício económico de 2010, que concluiu que a INOVA era um sujeito passivo integral de imposto (deve liquidar e deduzir IVA em todas as suas atividades). Estes valores não foram reconhecidos como um ativo nem como um ganho nas demonstrações financeiras, decorrente da incerteza associada;

14.2 Passivos contingentes

No ano de 2016 encontravam-se em curso, sem liquidação, nem decisão final (foi apresentado defesa administrativas), dois processos de contraordenação, cuja probabilidade da INOVA vir a ser condenada é considerada remota:

- Processo nº ARHC.DAAF.00269.2015, movido pela Agência Portuguesa do Ambiente, cuja coima pode variar entre 24.000,00 €uros a 144.000,00 €uros;
- Processo nº 350/14.OEACBR, movido pela Autoridade de Segurança Alimentar e Económica, cuja coima pode variar entre 500,00 €uros a 44.890,00 €uros;

14.3 Garantias

Estão consignadas parte das receitas, decorrentes da aplicação dos tarifários do serviço de abastecimento público de água, saneamento de águas residuais e gestão de resíduos urbanos, a favor da Agência para o Desenvolvimento e Coesão I.P., relativas a uma operação de financiamento reembolsável ao abrigo do QREN-Empréstimo Quadro, cujo valor da dívida subjacente ascende em 31 de dezembro de 2016, a 627.702,87 €uros.

15. Subsídios do governo e outras entidades

Em 31 de Dezembro de 2016 a informação relativa a subsídios à exploração é como se segue:

Relação dos subsídios obtidos	Entidade concedente	Objecto do incentivo	Quantias concedidas		
			Já recebidas	Por receber	Total
Subsídios à exploração	Município de Cantanhede	Contratos- Programa / Indemnizações compensatórias	898 000,00		898 000,00
	IEFP	Emprego	20 580,05		20 580,05
	POVT	Fundos Comunitários - Resíduos Urbanos	17 983,21		17 983,21
Totais			936 563,26	0,00	936 563,26

Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 a quantia dos subsídios ao investimento reconhecidos na Demonstração dos Resultados e os saldos no Balanço (no capital próprio com dedução dos impostos diferidos) é como se segue:

Quantias dos subsídios ao investimento reconhecidos na demonstração dos resultados e no balanço	Entidade concedente	Objecto do incentivo	31.12.2016		31.12.2015		
			Demonstração dos resultados	Balanço	Demonstração dos resultados	Balanço	
			Imputadas em outros rendimentos e ganhos	Reconhecidas no capital próprio (Outras variações no capital próprio)	Imputadas em outros rendimentos e ganhos	Reconhecidas no capital próprio (Outras variações no capital próprio)	
Não reembolsáveis	Subsídios relacionados com activos	Município de Cantanhede	Infra-estruturas ambientais municipais	76 709,30	1 024 620,25	122 221,94	1 084 069,96
		Município de Cantanhede	Infra-estruturas desportivas municipais	48 315,46	623 215,17	50 328,15	685 958,45
		Clientes	Comparticipações Infra-estruturas de água, saneamento e resíduos urbanos	40 301,16	766 254,95	38 914,15	759 366,12
		AdeloLeader +	Quinta de agricultura biológica	1 746,57	1 944,06	3 430,79	3 297,65
		III QCA	Infra-estruturas de águas residuais	54 193,56	1 080 565,40	54 193,56	1 122 565,41
		QREN	Infra-estruturas de águas residuais	504 752,22	7 090 437,75	356 377,56	6 509 647,47
		QREN	Infra-estruturas de resíduos urbanos	2 379,48	2 308,12	3 157,05	4 152,22
		QREN	Infra-estruturas desportivas municipais	73 782,60	1 028 872,86	7 324,80	1 032 061,64
Totais			802 180,35	11 618 218,57	635 947,99	11 201 118,92	

16. Imposto sobre o rendimento

O gasto (rendimento) com impostos sobre o rendimento em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 detalhado conforme se segue:

Quantias dos principais componentes de (gasto)/rendimento de impostos		31.12.2016			31.12.2015			
		Demonstração dos resultados	Outras rubricas do capital próprio	Totais	Demonstração dos resultados	Outras rubricas do capital próprio	Totais	
Ajustamentos reconhecidos no período de impostos correntes de períodos anteriores		1		0,00			0,00	
Imposto sobre o rendimento do período	Imposto corrente	2	166 604,04	166 604,04	122 982,86		122 982,86	
	(Gastos)/rendimentos por impostos diferidos	De diferenças temporárias		(120 007,66)	(120 007,66)	(91 630,14)		(91 630,14)
		De alterações nas taxas de tributação ou de novos impostos			0,00			0,00
		De alterações nas políticas contabilísticas e nos erros não contabilizadas retrospectivamente			0,00			0,00
		Da (redução)/reversão de uma diminuição anterior de activos/passivos por impostos diferidos			0,00	136 586,42		136 586,42
		Benefícios de perdas fiscais não reconhecidas anteriormente, de créditos por impostos ou de diferenças temporárias de um período anterior	Usados para reduzir gastos de impostos correntes			0,00		
	Usadas para reduzir gastos de impostos diferidos			7 795,49	7 795,49	3 721,33		3 721,33
	Imposto diferido		3	(112 212,17)	0,00	(112 212,17)	48 677,62	0,00
Imposto sobre o rendimento do período		4 = 2 + 3	54 391,87	0,00	54 391,87	171 660,48	0,00	171 660,48
Totais		5 = 1 + 4	54 391,87	0,00	54 391,87	171 660,48	0,00	171 660,48

A demonstração do relacionamento entre o lucro contabilístico e os gastos (rendimentos) de impostos durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e em 31 de dezembro de 2015 detalha-se conforme se segue:

Demonstração do relacionamento entre o lucro contabilístico e os gastos/(rendimentos) de impostos			31.12.2016			31.12.2015					
			Base	Imposto	Base	Taxa	Imposto	Base	Taxa	Imposto	
Produto do lucro contabilístico (Resultado antes de impostos) multiplicado pela(s) taxa(s) de imposto aplicável(eis)	Resultado líquido do período		1		167 496,96		591 234,22				
	Gastos/(rendimentos) de impostos		2	-	(54 391,87)		(171 660,48)				
	Resultado antes de impostos		3 = 1-2	3	221 888,83		0,00	762 894,70		0,00	
Ajustamentos para o lucro tributável	Diferenças definitivas	A acrescentar	4		4 495,22		0,00	16 344,50		0,00	
		A deduzir	5		(29 094,84)		0,00	(42 310,85)		0,00	
	Diferenças temporárias	A acrescentar	6		533 367,39		0,00	407 245,00		0,00	
		A deduzir	7				0,00			0,00	
Lucro/(Prejuízo fiscal)			8 = 3 + 4 - 5 + 6 - 7		730 656,61	0,00%	0,00	1 144 173,35	0,00%	0,00	
Dedução de perdas fiscais			9				0,00			0,00	
Matéria colectável / colecta			10 = 8 - 9		730 656,61	21,00%	153 437,89	1 144 173,35	21,00%	240 276,40	
Benefícios fiscais por dedução à colecta		...	11				0,00	(136 586,42)		(136 586,42)	
Outras componentes do imposto		Tributação autónoma - 10%	12		22 063,07	10,00%	2 206,31	21 302,76	10,00%	2 130,28	
		Tributação autónoma - 5%	12			5,00%	0,00		5,00%	0,00	
		Derrama	12		730 656,61	1,50%	10 959,85	1 144 173,35	1,50%	17 162,60	
	Imposto corrente		3	13 = 10 - 11 + 12	730 656,61	22,80%	166 604,04	1 280 759,78	9,60%	122 982,86	
	Imposto diferido		Δ dos activos e dos passivos diferidos		14	(505 172,56)	22,21%	(112 212,17)	225 633,98	21,57%	48 677,63
	Ajustamentos reconhecidos no período de impostos correntes de períodos anteriores		-		15		0,00			0,00	
Gastos/(rendimentos) de impostos e taxa efectiva média			3	16 = 13 - 14 - 15	225 484,05	24,12%	54 391,87	1 506 393,76	11,40%	171 660,48	

O movimento ocorrido nos ativos e passivos por impostos diferidos em 31 de dezembro de 2016 e em 31 de dezembro de 2015 foi como se segue:

Quantias de activos e de passivos por impostos diferidos reconhecidos no balanço e correspondentes movimentos ocorridos durante o período			31.12.2016				31.12.2015			
			Saldo no começo do período	Movimentos do período via		Saldo no fim do período	Saldo no começo do período	Movimentos do período via		Saldo no fim do período
				Demonstração dos resultados	Outras rubricas do capital próprio			Demonstração dos resultados	Outras rubricas do capital próprio	
Activos por impostos diferidos	Provenientes de perdas por impostos não usadas e créditos por impostos não usados	Crédito Fiscal ao Investimento	0,00	0,00	0,00	136 586,42	(136 586,42)		0,00	
	Provenientes de diferenças temporárias dedutíveis	Superavit Tarifário	85 286,29	115 820,26	201 106,55		85 286,29		85 286,29	
		Reforços e reversões por Imparidade	7 795,48	(3 608,09)	4 187,39	5 172,97	2 622,51		7 795,48	
	Totais			93 081,77	112 212,17	0,00	205 293,94	141 759,40	(48 677,63)	0,00
Passivos por impostos diferidos	Provenientes de diferenças temporárias tributáveis	Subsídios ao Investimento	3 251 937,81		121 093,45	3 373 031,26	3 152 162,92		99 774,89	3 251 937,81
	Totais			3 251 937,81	0,00	121 093,45	3 373 031,26	3 152 162,92	0,00	99 774,89

17. Desvio Tarifário Passivo

A empresa apresenta a 31.12.2016 um desvio tarifário (neste caso superavit) de 893.806,88 €uros, o qual, nos termos do contrato de gestão delegada, será reembolsado nas tarifas do próximo período tarifário (2019-2023).

18. Instrumentos Financeiros

Ativos e passivos correntes

Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, as rubricas de clientes e outros créditos a receber apresentavam a seguinte composição:

Descrição	31.12.2016			31.12.2015		
	Activos Financeiros mensurados ao custo	Perdas por imparidade acumuladas	Total	Activos Financeiros mensurados ao custo	Perdas por imparidade acumuladas	Total
Activos						
Clientes	927 173,11	245 681,36	681 491,75	471 333,25	227 046,05	244 287,20
Outros créditos	99 345,80	7 879,43	91 466,37	463 067,00	0,00	463 067,00
Totais	1 026 518,91	253 560,79	772 958,12	934 400,25	227 046,05	707 354,20

Clientes

A antiguidade do saldo da rubrica "Clientes" em 31 de dezembro de 2016 é detalhada conforme segue:

Descrição	31.12.2016		
	Quantia Bruta	Imparidade acumulada	Quantia Escriturada Líquida
Não Vencido	441 532,73		441 532,73
Vencido:			
0-180 dias	191 851,57	1 508,39	190 343,18
180-360 dias	36 121,07	13 144,87	22 976,20
360-548 dias	11 206,02	7 693,24	3 512,78
548-730 dias	16 084,29	13 588,04	2 496,25
> 730 dias	230 377,43	209 746,82	20 630,61
Totais	927 173,11	245 681,36	681 491,75

As dívidas de clientes com mais de 730 dias que não sofreram perdas por imparidade dizem respeito a clientes com os quais existem acordos de pagamento;

O movimento das perdas de imparidade dos clientes vem como segue:

Descrição	31.12.2015	Reforços	Reversões	31.12.2016
Clientes	227 046,05	26 966,44	8 331,13	245 681,36

Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2016 e em 31 de dezembro de 2015, a rubrica “Fornecedores” apresentava a seguinte composição:

Descrição	31.12.2016	31.12.2015
Fornecedores, conta corrente		
Não Vencido:	394 559,00	319 517,52
0-30 dias	19 720,15	28 863,14
30-60 dias	579,17	10 844,34
60-180 dias		4 646,80
180-360 dias		
> 360 dias		20 647,58
Fornecedores, investimento *		
Não Vencido:	347 115,15	70 183,78
0-30 dias		805,04
30-60 dias		
60-180 dias		
180-360 dias		1 511,54
> 360 dias		
TOTAL	761 973,47	457 019,74

* Incluindo outras contas a pagar

Outras dívidas a pagar

Em 31 de dezembro de 2016 e em 31 de dezembro de 2015, as outras dívidas a pagar apresentavam a seguinte composição:

Descrição	31.12.2016	31.12.2015
Correntes:		
Pessoal		
Fornecedores de investimentos	347 115,15	72 500,36
Remunerações a liquidar	264 493,49	255 794,80
Juros a liquidar	12 955,00	30 051,62
Outras dívidas a pagar	159 858,45	82 657,60
Sindicatos		2 050,72
Fornecedores de investimentos - Cauções Prestadas	188 718,42	173 448,81
Outros	3 443,70	3 132,69
Totais	976 584,21	619 636,60

Caixa e depósitos bancários

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a rubrica de caixa e depósitos bancários apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	31.12.2016	31.12.2015
Caixa e Depósitos Bancários - Activos		
Caixa	572,49	481,50
Depósitos à ordem	133 610,35	499 797,17
Depósitos a prazo	898 823,94	1 524 114,04
Totais	1 033 006,78	2 024 392,71

Financiamentos obtidos

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a rubrica de «Financiamentos obtidos», por via de empréstimos bancários e locações financeiras (ver nota 9), apresentava a seguinte decomposição:

Instituições de Crédito e sociedades financeiras	31.12.2016			31.12.2015		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários						
Caixa Geral de Depósitos n.º 9015003718991	71 605,84	53 704,35	125 310,19	71 605,84	125 310,17	196 916,01
Caixa Geral de Depósitos n.º 9015004536991	7 541,11	384,44	7 925,55	7 832,77	10 587,17	18 419,94
Banco Espírito Santo n.º 0770010162	38 505,42		38 505,42	38 505,42	38 505,42	77 010,84
Caixa Geral de Depósitos n.º 9015005165391	115 222,75	464 761,20	579 983,95	113 776,06	580 575,06	694 351,12
Banco Espírito Santo n.º 0770026093	133 386,97	733 628,35	867 015,32	133 386,97	867 015,31	1 000 402,28
Banco Europeu de Investimento QREN EQ CENTRO-08-0754-FEDER-003002				11 599,79	18 253,63	29 853,42
Banco Europeu de Investimento QREN EQ CENTRO-08-0754-FEDER-003004				6 449,36	13 663,28	20 112,64
Banco Europeu de Investimento QREN EQ POVT-12-0146-FCOES-000201	68 271,23	559 431,64	627 702,87	93 713,71	895 566,03	989 279,74
Banco Europeu de Investimento QREN EQ POVT-12-0146-FCOES-000033				24 455,54	168 344,53	192 800,07
Banco Europeu de Investimento QREN EQ POVT-12-0146-FCOES-000034				39 531,46	222 278,26	261 809,72
Caixa de Crédito Agrícola n.º 56057103910	157 113,19	845 018,85	1 002 132,04	153 485,78	1 004 586,51	1 158 072,29
Banco Europeu de Investimento QREN EQ POVT-12-0146-FCOES-000259					38 511,39	38 511,39
Banco Europeu de Investimento QREN EQ POVT-12-0154-FCOES-000066					28 055,00	28 055,00
Locações Financeiras						
Caixa Leasing e Factoring	38 592,93		38 592,93	32 721,66	38 463,66	71 185,32
Totais	630 239,44	2 656 928,83	3 287 168,27	727 064,36	4 049 715,42	4 776 779,78

Financiamentos obtidos - Não correntes	31.12.2016	31.12.2015
Mais de 1 a 2 Anos	532 092,12	740 230,34
2 a 3 Anos	485 096,47	674 912,94
3 a 4 Anos	495 662,04	613 861,48
4 a 5 Anos	506 686,46	545 703,43
Mais de 5 Anos	637 391,74	1 475 007,23
Totais	2 656 928,83	4 049 715,42

19. Benefícios aos empregados

A distribuição de colaboradores ao serviço da INOVA, durante o exercício, foi a seguinte:

Descrição	31.12.2016		31.12.2015	
	Média Anual	31.12.2016	Média Anual	31.12.2015
Situação das pessoas ao serviço da empresa:				
Quadro da empresa	95	94	94	95
Quadro da Câmara Municipal de Cantanhede - Requisitados	31	30	36	36
Contratados	6	8	5	6
Total	132	132	135	137
Pessoas ao serviço da empresa por sexo:				
Masculino	92	93	98	99
Feminino	40	39	37	38
Total	132	132	135	137

Os gastos com o pessoal foram os seguintes:

Gastos com pessoal	31.12.2016	31.12.2015
Remunerações dos órgãos sociais	82 295,73	79 357,55
Encargos s/ remunerações dos órgãos sociais	19 081,78	18 847,42
Remunerações do pessoal	1 602 312,95	1 616 613,15
Encargos s/ remunerações do pessoal	346 780,88	348 742,34
Seguros acidentes de trabalho	26 552,43	22 804,07
Gastos de acção social	15 986,78	29 081,83
Outros gastos	34 429,12	28 067,14
Totais	2 127 439,67	2 143 513,50

A rubrica «outros gastos» inclui gastos com fardamento, formação e medicina no trabalho.

20. Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2016 e em 31 de dezembro de 2015, as rubricas de “Estado e outros entes públicos” apresentavam a seguinte composição:

Descrição	31.12.2016		31.12.2015	
	Activo	Passivo	Activo	Passivo
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas				
Pagamentos especial por conta				
Pagamentos por conta				
Estimativa de imposto		11 665,59		66 792,05
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares		13 718,23		11 777,36
Imposto sobre o valor acrescentado		19 004,23	2 830,09	
Imposto de Selo				
Contribuições para a S.S, CGA, ADSE, FCT e FGCT		40 777,92		40 997,73
Taxa de recursos hídricos	32 888,49	108 631,24	21 977,51	88 580,89
Totais	32 888,49	193 797,21	24 807,60	208 148,03

21. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2016 e em 31 de dezembro de 2015, as rubricas do ativo corrente e do passivo corrente “Diferimentos” apresentavam a seguinte composição:

Descrição	31.12.2016	31.12.2015
Activos - Gastos a reconhecer		
Seguros	24 809,60	28 504,69
Outros	41 772,93	
Totais	66 582,53	28 504,69
Passivos - Rendimentos a reconhecer		
Clientes Loteamentos	114 997,02	121 350,83
Subsídios Investimentos não Executados		12 196,49
Totais	114 997,02	133 547,32

22. Fornecimento e serviços externos

A rubrica de “Fornecimentos e serviços externos” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e em 31 de dezembro de 2015 detalha-se como segue:

Descrição	31.12.2016	31.12.2015
Subcontratos	1 298 336,38	1 205 029,52
Serviços especializados	1 773 538,02	1 582 779,97
Materiais	23 242,26	24 477,07
Energia e fluidos	701 724,41	664 917,10
Deslocações, estadas e transportes	37 770,03	39 581,36
Serviços diversos	524 480,79	562 332,73
Totais	4 359 091,89	4 079 117,75

23. Outros rendimentos e outros gastos

A composição da rubrica de “Outros rendimentos” e da rubrica de “Outros gastos” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e em 31 de dezembro de 2015 é conforme se segue:

Descrição	31.12.2016	31.12.2015
Outros rendimentos		
Rendimentos suplementares	5 820,42	5 824,82
Descontos de pronto pagamento	16 044,28	16 481,63
Correcções a exercícios anteriores	1 031,12	
Imputação de subsídios ao investimento	802 180,35	635 947,99
Outros	4 526,57	29 543,91
Totais	829 602,74	687 798,35
Outros gastos		
Impostos	18 000,07	20 676,78
Correcções a exercícios anteriores		
Quotizações	630,00	2 010,00
Outros	2 360,70	2 737,67
Totais	20 990,77	25 424,45

24. Amortizações

O detalhe da rubrica de “Gastos / reversões de depreciação e de amortização” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e em 31 de dezembro de 2015 é conforme se segue:

Descrição	31.12.2016	31.12.2015
Activos intangíveis (Nota 7)	23 540,18	34 582,93
Activos fixos tangíveis (Nota 8)	1 548 108,34	1 477 940,46

25. Juros e outros rendimentos e juros e gastos similares

Os juros e outros rendimentos similares e os gastos e perdas de financiamento reconhecidos no decurso do exercício findo em 31 de Dezembro de 2016 e 31 de Dezembro de 2015 são detalhados conforme se segue:

Descrição	31.12.2016	31.12.2015
Juros e rendimentos similares obtidos		
Depósitos	11 478,09	20 565,72
Outros		
Totais	11 478,09	20 565,72
Juros e gastos similares suportados		
Financiamentos Bancários	77 183,53	122 840,12
Loações Financeiras	452,10	953,39
Outros	458,53	48,32
Totais	78 094,16	123 841,83

Cantanhede, 31 de dezembro de 2016

O Técnico Oficial de Contas,

O Conselho De Administração,



Nuno Miguel Pinto Laranjo



António Patrocínio Alves
(Presidente)



Serafim Castro Pires
(Administrador)



Maria Helena Rosa de Teodósio e Cruz
Gomes de Oliveira
(Administrador)



RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhores Accionistas,

1. Nos termos da lei e do mandato que me conferiram, apresentamos o relatório sobre a actividade fiscalizadora desenvolvida e damos parecer sobre o Relatório do Conselho de Administração e as Demonstrações Financeiras apresentados pelo Conselho de Administração da **INOVA – EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E SOCIAL DE CANTANHEDE, E.M. – S.A.**, relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.
2. No decurso do exercício acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a actividade da empresa. Verificámos a regularidade da escrituração contabilística e da respectiva documentação. Vigiámos também pela observância da lei e dos estatutos.
3. Como consequência do trabalho de revisão legal efectuado emitimos a respectiva Certificação Legal das Contas, sem reservas nem ênfases.
4. No âmbito das nossas funções verificámos que:
 - i) O Balanço, as Demonstrações dos Resultados por Naturezas, das Alterações no Capital Próprio e de Fluxos de Caixa e o correspondente Anexo, permitem uma adequada compreensão da situação financeira da empresa e dos seus resultados;
 - ii) As políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados são adequados;
 - iii) O Relatório do Conselho de Administração é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação da sociedade evidenciando os aspectos mais significativos;
 - iv) A proposta de aplicação de resultados encontra-se devidamente formulada.
5. Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do Conselho de Administração e Serviços e as conclusões constantes da Certificação Legal das Contas, somos do parecer que:
 - i) Seja aprovado o Relatório do Conselho de Administração;
 - ii) Sejam aprovadas as Demonstrações Financeiras;
 - iii) Seja aprovada a proposta de aplicação de resultados.

Coimbra, 14 de março de 2017

O FISCAL ÚNICO

Pinto Castanheira & Miguel Castanheira, SROC, Lda

O ROC Responsável
António Pinto Castanheira



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **INOVA – EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E SOCIAL DE CANTANHEDE, E.M. – S.A.**, que compreendem o Balanço em 31/12/2016 (que evidencia um total de 33.577.936,18 euros e um total de capital próprio de 24.323.693,01 euros, incluindo um resultado líquido de 167.496,96 euros), a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa relativas ao ano findo naquela data, e o Anexo às Demonstrações Financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **INOVA – EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E SOCIAL DE CANTANHEDE, E.M. – S.A.** em 31/12/2016 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro do Sistema de Normalização Contabilística;

- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;



- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Coimbra, 14 de março de 2017


Pinto Castanheira & Miguel Castanheira, SROC, Lda
O ROC Responsável
António Pinto Castanheira